

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

O ASSOCIATIVISMO CIVIL E O DIREITO À CIDADE:


DESAFIOS À PRÁXIS PARTICIPATIVA

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL

DEFENDIDO E APROVADO

EM: 25/02/03

MICHELLY NEZILDA CARDOSO


Prof.^ª Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSA/UFSC

FLORIANÓPOLIS – SC

FEVEREIRO, 2003

MICHELLY NEZILDA CARDOSO


**O ASSOCIATIVISMO CIVIL E O DIREITO À CIDADE:
DESAFIOS À PRÁXIS PARTICIPATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Assistente Social pela Acadêmica Michelly Nezilda Cardoso, orientada pela Professora Mestra Iliane Kohler.

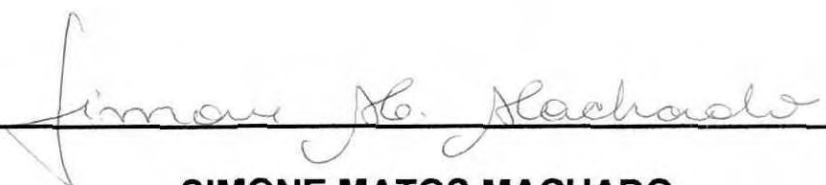
FLORIANÓPOLIS – SC

FEVEREIRO, 2003

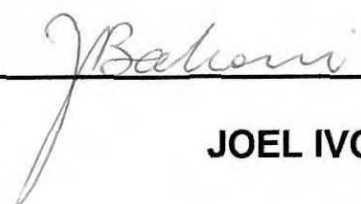
BANCA EXAMINADORA



ILIANE KOHLER



SIMONE MATOS MACHADO



JOEL IVO BALCONI

Florianópolis, fevereiro de 2003

Nota 9,5

AGRADECIMENTOS

A Deus, por proporcionar-me uma enorme força nas horas de dificuldade e por impulsionar-me à luta contra as injustiças.

À minha família, e, em especial, à minha querida e valiosa mãe, Nezilda, pelo amor, pela força, pela lucidez e pela compreensão em todas os momentos de minha vida.

A meu amado companheiro e amigo, Moizés, por ter compreendido e apoiado toda a minha dedicação aos estudos e por ser uma pessoa tão maravilhosa e especial para mim.

Às professoras, Iliane e Simone, por terem contribuído de forma ímpar para minha vida profissional e pessoal no trabalho com os movimentos sociais.

Às amigas e colegas da faculdade, por todos os momentos que passamos juntas, sejam eles tristes ou alegres, de descontração ou nervosismo.

Aos membros do NESSOP, da UFECO, do Fórum da Cidade e às lideranças comunitárias, em especial, do Norte da Ilha, pela oportunidade de vivência e formação profissional.

E a todas as pessoas que, de alguma forma contribuíram para minha formação, deixo meus sinceros agradecimentos.

*O povo não tem grandes amigos.
O maior amigo do povo é o próprio povo,
organizado. (Graciliano Ramos)*

RESUMO

Este trabalho, primeiramente, buscou desenhar o panorama do associativismo civil no Norte da Ilha de Santa Catarina, mapeando o maior número possível de organizações, o que servirá de base para as ações a serem desenvolvidas pelo movimento sócio-comunitário e popular da região. Procuramos, também, realizar uma análise, ainda incipiente, da mobilização/participação, no contexto da cidade, fazendo uma relação com o Estatuto da Cidade. E, por último, descrevemos todo o processo do evento: "Seminário Regional do Norte da Ilha de Santa Catarina", promovido pelo Fórum da Cidade e pela UFECO, com a assessoria do NESSOP, procurando apontar o processo de intervenção teórico-metodológica do Serviço Social. E, por último, através de entrevistas com lideranças, identificamos elementos à análise das potencialidades e dificuldades do movimento da região e as contribuições do Seminário Regional na sua luta pelo direito à cidade.

Palavras-chaves: associativismo civil, participação, direito à cidade.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	8
1	MAPA DO ASSOCIATIVISMO CIVIL DA REGIÃO NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA.....	11
1.1	ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	21
1.1.1	Organizações de Bairro.....	22
1.1.2	Grupos Culturais.....	35
1.2	ORGANIZAÇÕES DE DEFESA DA CIDADANIA.....	38
1.2.1	Grupos Ecológicos.....	39
1.3	MÚTUA-AJUDA.....	42
1.3.1	Grupos de Mães.....	42
1.3.2	Grupos de Terceira Idade.....	44
1.4	ASSOCIATIVISMO DE BASE RELIGIOSA.....	48
1.4.1	Grupos de Casais.....	48
1.4.2	Grupos de Jovens.....	52
1.4.3	Grupos de Reflexão.....	55
1.4.4	Pastorais.....	57
1.5	LAZER E INTEGRAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA.....	59
1.5.1	Clubes de Futebol e Associações de Surf.....	60
1.6	ASSOCIAÇÕES DE CLASSE.....	65
1.6.1	Associações de Maricultores e Pescadores e outras Cooperativas.....	66
1.6.2	Associações de Pais e Professores.....	68

2	APORTES TEÓRICOS SOBRE A TEMÁTICA PARTICIPAÇÃO.....	82
2.1	A LUTA PELO DIREITO À CIDADE: UM CENÁRIO PRIVILEGIADO À PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EMANCIPATÓRIA.....	94
3	CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS PARTICIPATIVA.....	107
3.1	SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA – PRINCIPAIS SUJEITOS, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA E POPULAR.....	111
3.2	SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA – DESCRIÇÃO.....	119
3.3	SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA – ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO E POPULAR DA REGIÃO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE.....	121
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo descrever elementos que caracterizam um estudo exploratório do potencial participativo revelado pelas várias formas de expressão da vida associativa, em particular do movimento sócio-comunitário e popular do Norte da Ilha de Santa Catarina. Buscando a construção de um ambiente mais sustentável e uma maior justiça social nas cidades, destacamos a luta pelo direito à cidade. Essa temática segue sendo bastante discutida, face às condições extremamente desiguais e insustentáveis da maioria das cidades, as quais abrigam cerca de 50% da população mundial. O trabalho objetiva, também, contribuir como instrumento do “saber militante” (SOUZA SANTOS) para inspirar as lutas do movimento social à construção de relações participativas e democráticas. Realizamos um esforço inicial que suscita a reflexão sobre as potencialidades e fragilidades do movimento, no período de setembro de 2002 à fevereiro de 2003.

Primeiramente, mapeamos o maior número possível de organizações da sociedade civil do Norte da Ilha, a fim de conhecer a realidade do associativismo civil da região, bem como contribuir, através da construção do mapa, para uma maior articulação entre os sujeitos na potencialização do movimento sócio-comunitário-popular.

A metodologia utilizada para realizar o referido mapeamento foi a busca de cadastros, já existentes em algumas organizações da região, e via internet (www.portalsocial.ufsc.br), além do cadastro da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias e do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular. Posteriormente, foram efetuados contatos telefônicos com essas

entidades já mapeadas e, a partir daí, surgiram várias outras. No entanto, é provável que tenhamos deixado de fora algumas organizações, por motivos de exigüidade de tempo, pela falta de informações e pela própria realidade, em que surgem e desaparecem organizações dinamicamente.

Provocamos uma discussão sobre participação, que parte do cotidiano das pessoas e, mais especificamente, das suas subjetividades. Trabalhamos a categoria participação, como processo intrínseco à condição humana, necessária para a conquista de sua liberdade. E é justamente através do associativismo civil que se disseminam valores e práticas, que contribuem para a construção de uma nova sociabilidade, como possibilidade de formação de uma nova cultura democrática, de politização do cotidiano, de respeito às diferenças e de reforço das identidades específicas.

Situamos a participação no contexto da luta pelo direito à cidade, destacando o Estatuto da Cidade como instrumento facilitador da articulação do movimento e da efetivação de sua agenda de lutas.

Por último, abordamos os processos de organização e realização do “Seminário Regional do Norte da Ilha de Santa Catarina”, o qual aconteceu no dia 23 de agosto de 2002, coordenado pelo Fórum da Cidade, pela UFECO e pelo NESSOP, analisando a situação atual do movimento da região e as contribuições do evento para a construção da participação democrática no contexto da cidade, através de entrevistas com lideranças da região que participaram do processo de organização do Seminário.

Salientamos que, nos anexos do presente trabalho, procuramos apresentar e situar os diferentes momentos da trajetória potencializadora do movimento sócio-comunitário e popular na luta pelo direito à cidade. Esses

documentos constituem-se fontes importantes para futuros trabalhos acadêmicos e para o próprio movimento. Cabe, aqui, salientar, também, a importância da identificação da profissão com os movimentos sociais que lutam pela transformação social, para que possa, efetivamente, caminhar na direção da efetivação do seu projeto ético-político-profissional.

1 MAPA DO ASSOCIATIVISMO CIVIL E SÓCIO-COMUNITÁRIO DA REGIÃO NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA

O associativismo civil apresenta-se como uma tendência que expressa o desejo de associação das pessoas, a fim de satisfazer seus desejos coletivamente, e que contempla a construção de uma sociedade civil mais democrática e solidária, com justiça social.

São sujeitos sociais que se engendram na sociedade civil criando e recriando perspectivas de relações sociais participativas e emancipatórias.

Como conceito de associativismo civil, trazemos o de Scherer-Warren

Entendemos aqui como associações civis formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias, etc. (2001, p. 42) –

O associativismo civil apresenta-se, portanto, como um fortalecimento da sociedade civil, na luta por seus interesses, perante o mercado e o Estado. “Uma sociedade civil fragmentada é impotente diante do Estado. Não consegue funcionar como fator de garantia de políticas sociais ou direitos.” (NOGUEIRA, 2001).

Para Ribeiro (1998, p. 47),

Os novos movimentos sociais (...) pleiteiam a politização das instituições para além das formas representativo-burocráticas, de modo que confira maior independência à sociedade civil, diminuindo o controle e a intervenção do Estado sobre esta.

Nessa perspectiva de levar a política para diferentes espaços do cotidiano da vida dos cidadãos, o associativismo civil apresenta-se como uma potencialidade na construção de movimentos sociais. De acordo com Scherer-Warren,

Podemos falar de Movimentos Sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas de cada associação. O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. (2001, p. 45)

Para a autora, os movimentos sociais são mais abrangentes e resultam de redes de relações entre as organizações, visando transformação. Para ela,

Movimento social é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores sociais e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias, societárias, no local, no nacional e no planetário. (Rossiaud e Scherer-Warren *apud* Scherer-Warren, p. 45, 2001)

Ou seja, movimento social exige amplitude de visão sobre as ações cotidianas, exige articulação dos grupos organizados, em busca de um ideal que é maior que aqueles específicos de cada um. Esse ideal de mudança, de transformação, que transcende o local, o particular, são as utopias que movem os sujeitos e orientam suas práticas, suas lutas, identificando-os com outros sujeitos, originando o que chamamos de movimento social. Sobre essa concepção plural de utopia, destacamos a discussão feita por Sposati (2001, p. 14):

Trago como ponto de partida para essa reflexão uma das proposituras do professor Boaventura, que é a de substituir a concepção de utopia pela de "heterotopia" como uma concepção múltipla, plural. Compartilho dessa idéia de que um novo paradigma não pode ser homogeneizador; ele deve ter exatamente a capacidade de incorporar a diversidade, e, ao fazer isso, construir a unidade na diversidade.

Em busca da construção de uma nova sociedade, com mais cidadania e dignidade para todos, esses sujeitos coletivos vão se construindo com a possibilidade de viver novas relações

Aqui se buscam novos padrões de convivência e amizade, onde há coerência, há humildade, há bondade, há unidade entre um agir e um pensar. Contudo, não poderia ser um espaço isento de conflitos, brigas, diferenças. Mas estas relações são substancialmente diferentes porque, se ensinam o caminho, proporcionando subsídios para construir uma nova sociedade. Essas práticas forjadas com base na "auto-estima", onde a pessoa se reconhece como capaz, como gente que pensa, que conhece, garantem a conquista de um aprendizado que o valorize enquanto pessoa. (FANTIN, 1997, 271-272)

Com a semelhança de se organizarem em torno de seus interesses, esses sujeitos coletivos são muitos e diferentes, sendo que alguns desses podem ser chamados novos movimentos sociais. São movimentos plurais, que se baseiam no respeito às diferenças e individualidades. De acordo com Scherer-Warren,

Da década de 1960 a 1980, uma série de novos movimentos sociais, de mulheres, ecológicos, regionais, étnicos e outros, organizaram-se a partir da afirmação de suas identidades coletivas específicas. Em nome dessas especificidades se exigia reconhecimento, respeito às diferenças culturais e defendiam-se novos direitos. (1998, p. 31)

Chauí *in* Sader (1988, p. 10) chama esse novo movimento de sujeito novo, apresentando três argumentos

Antes de qualquer coisa, porque criado pelos próprios movimentos sociais populares do período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado de duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam idéias e representações, postas como objetos domináveis pelo intelecto. O novo sujeito é social; são os movimentos sociais populares em cujo interior indivíduos, até

então dispersos e privatizados, passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Em terceiro lugar, porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sócio políticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora.

A autora cita, ainda, que esses sujeitos tendem “a romper com a tradição sócio política da tutela e da cooptação e, por isso mesmo, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se”. (p. 11)

Com a crescente interação entre os movimentos, torna-se necessário “lidar com a construção de intersubjetividades éticas e culturais”, colocando a possibilidade de

Formação de um movimento cidadão sob a forma de redes e parcerias, onde a complementariedade se constrói a partir do respeito às diferenças, não se impondo uma uniformização para se trabalhar cooperativamente. (SCHERER-WARREN, 1998, p. 31)

Esse movimento multicultural contribui para fortalecer as identidades, e, por conseqüência, as subjetividades, respeitando as diversidades culturais no processo de construção da cidadania e de uma nova sociabilidade.

O movimento sócio-comunitário e popular apresenta-se como uma das expressões do movimento social. Atuando localmente, necessita estar sempre na relação com o macro, e caracteriza-se pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de associação, de convivência, de troca, numa “comum-unidade”.

São diferentes grupos que se criam como expressão da sociedade civil organizada, e que, por sua vez, configuram o movimento sócio-comunitário e possuem, em seu âmago, o potencial de construção e de realização desse movimento social, na luta pela transformação da sociedade.

É necessário, portanto, fomentar a construção de uma rede de articulações entre os diversos grupos e organizações da vida associativa, para a construção de um movimento sócio-comunitário fortalecido na luta pela participação.

É fundamental que tenhamos um panorama inicial da dimensão das formas de organização social da vida associativa local. Recorremos, assim, à realização de um mapeamento, que objetiva contribuir como instrumento para subsidiar ações que visem favorecer as demandas do movimento sócio-comunitário e popular e que busca conquistar a participação nas decisões da cidade, para a efetivação de sua agenda de lutas, mais especificamente, mapear o movimento sócio-comunitário e popular do Norte da Ilha de Santa Catarina.

Para que possamos compreender melhor o contexto do mapa, buscamos, brevemente, apontar algumas características do Norte da Ilha de Santa Catarina.

De acordo com o Guia Floripa (site), a cidade, como capital turística, conta com aproximadamente 300 mil habitantes, população que triplica durante o verão. E, além disso, vem crescendo vertiginosamente no decorrer dos anos. Veja o quadro a seguir (GUIA DIGITAL FLORIPA, 199?):

Tabela 1: Evolução da população por Distritos dos Censos de 1940 à 1996

Distritos	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Cachoeira do Bom Jesus	1727	1518	2169	2116	3070	4509	7423
Canasvieiras	1662	1550	1723	1996	2431	4092	6650
Ingleses do Rio Vermelho	0	2726	2994	2016	2695	5862	7741
Ratones	670	666	862	795	902	1080	1320
Rio Vermelho	2332	0	0	981	7294	1864	2386
Santo Antônio de Lisboa	1976	1899	2453	3570	1223	12925	14483

Fonte: IBGE / Censos Demográficos de: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991e 1996.

O Norte da Ilha, por sua vez, é uma região de moradia durante todo o ano e, também, a mais explorada turisticamente no período de veraneio, possuindo uma grande infra-estrutura de hotéis, bares, restaurantes, boates, etc. Algumas de suas praias mais freqüentadas são: Canasvieiras, Ingleses e Jurerê.

A parte mais nobre chama-se Jurerê Internacional. Com estrutura urbana totalmente planejada, desenvolveu-se de maneira vertiginosa na última década. Controlada pelo grupo Habitasul, o empreendimento, que iniciou em 1982, concentra hoje algumas das maiores mansões do sul do país.

A infra-estrutura de Jurerê Internacional é sem dúvida um dos maiores diferenciais em relação a outros balneários. As estações de tratamento de água e esgoto, por exemplo, garantem qualidade de água consumida e a preservação da praia. (GUIA FLORIPA).

Atividades como a pecuária, a agricultura e a pesca, de acordo com o Guia Digital Floripa (199?), eram comuns nessas praias, o que foi desaparecendo com o crescimento populacional e o turismo. No entanto, contrastando com a questão da exploração turística, a região ainda possui áreas rurais, como é o caso da Vargem Pequena e de Ratonés.

Destacamos a Estação Ecológica de Carijós, criada em 20 de julho de 1987, pelo Decreto Federal nº94.656, para conservar os manguezais do Rio Ratonés (6,25 Km²) e de Saco Grande (0,93 Km²), ameaçados pela expansão urbana. A Estação abriga espécies ameaçadas de extinção, como o jacaré-de-papo-amarelo, além de mais de cem espécies de aves, mamíferos, peixes, etc. Possui, também, três sítios arqueológicos do tipo sambaqui. (ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE CARIJÓS)

Podemos apontar, também, algumas características da região, expressadas pelas comunidades durante o Seminário Regional do Norte da Ilha, evento que descreveremos no capítulo 3: falta de saneamento básico, ocupações desordenadas nos morros e encostas, grandes empreendimentos que resultam

na degradação ambiental, falta de áreas de lazer suficientes para a população, falta de segurança, etc. (Ver Anexo 9)

Com isso, podemos perceber que existem problemas gerados pela urbanização acelerada, dando origem a desigualdades dentro da própria região, onde brigam diferentes interesses.

Para melhor visualizarmos a região descrita, apresentaremos, a seguir, um mapa da Ilha (GUIA DIGITAL FLORIPA, 199?) destacando sua parte Norte.¹

Figura 1: Mapa de Florianópolis, destacando o Norte da Ilha



¹ Para obtenção de maiores informações sobre as comunidades localizadas na região Norte da Ilha de Santa Catarina, consultar o Diagnóstico das Comunidades, disponível no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular/DSS/UFSC, onde constam alguns dados das comunidades visitadas pelas alunas de Serviço Social. Ver bibliografia.

Face às reflexões até então apresentadas, o projeto profissional do Assistente Social revela-se comprometido com os movimentos sociais identificados com a transformação e com a justiça social, fundamentando-se no Código de Ética da profissão, cujos princípios fundamentais estabelecem “opção por um projeto político profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero” (1993). Apresenta-se como direito do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (Cap. IV, Art. 12, item b). Além disso, na Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, é de competência do profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. (Art 4º, item IX)

Na perspectiva profissional do Assistente Social, temos, como base teórico-metodológica e técnico-operativa, o conhecimento da realidade. Portanto, para uma atuação efetiva junto às demandas profissionais apresentadas pelo movimento, quais sejam, construção da mobilização e da participação qualificada, o mapeamento do associativismo civil e sócio-comunitário (enfatizando neste último seu sentimento de solidariedade, de comunidade) existente na região torna-se uma pré-condição para situar os diversos atores.

No entanto, essa prática junto à organização sócio-comunitária traz um importante traço histórico, sendo possível detectá-lo, desde o início da profissão, com a chamada “abordagem comunitária”². Nesse sentido, quanto à questão mais

² Para uma melhor compreensão no que diz respeito à abordagem comunitária consultar Trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social produzidos nas décadas de 1960, 1970 e 1980, encontrados na Biblioteca Setorial do Curso da Universidade Federal de Santa Catarina.

local, no que diz respeito à cidade de Florianópolis, de acordo com um documento do NESSOP,

O projeto acadêmico foi se construindo a partir de 1960, com a criação do Curso de Serviço Social em Florianópolis, quando através de uma proposta teórico-prática de formação de assistente social, se desenharam as primeiras experiências do Serviço Social em trabalhos comunitários, na periferia urbana e zona rural de Florianópolis." (NESSOP, 1996, p. 3)

Um outro ponto fundamental para se compreender a dinâmica associativa da cidade, e do estado como um todo, é a questão cultural trazida pelos colonizadores:

No Estado de Santa Catarina, excluindo-se partes da região do planalto, o processo de colonização deu origem a uma sociedade constituída de milhares de agricultores, pequenos proprietários livres e independentes, que se organizam econômica e socialmente com base na democratização da terra e no trabalho livre de uma classe média rural. Camponeses, mestres aprendizes, artesãos, técnicos industriais e pequenos fabricantes vieram de diferentes regiões e de diversos países da Europa, trazendo suas experiências de trabalho e de vida sócio-comunitária, nos moldes da terra o centro de suas aspirações, encontraram em Santa Catarina um 'Território Livre' da grande economia colonial de exportação, propício ao desenvolvimento de suas possibilidades econômicas, no circuito de suas pequenas propriedades e de seus originais empreendimentos industriais." (Op. cit., p. 6)

E, a partir daí, a profissão vem construindo essa relação com as localidades movidas pelo espírito sócio-comunitário, expresso por ações no coletivo de interesse comum, o que vem contribuindo nos seus processos organizativos:

As relações dos estudantes e comunidades potencializaram as decisões destes segmentos populacionais para a construção de diferentes formas de organização: mulheres, jovens, artesãos, agricultores, pescadores e outros grupos populares apontaram para a criação e estruturação de seus grupos. Destas experiências e iniciativas locais de moradores foram se gestando as primeiras Associações Comunitárias e, ou os chamados Conselhos Comunitários. (Op. cit.)

Esse cenário proporcionou à Santa Catarina um desenvolvimento diferenciado, principalmente no que diz respeito à continuidade da tradição comunitária associativa:

Associações populares, sindicatos, cooperativas, grandes assembleias comunitárias, conselhos comunais e sistemas integrados de produção são categorias que se manifestam na dinâmica da configuração do perfil sócio-econômico da maioria das regiões catarinenses. (Castro, 1992, p. 13)

Com base nos argumentos apresentados neste capítulo, no que diz respeito à relação entre Serviço Social e movimentos sociais na potencialização da construção de uma nova sociedade, busca-se, neste estudo, mapear o maior número possível de grupos e organizações existentes no Norte da Ilha de Santa Catarina, no período da pesquisa (setembro/02 a fevereiro/03). Esses grupos e organizações se constituem como sujeitos da ação do Serviço Social no trabalho com o movimento sócio-comunitário e popular. Metodologicamente, foi um trabalho que consistiu obter informações sobre as organizações da região através de cadastros, já existentes em algumas organizações da região, e via internet (www.portalsocial.ufsc.br), além do cadastro da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias e do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular. Posteriormente, foram efetuados contatos telefônicos com essas entidades e, a partir daí, surgiram várias outras.

Com isso, a seguir, apresentamos um mapeamento aproximado do associativismo civil e sócio-comunitário³ existente nessa região, agrupando as organizações de acordo com a classificação de Scherer-Warren (2001): associações comunitárias, mútua-ajuda, associações de classe, organizações de

³ Um levantamento das organizações da vida associativa de Florianópolis foi realizado pela autora Ilse Scherer-Warren, no ano de 1996. Consultar bibliografia.

defesa da cidadania e associativismo de base religiosa. Incluímos, também, a categoria lazer e convivência sócio-comunitária, a fim de visibilizar grupos não contemplados nas categorias anteriores.

1.1 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

De acordo com Sherer-Warren,

É por meio delas que os moradores encaminham suas reivindicações para a melhoria da infra-estrutura do bairro ou da comunidade de referência; *para a melhoria da qualidade de vida* (na saúde, educação, lazer, meio ambiente, etc.); para reconhecimento de suas tradições culturais (pela promoção de eventos, festas, festivais, etc.). Pode-se incluir nesta categoria desde as antigas Sociedades Amigos de Bairro, os Conselhos Comunitários (criados por iniciativas governamentais, mas que na prática muitas vezes se confundem com as associações criadas por iniciativa da sociedade civil), as mais recentes Associações de Bairro, de Moradores ou de Favelados e grupos locais de defesa cultural. (2001, p. 42)

O Norte da Ilha possui 46 Associações desse tipo, subdivididas em Organizações de Bairros e Grupos Culturais, conforme a listagem a seguir:

1.1.1 Organizações de Bairro

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Associação Comunitária João Gonzaga da Costa - ACOJOGOC

Endereço: Rua da Apicultura, 139 – Saco Grande – CEP 88032-020

Responsável: Teodoro José da Silva / Paulo G. Pereira

Telefone: 238-0265 ou teodorojds@bol.com.br / 238-1918 ou 9960-1963

Principal objetivo: Buscar benefícios comunidade, fortalecimento, integração, apoio social junto aos órgãos públicos, cursos, organização política e social, etc.

Fonte: Teodoro José da Silva

Nome: Conselho de Moradores do Saco Grande II - COMOSG

Endereço: Rod. Virgílio Várzea, 1313 – Saco Grande II – CEP 88032-001

Responsável: Hudson Queiróz

Telefone: 238-9412 / 9903-6313 / frascao@bol.com.br

Principal objetivo: Lutar pelo bem-estar da comunidade.

Fonte: Relatório do Seminário e Portal Social

Nome: Associação de Moradores do Parque da Figueira - AMPAF

Endereço: Rua Coimbra, bl 37, apto 06 – Saco Grande II – CEP 88032-295

Responsável: Neusa Maria Cândido

Telefone: 238-4041 ou 238-0181

Principal objetivo: Buscar benefícios para a comunidade.

Fonte: Neusa Maria Cândido

Nome: Associação Pró Comunidades Caminho da Cruz - APROCRUZ

Endereço: Rua Caminho da Cruz, s/nº – Caminho da Cruz – Monte Verde
CEP 88032-650

Responsável: Hildo Souza / Nelci Mittmann

Telefone: 238-1433 ou 238-6263 ou 9962-6899 / 238-0908 ou 9972-4347

Principal objetivo: Manter a água tratada para os associados e buscar melhorias para o bairro (calçamento, saneamento básico, etc.)

Fonte: Nelci Mittmann

Nome: Associação Pró Comunidade Monte Verde - APROCOM

Endereço: Rua do Marfim, 312 – Monte Verde – CEP 88032-320

Responsável: Denise Zavarise / Nilza Francisca dos Santos

Telefone: 9969-7920 ou 238-2522

Principal objetivo: Fazer um trabalho de melhoria das condições de vida da comunidade (creche, salão de festas para projetos, segurança, saúde, etc.)

Fonte: Nilza Francisca dos Santos

Nome: Conselho Comunitário do Monte Verde

Endereço: Rua Guaramirim, s/nº – Monte Verde – CEP 88032-480

Responsável: Rogério Braz

Telefone: 238-2915 ou 238-5073 ou 238-0608

Principal objetivo: Prestar assistência à comunidade carente.

Fonte: Cadastro do Conselho Municipal de Assistência Social e Portal Social

Nome: Associação de Moradores Sol Nascente - AMSOL

Endereço: Rua Pedra de Listra, s/nº – Sol Nascente – CEP 88032-225

Responsável: Vanderlei Alves Senes / Virgínia Reis

Telefone: 238-2315 ou 9105-3052 / 238-9252 ou 9997-5160

Principal objetivo: Atender as necessidades da comunidade (creche, calçamento, coleta de lixo, etc.)

Fonte: Odari Machado Luís (funcionário)

Nome: Comissão de Moradores Pró João Paulo

Endereço: Serv. Santiago, 63 – João Paulo – CEP 88030-330

Responsável: Aparecida Gonçalves

Telefone: 334-8036 ou 247-3646 r 242

Principal objetivo: Tratar ocupação da região, fazer alterações no Plano Diretor.

Fonte: Aparecida Gonçalves

Nome: Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Pôr do Sol

Endereço: Rua José Lazareno Coelho, 174 – João Paulo – CEP 88030-465

Responsável: Ramon Lopes

Telefone: 238-0924

Principal objetivo: Melhoria da qualidade de vida dos moradores, fortalecer a luta para melhoria do bairro (segurança, ruas, zoneamento), agregar pessoas.

Fonte: Ramon Lopes

Nome: Associação dos Moradores da Vila Ivan Matos

Endereço: Rua Vila Ivan Matos, 90 – João Paulo

Responsável: Maria de Fátima Souza Neves

Telefone: 238-0053

Principal objetivo: Objetivo social, lazer para a comunidade.

Fonte: Maria de Fátima Souza Neves

Micro-região 2: Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui

Nome: Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG Santo Antônio de Lisboa

Endereço: Rua Cônego Serpa, 200 – Santo Antônio de Lisboa – CEP 88050-440

Responsável: Ana Maria Blanco

Telefone: 9962-8801 ou 235-1871 ou consegso@hotmail.com

Principal objetivo: Unir a sociedade e os órgãos de segurança pública para diagnosticar os problemas e identificar ações para resolvê-los. Promover a segurança.

Fonte: Ana Maria Blanco

Nome: Conselho Local de Saúde – Posto de Saúde de Santo Antônio de Lisboa

Endereço: Rua Osni Barbato, s/nº - Santo Antônio de Lisboa – CEP 88050-452

Responsável: Rita de Cássia Souza **Telefone:** 235-1176

Principal objetivo: Criado por lei a fim de reivindicar direitos relativos à saúde, com participação do Conselho Municipal de Saúde.

Fonte: Iolanda Maria da Rocha Soares

Nome: Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa - AMSAL

Endereço: Rua Padre Lourenço de Andrade, 120 – Santo Antônio de Lisboa
CEP 88050-340

Responsável: Renato Tadeu Scoz

Telefone: 235-1204

Principal objetivo: Lutar pela melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Fonte: Renato Tadeu Scoz

Nome: Associação de Moradores de Cacupé - AMOCAPE

Endereço: Rod. Aroldo Soares Glavan, 3931 – Cacupé – CEP 88050-005

Responsável: Ricardo Levi / José Sebastião Marcathi

Telefone: 335-6010

Telefone: 9111-8192 ou C6rl@udesc.br / 235-1036

Principal objetivo: Representar a comunidade junto aos órgãos públicos.

Fonte: José Sebastião Marcathi

Nome: Associação de Moradores de Sambaqui - ABS

Endereço: Rua Gilson da Costa Xavier, 2990 – Sambaqui – CEP 88051-001

Responsável: Irene Kazue Shimomura

Telefone: 335-0241

Principal objetivo: Atender as reivindicações da comunidade.

Fonte: Irene Kazue Shimomura

Nome: Conselho Comunitário do Sambaqui - CCS

Endereço: Rua Osvaldo Rocha Pires – Sambaqui – CEP 88051-145

Responsável: Antônio da Cunha / Maria Martinha

Telefone: 235-1831

Principal objetivo: Atualmente, o Conselho abriga atividades para a terceira idade e para crianças (balé).

Fonte: Antônio da Cunha

Nome: Associação dos Moradores Unidos da Barra do Sambaqui – AMUBS

Endereço: Sr. Isabel Jacinto, 310 – Barra do Sambaqui – CEP 88050-000

Responsável: Marciano Noceti / Gilberto

Telefone: 235-2394 / 9901-1869

Principal objetivo: Congregar a comunidade na luta pelos benefícios para o bairro.

Fonte: Marciano Noceti

Nome: Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui - CCBS

Endereço: Rua Prof. Euclides da Cunha, 80 – Sambaqui – CEP 88051-040

Responsável: Gilson Amaral / Joel Ivo Balconi

Telefone: 235-2198 / 235-1473

Principal objetivo: Lutar pelas necessidades do bairro. Articular para reivindicar melhora na qualidade de vida.

Fonte: Joel Ivo Balconi

**Micro-região 3: Ratonos, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena,
Ponta Norte e Praia do Forte**

Nome: Associação de Moradores de Ratonos

Endereço: Rua João Januário da Silva, 6735 – Ratonos – CEP – 88052-200

Responsável: Manoel V. Machado

Telefone: 266-8065

Principal objetivo: Atualmente, a construção da sede.

Fonte: Jucélia Matildes da Silva Machado

Nome: Associação Amigos de Jurerê Internacional - AJIN

Endereço: Av. dos Salmões, 650 – Ed. Marbela - Loja 4 – Jurerê Internacional
CEP 88053-350

Responsável: Luiz Rosa Reis

Telefone: 282-1590 ou ajin@terra.com.br

Principal objetivo: Prestar serviços para a comunidade.

Fonte: Soelene Marion Justos e Paulo Otacílio de Oliveira (funcionários)

Nome: Associação dos Moradores de Jurerê - AMOJU

Endereço: Rua Jurerê Tradicional, 15 – Jurerê – CEP 88053-750

Responsável: Fernandes Schneider

Telefone: 282-1353

Principal objetivo: Integração da comunidade e defesa de seus interesses
(educação, segurança, saúde, meio-ambiente, etc.)

Fonte: Fernandes Schneider

Nome: Associação de Morad. Empresários e Profissionais Lib. de Jurerê - AMEJU

Endereço: Av. das Raias, 456 – Jurerê – CEP 88053-400

Responsável: Levínio Ivo

Telefone: 266-0264 ou 282-1650

Principal objetivo: Buscar melhorias no que diz respeito aos meios de vida dos proprietários e defender os interesses da comunidade.

Fonte: Levínio Ivo

Nome: Grupo de Moradores do Trevo de Jurerê

Endereço: Rod. Maurício Sirotsky Sobrinho, 2611 – Trevo de Jurerê
CEP 88053-700

Responsável: Zeli Sabino / Antônio Vítor da Rosa

Telefone: 282-2575 / 282-0526

Principal objetivo: Lutar pelos interesses dos moradores (liberação das multas presas no IBAMA, questão da posse dos terrenos versus tombamento reserva ecológica, etc.)

Fonte: Antônio Vítor da Rosa

Nome: Conselho Comunitário da Daniela - CCDAN

Endereço: Av. das Palmeiras, 566 – Balneário Daniela – CEP 88020-400

Responsável: Maria da Graça Vandreses

Telefone: 282-4269 ou 233-0449 / 282-4414 ou 9961-2862

Principal objetivo: Integrar a comunidade para resolução de problemas e intermediá-la com os órgãos públicos.

Fonte: Maria da Graça Vandreses

Nome: Associação de Moradores de Canasvieiras

Endereço: Rod. Tertuliano de Brito Xavier, 1266 – Canasvieiras

CEP 88054-600

Responsável: Sebastião dos Santos

Telefone: 9104-4429 ou 266-4640

Principal objetivo: Congregar a comunidade e reivindicar qualidade de vida no bairro em diversas áreas. Reivindicar anseios da comunidade.

Fonte: Sebastião dos Santos

Nome: Fórum Participativo de Entidades Comunitárias do N. da I. - FOPECONI

Endereço: Rua Tertuliano Brito Xavier, 2434 – Canasvieiras – CEP 88054-601

Responsável: Avani Alfredo Borges

Telefone: 266-1421 ou 9115-1509

Principal objetivo: Orientação, fiscalização e proteção ao meio-ambiente, mediando relação entre as comunidades e os órgãos públicos.

Fonte: Avani Alfredo Borges

Nome: Associação de Moradores da Vargem Pequena

Endereço: Rua Manoel Leôncio de Souza Brito, 2569 – Vargem Pequena

CEP 88052-300

Responsável: Vilmo Hercílio Laurindo / Sandro A. Lopes

Telefone: 269-5037 ou 9971-0970 / 9104-5159 ou 269-6721

Principal objetivo: Promover o trabalho social de acordo com as reivindicações da comunidade.

Fonte: Sandro A. Lopes

Nome: Associação de Moradores da Ponta Norte

Endereço: Av. Luiz Boiteux Piazza, 6542 – Ponta das Canas – CEP 88056-000

Responsável: Nilton Magalhães

Telefone: 284-1921

Principal objetivo: Promover melhorias para a comunidade.

Fonte: Nilton Magalhães

Nome: Associação de Moradores da Praia do Forte - AMOFORTE

Endereço: Rua José Cardoso de Oliveira, 255 - Praia do Forte – CEP 88053-300

Responsável: 9980-5690 / 282-1403 ou 9958-2513

Telefone: Ivânio A. da Luz / Pedro Rodrigues da Silva

Principal objetivo: Integrar ações comunitárias. Representar a comunidade junto aos órgãos públicos.

Fonte: Pedro Rodrigues da Silva

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: Associação de Moradores da Cachoeira do Bom Jesus

Endereço: Serv. Braga, 4ª Casa – Cachoeira do Bom Jesus – CEP 88056-450

Responsável: Vera Braga

Telefone: 284-5475

Principal objetivo: Reivindicar melhorias para a comunidade.

Fonte: Vera Braga

Nome: Associação de Moradores da Praia Brava

Endereço: Rua Delminda Silveira, 288, apto. 402 – Agrônômica

CEP 88025-500

Responsável: Pieter Linschoten

Telefone: 333-4570 / 9982-0899 / pieterlins@uol.com.br

Principal objetivo: Defender os interesses do bairro (natureza, planejamento urbano, ordenamento da construção civil, organização do trânsito, segurança, limpeza, etc.)

Fonte: Pieter Linschoten

Nome: SOS Praia Brava

Endereço: Rua Nicolino Tancredo, 214 – Praia Brava – CEP 88056-840

Responsável: Marta Maria Vielalba Fabre

Telefone: 333-4570 ou 9982-0899 ou pieterlins@uol.com.br (Pieter Linschoten) / 284-2447 ou 9972-0590 (Marta Maria Vielalba Fabre)

Principal objetivo: Defender os interesses do bairro (natureza, planejamento urbano, ordenamento da construção civil, organização do trânsito, segurança, limpeza, etc.)

Fonte: Pieter Linschoten e Marta Maria Vielalba Fabre

**Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari ,
Santinho e Rio Vermelho**

Nome: Associação dos Moradores da Vargem Grande

Endereço: Rua Cristovan Machado de Campos, 1479 – Vargem Grande
CEP 88052-600

Responsável: Cristovan de Campos Neto

Telefone: 216-4181

Principal objetivo: Buscar a qualidade de vida dos moradores junto aos órgãos públicos, integrar a comunidade.

Fonte: Cristovan de Campos Neto

Nome: Associação de Moradores do Conj. Hab. Caminho do Mar – AMOCAMAR

Endereço: SC 403, Km 3 – Condomínio Caminho do Mar – Vargem do Bom
Jesus - CEP 88058-000

Responsável: Cristiano B. Araújo

Telefone: 269-5779 ou 9983-3866

Principal objetivo: Conseguir recursos para melhorar a comunidade.

Fonte: Cristiano B. Araújo

Nome: Associação de Moradores da Vargem do Bom Jesus

Endereço: Estrada do Bom Jesus, 594 – Vargem do Bom Jesus

CEP 88056-020

Responsável: Cléusio Rodrigues / Luiz Gregório Martins

Telefone: 9971-9227 / 269-5622

Principal objetivo: Integração da comunidade e luta por melhorias no bairro (escola, saneamento básico, meio-ambiente, etc.)

Fonte: Luiz Gregório Martins

Nome: Conselho Comunitário do Balneário dos Ingleses - CCBI

Endereço: Rua Paulino Coelho, 320A – Santinho – CEP 88058-000

Responsável: Glecy Maria Fedruzzi

Telefone: 369-1404 ou 9111-9346 – glecyfedruzzi@hotmail.com

Principal objetivo: Lutar pelo saneamento básico da comunidade, além da escola de ensino médio e o hospital. Lutar pelo bem da comunidade.

Fonte: Glecy Maria Fedruzzi

Nome: Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG Ingleses

Endereço: Est. Dom João Becker, 1765 – Ingleses – CEP 88058-601

Responsável: José Guilherme Cristiano Filho

Telefone: 269-2280

Principal objetivo: Ajudar o governo no que diz respeito à área da segurança.

Fonte: José Guilherme Cristiano Filho

Nome: Movimento Ilhativa

Endereço: Rua Paulino Coelho, 320^A – Santinho - CEP 88058-000

Responsável: Glecy Maria Fedruzzi

Telefone: 369-1404 ou 9111-9346 ou glecyfedruzzi@hotmail.com

Principal objetivo: Englobando várias Associações, busca lutar pelo saneamento básico das comunidades, além da escola de ensino médio e o hospital do Norte da Ilha. Luta pelo bem das comunidades. **Fonte:** Glecy Maria Fedruzzi

1.1.2 - Grupos Culturais

Micro-região 2: Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui

Nome: Grupo Olaria de Sambaqui – Pau de Fita

Endereço: Rua Gilson Costa Xavier, 2990 – Sambaqui – CEP 88051-001

Responsável: Dóris Gomes

Telefone: 225-8667

Principal objetivo: Resgate do folclore. **Fonte:** Dóris Gomes

Nome: Boi-de-mamão da Associação de Sambaqui

Endereço: Rod. Gilson da Costa Xavier, 2990 – Sambaqui – CEP 88051-000

Responsável: Zeneide Melo

Telefone: 335-0087 ou 228-5140

Principal objetivo: Divulgar a cultura através do boi, inserir no boi os anseios da comunidade. **Fonte:** Zeneide Melo

Nome: Bloco de Carnaval Engenho de Dentro

Endereço: Rua Padre Rohr, 2273 – Barra do Sambaqui – CEP 88051-400

Telefone: 235-1110 ou 212-3008

Responsável: Manoel C. da Luz

Principal objetivo: Sociedade carnavalesca, diversão voltada para o resgate da cultura.

Fonte: Manoel C. da Luz

Micro-região 3: Ratoles, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: Grupo Folclórico de Boi-de-mamão de Jurerê

Endereço: Rua do Lamim, 146 – Jurerê – CEP 88054-000

Responsável: Sérgio A. de Souza

Telefone: 282-0260

Principal objetivo: Manter a cultura, tradição.

Fonte: Sérgio A. de Souza

Nome: Associação Folclórica de Boi-de-mamão de Canasvieiras

Endereço: Rua Tertuliano Brito Xavier, 1206 – Canasvieiras – CEP 88054-600

Responsável: Valdomiro D. Dias

Telefone: 266-1904

Principal objetivo: Preservar, manter a tradição.

Fonte: Valdomiro D. Dias

Nome: Associação Folclórica do Boi-de-mamão – Grupo Olê-Olá

Endereço: Rua José Cardoso de Oliveira, 31 – Praia do Forte – CEP 88053-000

Responsável: Rodrigo Alves

Telefone: 282-1141 ou 282-0593

Principal objetivo: Resgate da cultura, do folclore.

Fonte: Sandra Maria Alves (Irmã e participante)

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: Grupo de Artesanato – Oficina de Arte Mil Cores

Endereço: Rua Crispim Felisbino Jaques, lote 11 – Vargem Grande

CEP 88058-000

Responsável: Ivete Hanser

Telefone: 269-6371

Principal objetivo: Produzir artesanato para venda, exposição de materiais, geração de renda, promoção de cursos.

Fonte: Ivete Hanser

Nome: Associação Folclórica Amigos do Boi do Rio Vermelho

Endereço: Serv. Francisco Valdomiro Senab, 287 – Rio Vermelho

CEP 88060-440

Responsável: Margarida M. Frangeli

Telefone: 269-8525 ou margaridamariaf@ig.com.br

Principal objetivo: Desenvolver os valores humanos através da cultura, resgatar a identidade na comunidade, reconexão com a natureza do ser humano.

Fonte: Margarida M. Frangeli

1.2 ORGANIZAÇÕES DE DEFESA DA CIDADANIA

Distinguindo-se das ONG's, são grupos sem institucionalidade (registro em cartório), que se definem pela construção de identidades específicas ou de valores, lutando pelo seu reconhecimento na esfera pública, pela melhoria da qualidade de vida e pela defesa de direitos (de gênero, ecológicos, étnicos, juvenis, etc.). Esse tipo de associativismo vem se desenvolvendo a partir de ideários construídos no campo simbólico dos denominados novos movimentos sociais. (SCHERER-WARRE, 2002, p. 44)

No Norte da Ilha existem atualmente 07 organizações dessa natureza.

1.2.1 - Grupos Ecológicos

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Associação dos Moradores do Loteamento Baía Norte

Endereço: Rua Gerson Luis Rinzetti, 60 – Saco Grande II – CEP 88030-353

Responsável: Giana Timerman

Telefone: 334-8770

Principal objetivo: Preservação ambiental, limpeza dos lotes vagos e segurança da comunidade.

Fonte: Giana Timerman

Nome: Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Caiobig

Endereço: Rua Valdemar Figueiro, 300 – João Paulo – CEP 88030-150

Responsável: Clóvis Malisca

Telefone: 331-9562

Principal objetivo: Cuidar dos interesses do loteamento em todos os aspectos, principalmente no que diz respeito à gestão ambiental.

Fonte: Clóvis Malisca

Micro-região 2: Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui

Nome: Associação Carijós de Defesa do Meio Ambiente – ACADAM

Endereço: Rua Dep. Walter Gomes, 634 – Santo Antônio de Lisboa
CEP 88050-500

Responsável: José Alberto Queiróz

Telefone: 335-0143 ou 9973-2948

Principal objetivo: Defesa do meio-ambiente.

Fonte: José Alberto Queiróz

Micro-região 3: Ratonés, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: Associação Amigos de Carijós

Endereço: Rod. SC 402, Km 2, s/nº - Jurerê – CEP 88053-700

Responsável: Daniel Antonio Dusi

Telefone: 282-1863 ou Daniel.amigo@matrix.com.br

Principal objetivo: Dar suporte ao IBAMA na gestão da Estação Carijós.

Fonte: Cláudio Matos

Nome: União dos Moradores e Amigos da Quadra 6 – Daniela – Posto Avançado das Saracuras

Endereço: Av. das Palmeiras, 359 – Daniela – CEP 88053-010

Responsável: Rogério Queiróz

Telefone: 282-4311

Principal objetivo: Preservação e educação ambiental em defesa da quadra 6, por ser um parque ecológico.

Fonte: Rogério Queiróz

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: Associação Comunitária Espiritualista Patriarca São José

Endereço: Rua Nelson Leopoldo dos Santos, s/nº - Vargem Grande

CEP 88056-000

Responsável: Idézia A. dos Santos

Telefone: 269-5514 / ecooperar@ecooperar.com.br

Principal objetivo: Reflorestamento, preservação do meio-ambiente, vivência comunitária, trabalho espiritual.

Fonte: Miguel Cavallo

Nome: Associação Pró Desenvolvimento e Preservação da Praia dos Ingleses

Endereço: Rua Dom João Becker, 1075 – Ingleses – CEP 88058-600

Responsável: Arnildo Barossi

Telefone: 228-1343

Principal objetivo: Continuar o desenvolvimento sem agredir a natureza, fiscalizar a infra-estrutura da localidade. **Fonte:** Portal Social

1.3 - MÚTUA-AJUDA

São geralmente grupos de ações de solidariedade para minimizar o sofrimento ou carências de segmentos sociais específicos (crianças de rua, idosos, aidéticos, doentes pobres, atingidos por enchentes, etc.). Frequentemente, situam-se na fronteira entre o associativismo assistencialista (a filantropia propriamente dita) e o associativismo de defesa da cidadania. Conforme Landim (1993), as fronteiras entre a filantropia e a cidadania nem sempre são muito nítidas. (SCHERER-WARRE, 2002, p. 42-43)

No Norte da Ilha existem atualmente 15 grupos considerados de mútua-ajuda.

1.3.1 - Grupos de mães

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Horizonte (Grupo de Mães do COMOSG)

Endereço: Rod. Virgílio Várzea, 1313 – Saco Grande II – CEP 88032-001

Responsável: Maria Conceição Castilho **Telefone:** 238-0145

Principal objetivo: Integração, lazer, realização de doações e campanhas.

Fonte: Maria Conceição Castilho

Micro-região 3: Ratoles, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: Associação das Mães e Amigas da Daniela - AMAD

Endereço: Av. das Palmeiras, 609 – Daniela – CEP 88053-001

Responsável: Arneide Noronha

Telefone: 282-4176

Principal objetivo: Reunir, trocar experiências, promover atividades, realizar doações para creche, aulas de artesanato.

Fonte: Arneide Noronha

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida

Endereço: Serv. Manoel Máximo da Luz, 9 – Vargem Grande

Responsável: Eroidina da Silva

Telefone: 269-5506

Principal objetivo: Trabalhos manuais, promoção de cursos, lazer, integração.

Fonte: Eroidina da Silva

Nome: Clube de Mães

Endereço: Rua Dom João Becker, 41 – Ingleses – CEP 88058-670

Responsável: Mônica da Rosa Kaldusch

Telefone: 369-3080

Principal objetivo: Atender as mães carentes, fornecendo enxovais, realizando trabalhos manuais. Integração, lazer.

Fonte: Mônica da Rosa Kaldusch

1.3.2 Grupos de Terceira Idade

Principal objetivo: Integração, lazer, promoção de atividades físicas, etc.

Fonte: Cadastro Prefeitura Municipal de Florianópolis, acessado através da Coordenadora do Trabalho com a Terceira Idade, Albertina Terezinha de Souza Vieira, e outros.

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Vida Esperança

Endereço: Salão Paroquial Igreja São Francisco Xavier – Rod. Virgílio Várzea, 538 – Saco Grande II – CEP 88032-001

Responsável: Natália E. P. dos Santos

Telefone: 238-0513

Nome: Grupo Renovação – Monte Verde

Endereço: Rua Guaramirim, s/nº – Monte Verde – CEP 88032-480

Responsável: Lenízia Pereira Ferreira

Telefone: 238-0018 / 238-0178

Nome: Amizade

Endereço: Centro de Atividades Pastorais – (anexo da Capela de São Miguel) –
Rua João Paulo, 1052 – João Paulo – CEP 88030-300

Responsável: Marli Terezinha B. Quadros

Telefone: 334-8337

Micro-região 2: Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui

Nome: Renascer

Endereço: Salão Paroquial da Igreja - Rua Prof. Osni Barbato, s/nº - Santo Antônio de Lisboa - CEP 88050-420

Responsável: Sueli Lisboa da Cunha

Telefone: 235-2125 ou 235-1032 ou 235-1353 (Armelindo)

Nome: Nossa Senhora Aparecida

Endereço: Conselho Comunitário do Sambaqui – Rua Osvaldo da Rocha Pires,
159 CEP 88051-145

Responsável: Laurita Dutra Meurer

Telefone: 235-1257

**Micro-região 3: Ratonos, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena,
Ponta Norte e Praia do Forte**

Nome: Ecologia

Endereço: Rua Bento Manoel Ferreira, s/nº – Ratonos – CEP 88052-400 (sede)
Serv. Frederico Nunes, 219 – Ratonos (Uda)

Responsável: Uda C. da Silva

Telefone: 266-8685

Nome: Grupo Alegria de Viver

Endereço: Associação de Moradores de Jurerê – Rua das Tanhotas, s/nº (fundos
do Posto de Saúde) – CEP 88053-655

Rua Jairo Calado, 236 – Centro (Maria Iolene)

Responsável: Maria Iolene Machado

Telefone: 282-2104

Nome: Renascer

Endereço: Salão Paroquial Igreja São Francisco – Rod. Tertuliano Brito Xavier,
s/nº - Canasvieiras – CEP 88054-600

Responsável: Dilma Born Machado

Telefone: 225-5307 / 266-2192

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: Grupo Cantinho da Amizade

Endereço: Serv. Graciliano Santos, s/nº - Ponta das Canas

Responsável: Osvaldina Arminda Pereira dos Santos

Telefone: 284-1757

Fonte: Osvaldina Arminda Pereira dos Santos

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: Associação de Idosos Esperança

Endereço: Rua Dom Joaquim Becker, 41 – Ingleses – CEP 88058-600

Responsável: Ruth Pereira

Telefone: 269-1678 ou 269-1909

Nome: Vó Etelvina

Endereço: Conselho Comunitário – Estrada Geral do Rio Vermelho

Responsável: Neneza Gonçalves

Telefone: 269-8305

1.4 ASSOCIATIVISMO DE BASE RELIGIOSA

A base organizacional do grupo realiza-se em conexão com uma religião institucionalizada, em que seus sujeitos identificam-se com os princípios normativos desta. Esse tipo de associativismo é dos mais antigos, tendo-se desenvolvido a partir de várias religiões, sobretudo em relação à filantropia. A associação religiosidade-cidadania desenvolveu-se especialmente no interior das CEB's, das Pastorais e dos Mini-Projetos Alternativos, ligados a Cáritas, a CNBB, e a fundos da solidariedade cristã. (GAIGER, 1996 *apud* SCHERER-WARREM, 2002, p. 44)

No Norte da Ilha existem atualmente 32 grupos organizados com base religiosa.

1.4.1 Grupos de Casais

Principais objetivos:

- Integração e união das famílias do Movimento Obra Nova Casais (o qual compõe-se de todos os grupos de casais);
- Discussão de problemas;
- Oração;
- Crescer na fé e no amor fraterno;
- Conhecer a palavra de Deus;
- Encontro para refletir, trocar de experiências;
- Congregar a Igreja;
- Evangelização da comunidade;
- Realização de doações;
- Cultivo da espiritualidade dos casais e das famílias;
- Partilha;
- Ajuda à Paróquia.

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Movimento de Irmãos - Paróquia São Francisco Xavier (Saco Grande)

Endereço: Rua Maçaranduba, 64 – Monte Verde – CEP 88032-000

Responsável: Luiz Carlos da Silveira e Maria Souza da Silveira

Telefone: 238-0078

Principal objetivo: Congregar casais leigos na comunidade, formando lideranças. Incentivar o bom relacionamento familiar. Curso de noivos.

Fonte: Maria Souza da Silveira

Micro-região 3: Ratoles, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: Discipulado Crescendo na Fé

Endereço: Rua Tainhas, 179 – Jurerê Internacional – CEP 88053-540

Responsável: Ricardo Dias e Maria José Dias

Telefone: 282-1060

Fonte: Maria José Dias

Nome: Discipulado Unidos pela Oração

Endereço: Rua Ranulpho José de Souza Sobrinho, 158 – Canasvieiras

CEP 88054-430

Responsável: Valdomiro A. Volkmer e Erondina Volkmer

Telefone: 266-1620

Fonte: Valdomiro A. Volkmer

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: Discipulado Olaria de Deus

Endereço: Serv. Graciliano Santos, 244 – Ponta das Canas – CEP 88056-001

Responsável: Manoel O. dos Santos e Ana Maria dos Santos

Telefone: 284-1802

Fonte: Cadastro do Movimento Obra Nova Casais

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: Discipulado Santa Catarina

Endereço: Rua Abílio N. Vieira, 71 – Ingleses – CEP 88050-000

Responsável: Baldoíno Galiuzzi e Circe Maria V. Galiuzzi

Telefone: 269-4028

Fonte: Baldoíno Galiuzzi

Nome: Discipulado Santa Inês

Endereço: Rua Aldo Pereira, 290 – Ingleses – CEP 88058-000

Responsável: Inês da Silva Schardon

Telefone: 369-0929

Fonte: Inês da Silva Schardon

Nome: Discipulado Paz e Bem

Endereço: Rua Quadrangular, 238 – Ingleses – CEP 88058-450

Responsável: Vanderlei Antônio Orsatto e Marcell Pires Orsatto

Telefone: 369-3783 ou 9111-1506

Fonte: Vanderlei Antônio Orsatto

Nome: Discipulado Nossa Senhora das Graças

Endereço: Serv. Manoel Luciano, 68 – Santinho – CEP 88058-701

Responsável: Jobal Manoel da Silva e Marinete F. da Silva

Telefone: 269-3549

Fonte: Jobal Manoel da Silva

Nome: Discipulado Amizade

Endereço: Serv. Manoel Luciano, 84 – Santinho – CEP 88058-701

Responsável: Joel Manoel da Silva e Eli Maria da Silva

Telefone: 269-3542

Fonte: Eli Maria da Silva

Nome: Discipulado São Paulo

Endereço: Rua Costão Norte, 161 – Santinho

Responsável: Adenilton D. dos Santos e Ana Idalila F. Santos

Telefone: 269-1038

Fonte: Cadastro do Movimento Obra Nova Casais

Nome: Discipulado Unidos pela Fé

Endereço: Serv. José Manoel Pacífico, 100 – Capivari – CEP 88058-116

Responsável: Luiz Pereira Caetano e Maria Eunice F. Caetano

Telefone: 369-1863

Fonte: Maria Eunice F. Caetano

1.4.2 Grupos de Jovens

Principais objetivos:

- Manter a espiritualidade dos jovens;
- Levá-los à Igreja;
- Conhecer Cristo;
- *Promover um maior envolvimento com a comunidade;*
- Tirar os jovens da rua (violência, drogas) e mostrar o caminho de Deus;
- Visitar pessoas carentes;
- Realizar doações e campanhas;
- Ajudar a comunidade e evangelizar os jovens.

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Grupo de Jovens Jesus Força Jovem

Endereço: Rod. Virgílio Várzea, 538 – Saco Grande II – CEP 88032-001

Responsável: Daniel Teixeira Brisolara

Telefone: 238-0828

Fonte: Daniel Teixeira Brisolara

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: Força Jovem

Endereço: Rua Gervásio Cunha, 225 – Cachoeira do Bom Jesus

CEP 88056-520

Responsável: Alcione Boss

Telefone: 9121-1561 ou 284-8514

Fonte: Alcione Boss

Nome: Restauração

Endereço: Estrada Jornalista Jaime de Arruda Ramos, 661A – Ponta das Canas

CEP 88056-750

Responsável: Ana Lúcia da Luz

Telefone: 284-1406

Fonte: Ana Lúcia da Luz

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: Caminhando com Cristo

Endereço: Rua Cristóvão de Campos – Vargem Grande – CEP 88052-300

Responsável: Rogério Máximo de Souza

Telefone: 269-5792

Principal objetivo: Atuar na comunidade, ajudar na liturgia e promover retiros e palestras. **Fonte:** Rosa Silva Bitencourt (Coordenadora da Comunidade)

Nome: Exército de Deus em Ordem de Batalha

Endereço: Igreja do Senhor Bom Jesus – Rua Geral Vargem do Bom Jesus

Responsável: Luciane Guckert

Telefone: 269-5636

Fonte: Luciane Guckert

Nome: JUAC – Jovens Unidos no Amor de Cristo

Endereço: Rua Valentim Garcia, 74 – Ingleses – CEP 88056-330

Responsável: Fernando de Souza

Telefone: 369-3075

Fonte: Fernando de Souza

Nome: Servos de Cristo

Endereço: Rua Manoel Luciano, 84 – Santinho

Responsável: Fernando da Silva

Telefone: 269-3542

Fonte: Fernando da Silva

Nome: Agnus Dei

Endereço: Rua João Gualberto Soares, 6027 – Rio Vermelho – CEP 88059-000

Responsável: Romilda M. Bastos

Telefone: 234-6482

Fonte: Romilda M. Bastos

Nome: Geração da Paz

Endereço: Serv. Lídia da Silveira Espíndola, 253 – Rio Vermelho

CEP 88060-110

Responsável: Flávio I. Santos

Telefone: 369-0884

Fonte: Flávio I. Santos

1.4.3 Grupos de Reflexão

Principais objetivos:

- Visitar as casas das famílias fazendo um trabalho de evangelização;
- Conscientização;
- Articulação e organização comunitária;
- Realização de doações.

Micro-região 3: Rationes, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: Grupos de Reflexão de Canasvieiras (4 grupos)

Endereço: Rua do Lamim, 2584 – Canasvieiras – CEP 88054-610

Responsável: Neusa Maria de Oliveira

Telefone: 266-5592

Fonte: Neusa Maria de Oliveira

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: Grupos de Reflexão de Ponta das Canas (5 grupos)

Endereço: Servidão Graciliano Santos, 58 – Ponta das Canas – CEP 88056-697

Responsável: Osvaldo Olímpio dos Santos

Telefone: 284-1787

Fonte: Osvaldo Olímpio dos Santos

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: Grupo de Reflexão da Vargem do Bom Jesus

Endereço: Rua Maria do Nascimento Costa, 106 – Vargem do Bom Jesus

Responsável: Janete Maria da Rosa Silva

Telefone: 269-6489

Fonte: Janete Maria da Rosa Silva

Nome: Grupos de Reflexão do Sítio Capivari (8 grupos)

Endereço: Rua Luís Flor Francisco, 596 – Capivari – Ingleses – CEP 88058-493

Responsável: Maria das Graças S. Flor

Telefone: 269-1841

Fonte: Maria das Graças S. Flor

Nome: Grupos de Reflexão do Rio Vermelho (10 grupos)

Endereço: Rua Capitão Américo, 52 – apto. 303 – Córrego Grande

CEP 88037-060

Responsável: Romilda M. Bastos

Telefone: 222-9541

Fonte: Romilda M. Bastos

Nome: Grupo de Reflexão do Travessão – Rio Vermelho

Endereço: Rua das Orquídeas, 68 – Travessão do Rio Vermelho

CEP 88058-000

Responsável: Rosicléa Machado

Telefone: 269-9694

Fonte: Rosicléa Machado

1.4.4 Pastorais

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Pastoral da Criança - Paróquia do Saco Grande

Endereço: Rua Sarandí, 20 – Monte Verde – CEP 88032-380

Responsável: Carmem Lima da Silva

Telefone: 238-6202

Principal objetivo: Acompanhar a saúde das gestantes e crianças até 6 anos, fornecer orientações.

Fonte: Carmen Lima da Silva

Nome: Pastoral da Saúde - Paróquia do Saco Grande

Endereço: Rua Almeida, 94 – Monte Verde – CEP 88032-560

Responsável: Helena Milanez

Telefone: 238-1136

Principal objetivo: Resgatar o valor das plantas medicinais e passar para a comunidade, prevenir a saúde.

Fonte: Helena Milanez

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari , Santinho e Rio Vermelho

Nome: Pastoral da Família – Paróquia dos Ingleses

Endereço: Rua Dom João Becker, 41 – Ingleses – CEP 88058-670

Responsável: Sebastião P. Kuhn e Nilza O. Kuhn

Telefone: 269-3340

Principal objetivo: Trabalhar para evangelizar adultos.

Fonte: Nilza O. Kuhn

Nome: Pastoral da Criança – Paróquia dos Ingleses

Endereço: Rua Quadrangular, 917 – Capivari – Ingleses – CEP 88058-455

Responsável: Petronilha I. Costa Francisco

Telefone: 369-3615

Principal objetivo: Trabalhar com gestantes e crianças de 0 a 6 anos, orientar sobre higiene, nutrição e desenvolvimento da criança.

Fonte: Petronilha I. Costa Francisco

Nome: Pastoral da Terceira Idade – Paróquia dos Ingleses

Endereço: Rua Dom João Becker, 41 – Ingleses – CEP 88058-670

Responsável: Ruth Pereira

Telefone: 269-1678

Principal objetivo: Reintegração do idoso na sociedade.

Fonte: Ruth Pereira

Nome: Pastoral da Saúde – Paróquia dos Ingleses

Endereço: Rua Dom João Becker, 41 – Ingleses – CEP 88058-670

Responsável: Natalina Pegoraro de Magalhães

Telefone: 269-1710

Principal objetivo: Trabalhar com massagem bio-energética e reiki (energia através das mãos). Proporcionar uma melhor qualidade de vida para os idosos.

Fonte: Natalina Pegoraro de Magalhães

1.5 LAZER E CONVIVÊNCIA SÓCIO-COMUNITÁRIA

Os grupos de lazer e integração sócio-comunitária somam 19 no Norte da Ilha. São os chamados Clubes de Futebol, os quais em sua maioria, têm como objetivos:

- Incentivar e praticar o esporte;
- Integrar a comunidade;
- Proporcionar convivência e lazer.

1.5.1 Clubes de Futebol e Associações de Surf

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Zé Ketis

Endereço: Rod. Virgílio Várzea, 1067F – Saco Grande II – CEP 88032-001

Responsável: Antenor da Silva

Telefone: 238-0519

Fonte: Antenor da Silva

Micro-região 2: Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui

Nome: Avante

Endereço: Rua Cônego Serpa, 88 – Santo Antônio de Lisboa – CEP 88051-440

Responsável: Luciane L. da Cunha

Telefone: 9962-4766

Fonte: Luciane L. da Cunha

Nome: Jasa Futebol Clube

Endereço: Rua Cônego Serpa, 62 – Santo Antônio de Lisboa – CEP 88050-440

Responsável: Edinaldo L. Cunha

Telefone: 235-2125

Fonte: Edinaldo L. Cunha

Nome: Triunfo Futebol Clube

Endereço: Rua Gilson da Costa Xavier, 2408 – Sambaqui – CEP 88051-000

Responsável: Maurício César Dutra Meurer

Telefone: 335-0001

Fonte: Maria Edinete Meurer (esposa)

Micro-região 3: Rationes, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: Jurerê Futebol Clube

Endereço: Rua Geral Jurerê, 485 – Jurerê – CEP 88053-750

Responsável: Sérgio Santana Fernandes

Telefone: 229-5016 ou 282-1353

Fonte: Sérgio Santana Fernandes

Nome: Canasvieiras Futebol Clube

Endereço: Rod. Tertuliano Brito Xavier esquina com Dês. Rid Silva – Canasvieiras - CEP 88054-600

Responsável: Sebastião dos Santos

Telefone: 9104-4429

Fonte: Sebastião dos Santos

Nome: COFANI – Comissão Organizadora de Futebol Amador do Norte da Ilha

Endereço: Rod. SC 401, Km 16 – Vargem Pequena – CEP 88030-000

Responsável: Vilmo Hercílio Laurindo

Telefone: 9971-0970 ou 269-5037 (Vilmo) / 222-2692 (Adriano)

Fonte: Adriano Flor

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: Grêmio Esporte Clube

Endereço: Rua Oliveira, 169 – Cachoeira do Bom Jesus – CEP 88056-398

(A/C Ednaldo)

Responsável: Sérgio Neri

Telefone: 216-9336

Fonte: Sérgio Neri

Nome: Lagoinha Futebol Clube

Endereço: Rua Jorn. Jaime Arruda Ramos, 1121 – Ponta das Canas – Lagoinha

CEP 88058-750

Responsável: Edevaldo A. Silva

Telefone: 282-5244

Fonte: Edevaldo A. Silva

Nome: Associação Atlética Ponta das Canas

Endereço: Av. Luiz Boiteux Piazza, 6930 – Ponta das Canas – CEP 88056-000

Responsável: Heleno O. Martins

Telefone: 9991-3947

Fonte: Heleno O. Martins

Nome: Associação de Surf da Praia Brava - ASPB

Endereço: Serv. Inhatomirim, 214 – Praia Brava – CEP 88056-100

Responsável: Davi Severo

Telefone: 284-2667 ou 9105-7259

Principal objetivo: Organizar, regulamentar e fomentar o esporte na sua região.

Fonte: Federação Catarinense de Surf

**Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari ,
Santinho e Rio Vermelho**

Nome: Santa Cruz Esporte Clube

Endereço: Rua Cristóvão Machado Campos, 1820 – Vargem Grande

CEP 88052-000

Responsável: Amauri A. Ramos

Telefone: 269-5615

Fonte: Amauri A. Ramos

Nome: Florianópolis F. C.

Endereço: Sede Florianópolis Futebol Clube - SC 403, Km 2 – Vargem do Bom Jesus – CEP 88058-000

Responsável: Roberto L. Costa

Telefone: 9997-2538

Fonte: Roberto L. Costa

Nome: Vila Futebol Clube

Endereço: Rua Graciliano Manoel Gomes, s/nº - Ingleses – CEP 88058-000

Responsável: Juvencílio J. de Souza

Telefone: 269-3396

Fonte: Juvencílio J. de Souza

Nome: Capivari Esporte Clube

Endereço: Serv. Aníbal de Oliveira, s/nº - Capivari - Ingleses

Responsável: José Aníbal de Oliveira

Telefone: 369-2988 **Fonte:** José Aníbal de Oliveira

Nome: Associação de Surf de Ingleses e Santinho - ASIS

Endereço: Rua Dep. Ulisses Caldas, 79 – CEP 88058-680

Responsável: Reginaldo Gomes Ferreira

Telefone: 369-0619 ou 9971-9048 / 224-2259 ou 91031815 /

digolins@zipmail.com.br

Principal objetivo: Organizar, regulamentar e fomentar o esporte na sua região.

Fonte: Federação Catarinense de Surf

Nome: Náutico Futebol Clube

Endereço: Rua do Tico-Tico – Náutico Futebol Clube - Santinho

Responsável: Elenilson João Nunes / Elton Manoel Machado

Telefone: 224-2544 / 369-5420

Fonte: Elton Manoel Machado

Nome: River Esporte Clube

Endereço: Rod. João Gualberto Soares, 5550 – Rio Vermelho – CEP 88058-200

Responsável: Eduardo Rodrigues Neto

Telefone: 269-7222

Fonte: Eduardo Rodrigues Neto

Nome: Sociedade Esportiva Porto

Endereço: Rod. João Gualberto Soares, 9097 – Rio Vermelho – CEP 88058-200

Responsável: Domingos Manoel Filho

Telefone: 269-7139

Fonte: Domingos Manoel Filho

1.6 ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Sindicatos e associações profissionais que lutam pela defesa de interesses de uma categoria específica de trabalhadores. Muitas vezes coadunam a defesa meramente corporativista de uma categoria com lutas políticas mais abrangentes pela cidadania como, por exemplo, no denominado sindicato-cidadão, que em muitos locais coordenou a Campanha do Betinho e, mais recentemente, trabalha-se para a formação de redes de solidariedade, articulando o associativismo civil em torno de questões da gestão pública local, nos municípios. (SCHERER-WARREM, 2002, p. 43)

No Norte da Ilha podemos mapear 28 organizações desse tipo, subdivididas a seguir como associações de maricultores, pescadores e agricultores, associações de pais e professores e associações de surf.

1.6.1 Associações de Maricultores e Pescadores e outras Cooperativas

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: Associação dos Pescadores do Saco Grande

Endereço: Rua Júlio Vieira, 157 – João Paulo – CEP 88030-310

Responsável: Adão Anísio de Souza

Telefone: 9105-6675

Principal objetivo: Lutar pela dragagem e pelos outros interesses dos pescadores.

Fonte: Adão Anísio de Souza

Micro-região 2: Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui

Nome: Associação dos Maricultores do Norte da Ilha - AMANI

Endereço: Rod. Aroldo Soares Glavan, 3931 - Cacupé

Responsável: José Sebastião Marcati

Telefone: 235-1036 ou 9111-6764

Principal objetivo: União dos maricultores, fornecer orientações (EPAGRI, PMF), reivindicar direitos.

Fonte: José Sebastião Marcati

Nome: Cooperativa de consumo - COOPERCOMP

Endereço: Rua Isid Dutra, 1468 – Barra do Sambaqui – CEP 88051-011

Responsável: Alaércio Martins Peixoto / Nascimento R. Clemente

Telefone: 235-1746 ou 9116-2750

Principal objetivo: Organizar a sociedade de forma solidária, desenvolvendo atividades de produção, industrialização e consumo.

Fonte: Alaércio Martins Peixoto

Micro-região 3: Rationes, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: Associação dos Agricultores Orgânicos de Florianópolis

Endereço: Rua Bento Manoel Ferreira, 1415 – Rationes – CEP 88052-400

Responsável: Armando Lopes da Silva

Telefone: 266-8062

Principal objetivo: Favorecer os agricultores para facilitar a comercialização de produtos, fortalecer a associação para conseguir maiores benefícios (credibilidade).

Fonte: Armando Lopes da Silva

Nome: Associação dos Pescadores do Rio Ratores

Endereço: Rua João Januário da Silva, 8461 – Ratores – CEP 88052-100

Responsável: Orlando D. da Silva / Gilberto Ribas

Telefone: 266-8423 / 266-8525

Principal objetivo: Lutar pela permanência da pesca no Rio Ratores, fortalecê-la, preservar o entorno do Rio, inserir-se em movimentos que beneficiem a comunidade, promover a união da comunidade.

Fonte: Orlando D. da Silva

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: Associação de Maricultores e Pescadores de Cachoeira - AMAPESCA

Endereço: Serv. Ari Comede, 28 – Cachoeira do Bom Jesus – CEP 88053-600

Responsável: Zumar Jackes

Telefone: 284-5130 (José Paulo da Silva)

Principal objetivo: Aquisição da área para cultivo, formação de cooperativa para geração de renda.

Fonte: José Paulo da Silva

1.6.2 Associações de Pais e Professores

Principais objetivos:

- Integrar a escola com a comunidade;
- Atuar como centro de desenvolvimento comunitário;

- Promover a cooperação dos membros da comunidade para com as atividades da escola;
- Resolver problemas em conjunto (pais ou responsáveis, corpo docente e discente);
- Cooperar na conservação da escola;
- Administrar recursos.

Fonte: Secretaria da Educação (Estadual e Municipal)

Micro-região 1: Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo

Nome: APP da Escola Básica Donícia Maria da Costa

Endereço: Rodovia Virgílio Várzea, 2507 – Saco Grande II – CEP 88032-001

Telefone: 238-2299

Nome: APP da EEB Prof. Laura Lima

Endereço: Rua do Lauro – Monte Verde

Telefone: 238-6212

Nome: APP da Escola Básica José do Valle Pereira

Endereço: Rodovia João Paulo, 1268 – João Paulo – CEP 88030-300

Telefone: 238-1737

Micro-região 2: Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui

Nome: APP da Escola Básica Paulo Fontes

Endereço: Rua Osni Barbatto, 168 – Santo Antônio de Lisboa – CEP 88050-450

Telefone: 235-2192

Nome: APP da EEF de Sambaqui

Endereço: Rua Florisbelo Silva – Sambaqui – CEP 88051-020

Telefone: 235-1890

Nome: APP da Escola Desdobrada Marcolino José de Lima

Endereço: Rua Isid Dutra, 1200 – Barra do Sambaqui – CEP 88051-010

Telefone: 235-1295

Micro-região 3: Ratonés, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte

Nome: APP da Escola Básica Mâncio Costa

Endereço: Rua Intendente Antônio Damasco, 3131 – Ratonés – CEP 88052-100

Telefone: 266-8218

Nome: APP da EEF Durval Melquíades de Souza

Endereço: Rua João Januário da Silva – Ratonés – CEP 88052-000

Telefone: 266-8316

Nome: APP da Escola Desdobrada Praia de Fora

Endereço: Rua Jurerê Tradicional, 230 – Jurerê – CEP 88054-600

Telefone: 282-2034

Nome: APP da Escola Desdobrada Praia de Fora (Anexo Agenor Manoel Gaia)

Endereço: Avenida dos Búzios, 3547 – Jurerê Internacional – CEP 88000-000

Telefone: 282-1458

Nome: APP da Escola Básica Osmar Cunha

Endereço: Rodovia Tertuliano Brito Xavier, 661 – Canasvieiras – CEP 88054-600

Telefone: 266-5312

Nome: APP da EEB Osmar Cunha

Endereço: Tv. Virgílio Várzea – Canasvieiras – CEP 88054-600

Telefone: 266-2046

Nome: APP da EEF Vargem Pequena

Endereço: Estrada Manoel Leôncio Souza B – Vargem Pequena

Telefone: 269-5898

Micro-região 4: Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha

Nome: APP da Escola Básica Intendente Aricomedes da Silva

Endereço: Rodovia Leonel Pereira, 930 – Cachoeira do Bom Jesus

CEP 88070-300

Telefone: 284-5836

Nome: APP da Escola Básica Osvaldo Machado

Endereço: Rua Luiz Boiteux Piazza, 6542 – Ponta das Canas – CEP 88056-000

Telefone: 284-2110

Micro-região 5: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho

Nome: APP da Escola Básica Albertina Madalena Dias

Endereço: Rua Cristóvão Machado de Campos, 1537 – Vargem Grande

CEP 88056-000

Telefone: 269-5835

Nome: APP da Escola Básica Ponta do Morro

Endereço: Rodovia SC 403, Km 3 – Vargem do Bom Jesus – CEP 88070-220

Telefone: 269-6636

Nome: APP da Escola Básica Gentil Mathias da Silva

Endereço: Rua Dom João Becker, 988 – Ingleses – CEP 88058-600

Telefone: 269-3091

Nome: APP da EEB Intendente José Fernandes

Endereço: Rod. João Gualberto Soares – Ingleses – CEP 88058-200

Telefone: 269-1567

Nome: APP da Escola Desdobrada Luiz Paulo da Silva

Endereço: Rua Vereador Onildo Lemos, 1000 – Santinho – CEP 88058-601

Telefone: 369-3623

Nome: APP da EEB de Muquem

Endereço: Rodovia João Gualberto Soares – Rio Vermelho – CEP 88059-000

Telefone: 296-8905

Nome: APP da Escola Básica Antônio Paschoal Apóstolo

Endereço: Rodovia João Gualberto Soares, 6809 – Rio Vermelho

CEP 88050-100

Telefone: 269-7313

Obs.: Algumas organizações foram mapeadas (Anexo 1), porém, não tivemos acesso a todos os seus dados ou à confirmação destes, em virtude, na maioria das vezes, de problemas com o telefone localizado (não atende, incorreto, etc.).

A fim de permitir uma melhor visualização do associativismo civil do Norte da Ilha, apresentaremos a seguir alguns gráficos desenhados a partir da classificação utilizada. Através deles, podemos ter uma visão geral do associativismo civil da região Norte como um todo, bem como de cada uma das micro-regiões e, também, compará-las entre si de acordo com o tipo de associativismo.

Figura 2: Cenário do Associativismo Civil e Sócio-Comunitário do Norte da Ilha

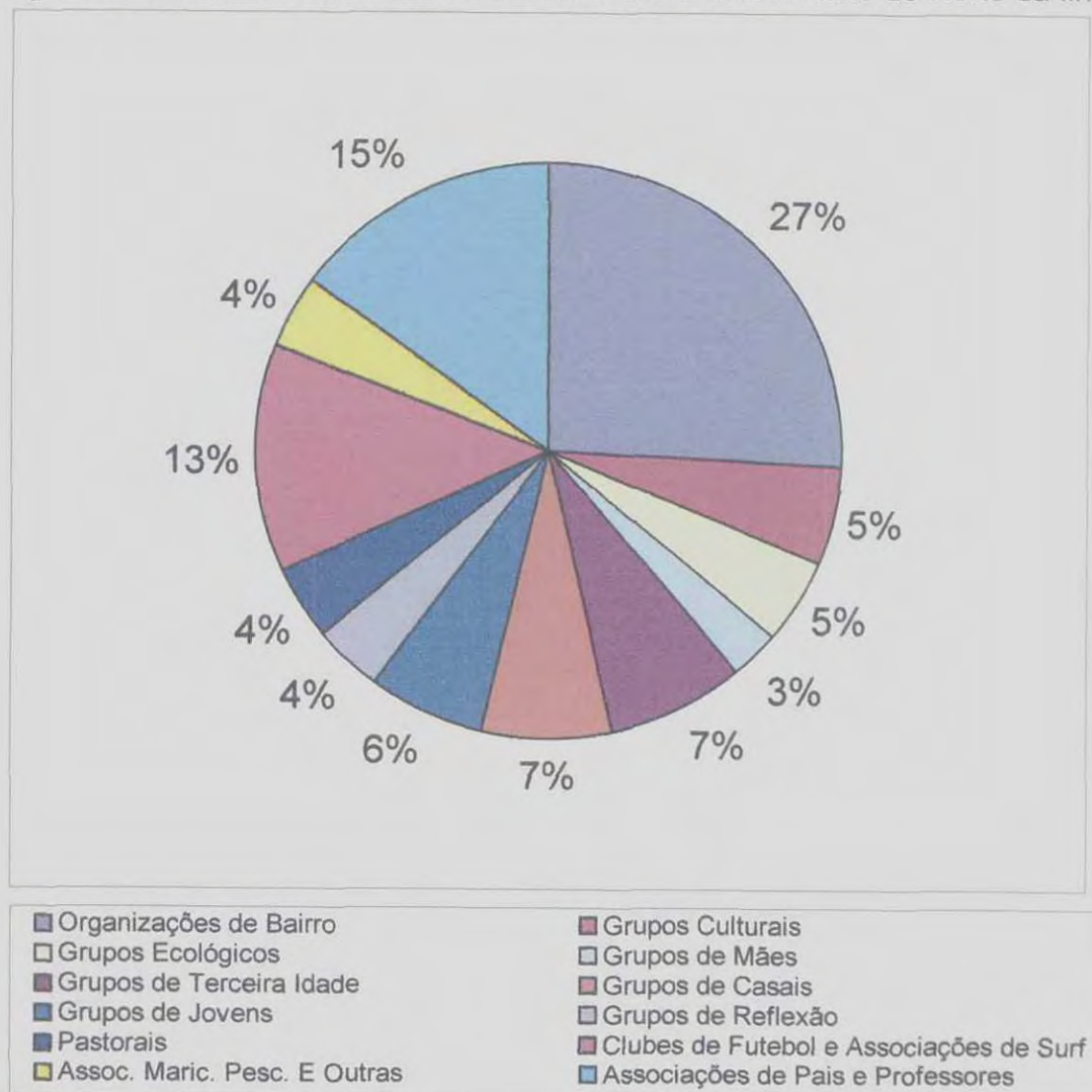
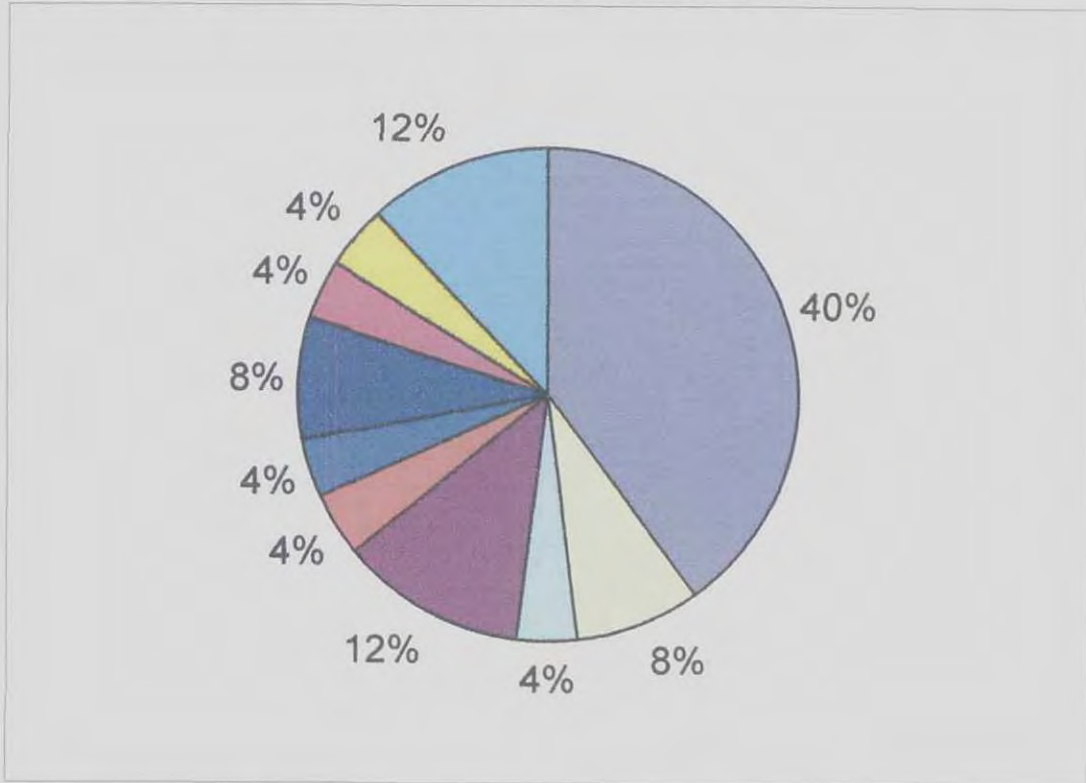


Figura 3: Micro-Região 1
(Saco Grande, Monte Verde, Sol Nascente e João Paulo)



- | | |
|--------------------------------|---|
| ■ Organizações de Bairro | ■ Grupos Culturais |
| ■ Grupos Ecológicos | ■ Grupos de Mães |
| ■ Grupos de Terceira Idade | ■ Grupos de Casais |
| ■ Grupos de Jovens | ■ Grupos de Reflexão |
| ■ Pastorais | ■ Clubes de Futebol e Associações de Surf |
| ■ Assoc. Maric. Pesc. E Outras | ■ Associações de Pais e Professores |

Figura 4: Micro-Região 2
(Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui)

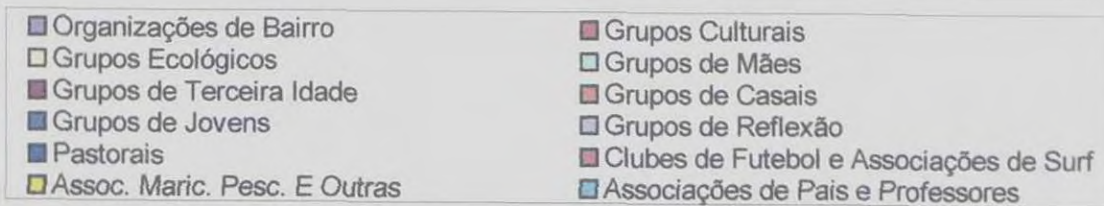
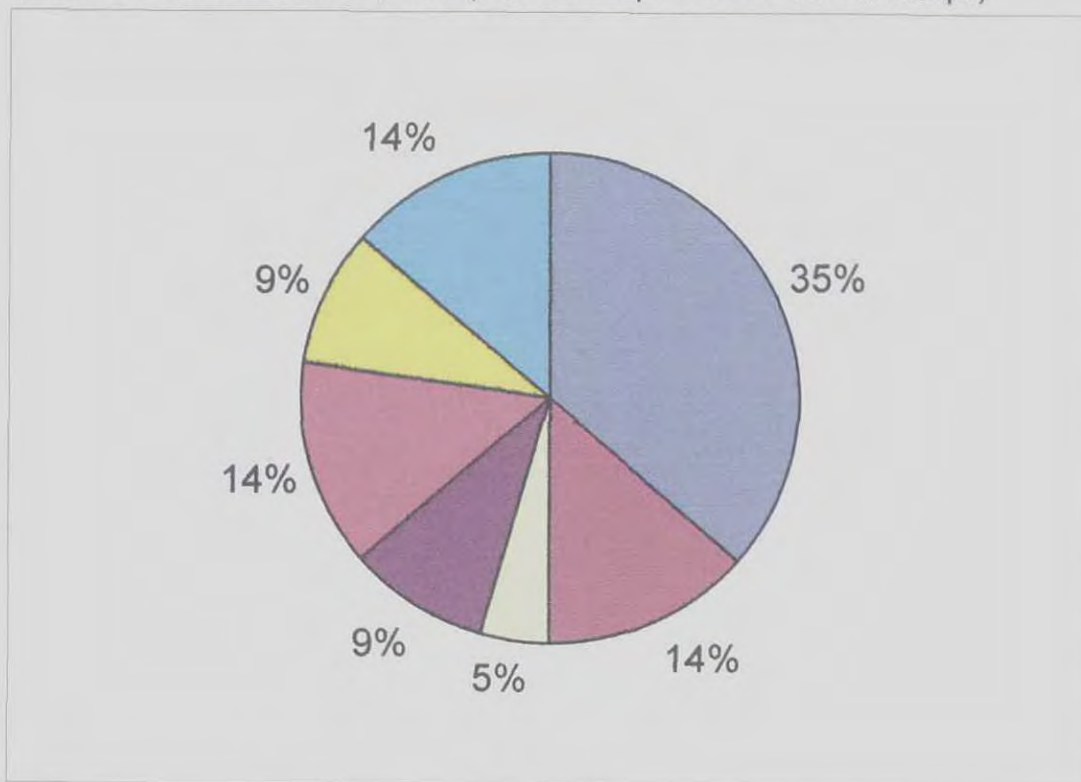


Figura 5: Micro-Região 3
(Ratones, Jurerê, Daniela, Canasvieiras, Vargem Pequena, Ponta Norte e Praia do Forte)

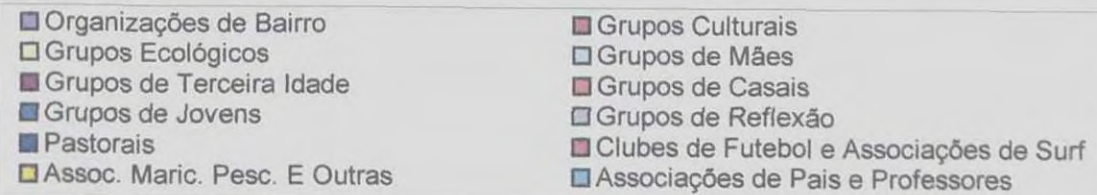
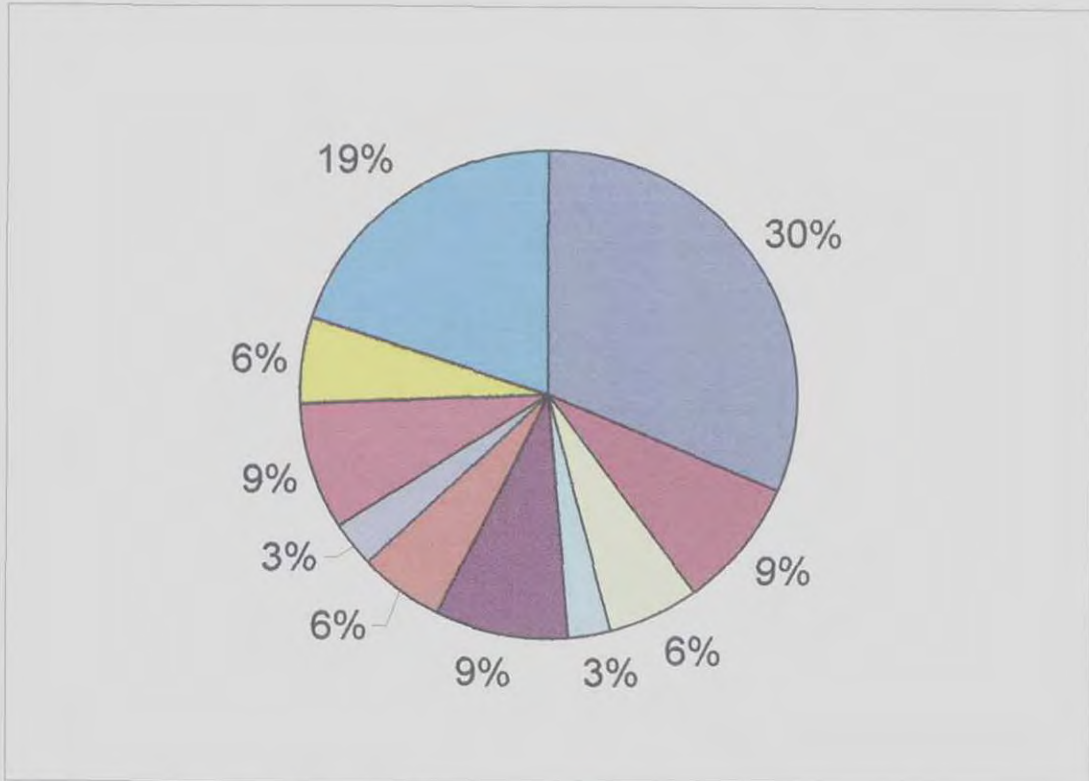
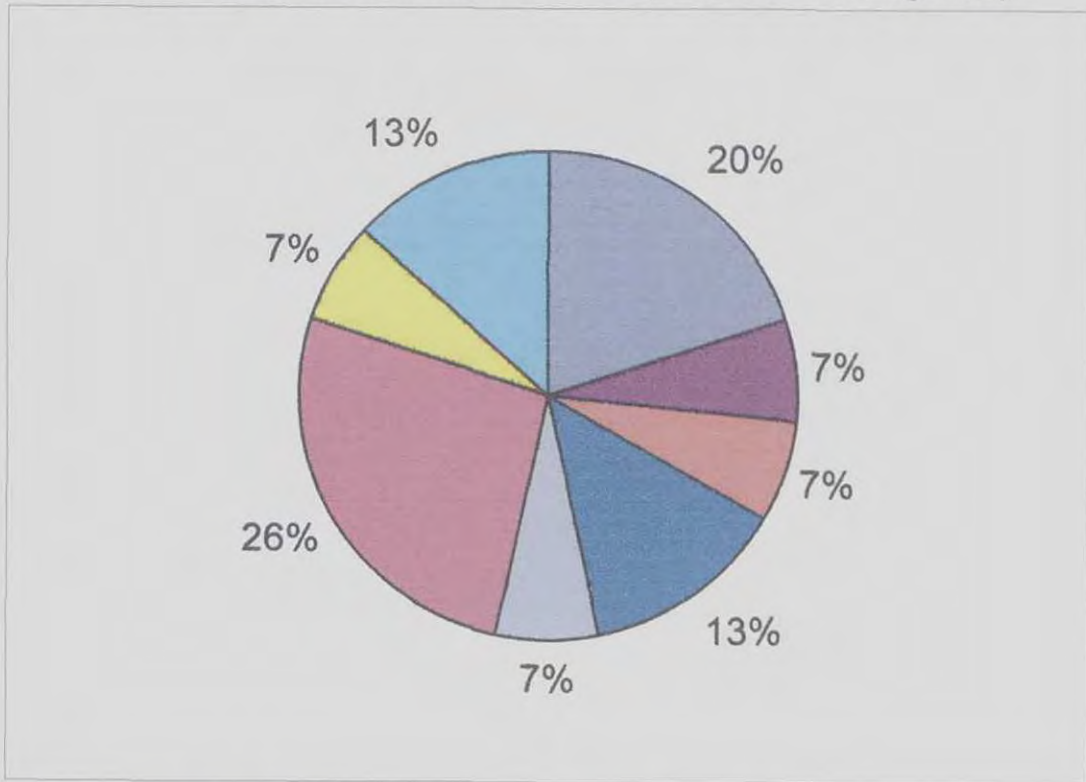


Figura 6: Micro-Região 4
(Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha)



- | | |
|--------------------------------|---|
| ■ Organizações de Bairro | ■ Grupos Culturais |
| ■ Grupos Ecológicos | ■ Grupos de Mães |
| ■ Grupos de Terceira Idade | ■ Grupos de Casais |
| ■ Grupos de Jovens | ■ Grupos de Reflexão |
| ■ Pastorais | ■ Clubes de Futebol e Associações de Surf |
| ■ Assoc. Maric. Pesc. E Outras | ■ Associações de Pais e Professores |

Figura 7: Micro-Região 5

(Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari, Santinho e Rio Vermelho)

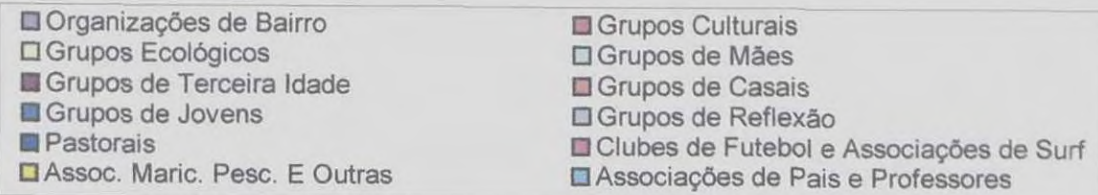
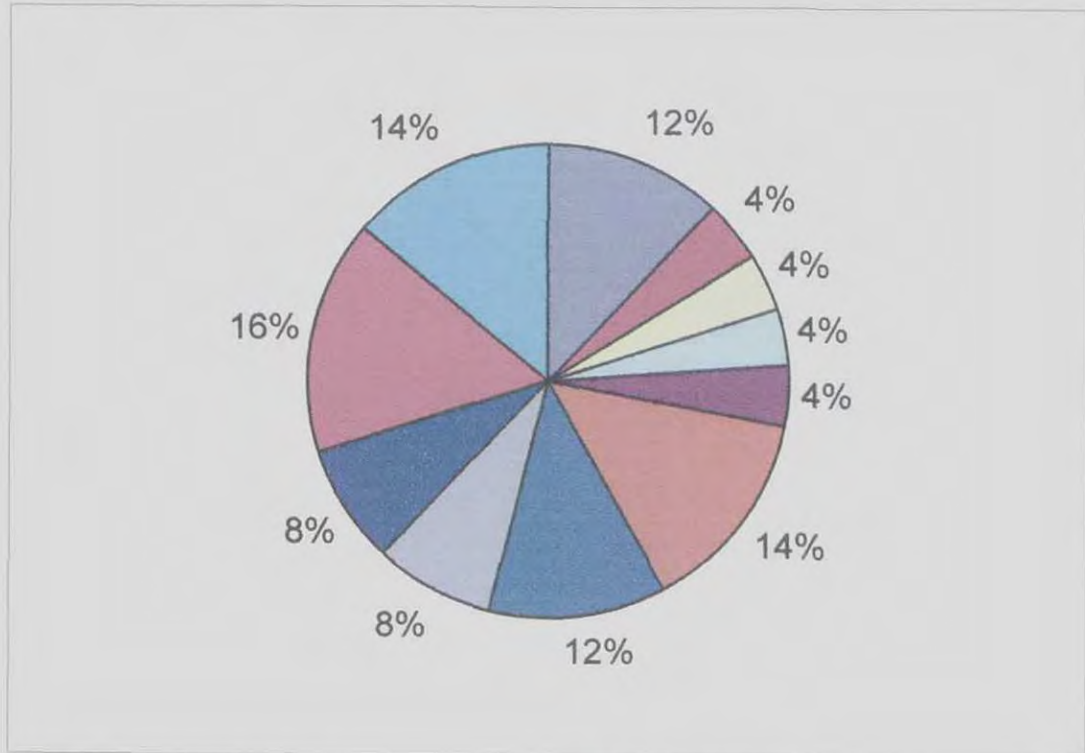
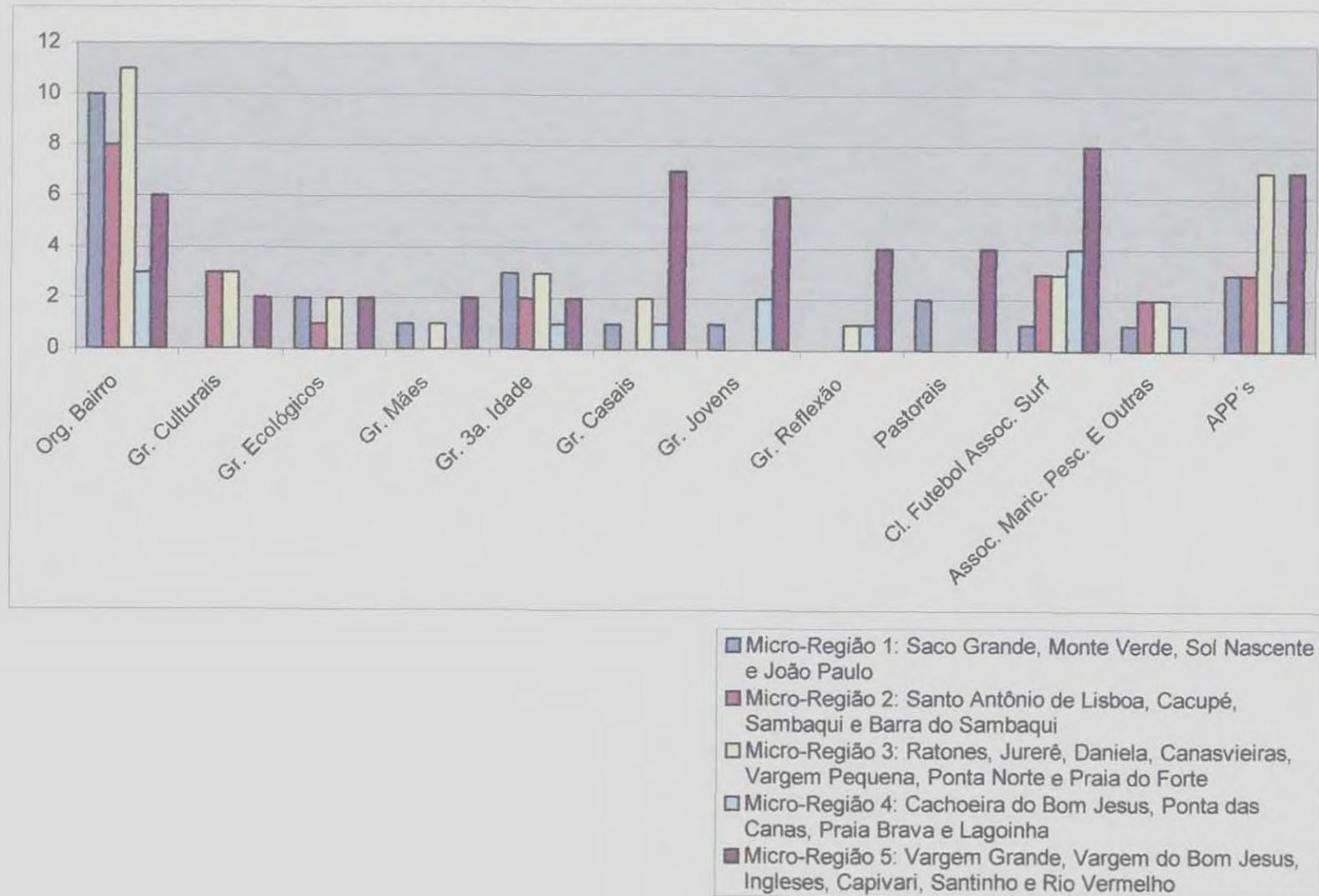


Figura 8: Comparação entre as micro-regiões por tipo de associativismo



Face ao esforço de construção desse mapa, o qual se encontra numa condição ainda bastante exploratória, observamos o potencial existente no associativismo civil do Norte da Ilha de Santa Catarina. Podemos analisar, através dos objetivos minimamente descritos no mapa, que a maioria dessas organizações apontam na direção da construção de novas relações sociais, baseadas no respeito aos interesses da coletividade e às diferentes culturas, na preservação ambiental, no reforço às identidades específicas e, acima de tudo, revelam a necessidade de associação das pessoas. É justamente essa tendência associativa que abre a possibilidade de participação, como uma necessidade humana, contribuindo para a construção de uma cultura mais democrática, o que será aprofundado no próximo capítulo. No entanto, algumas organizações ainda apontam na direção de práticas mais conservadoras e fragmentadas.

Esse mapa possibilita uma maior visibilidade e sinaliza a força existente no associativismo civil do Norte da Ilha, para estabelecer uma articulação, uma interação em rede, a fim de fortalecer os diferentes sujeitos na luta por seus interesses.

Além disso, evidencia um campo fértil de demanda profissional do Assistente Social frente às diversas possibilidades, e também dificuldades na efetivação das políticas sociais referentes aos diferentes segmentos.

2 APORTES TEÓRICOS SOBRE A TEMÁTICA PARTICIPAÇÃO

Com base no mapeamento realizado, e tendo como pressuposto o potencial sócio-político desses grupos e organizações, na formação e concretização de ações no âmbito dos movimentos sociais, remetemo-nos à discussão sobre participação, sendo esta um dos principais elementos de efetivação de novos projetos de sociedade.

A grande possibilidade desses movimentos está na inter-relação dos mesmos, entre as diversas culturas, formando uma rede de solidariedade política e respeito às diferenças, unindo forças na luta por uma sociedade mais igualitária e democrática, podendo ser chamado de "movimento cidadão" (WARREN, 1999, p. 15). Essa questão do respeito às diferenças e individualidades é recente:

Nos anos 1980, participação adquire um sentido mais subjetivo e menos estrutural, e a objetividade e o coletivo cedem lugar à preocupação com a individualidade e a afetividade. Autonomia, emancipação e diversidade tornam-se valores éticos mais aplaudidos em substituição à liberdade e à igualdade. O espaço da participação social perde as fronteiras rígidas e a sua temporalidade deixa de ser delimitada pelas ações políticas pontuais, tornando-se o tempo do cotidiano. (SAWAIA, 2001, p. 117-118).

Diante disso, não podemos pensar em sujeitos sem subjetividade, sendo que esta é anulada para garantir a dominação na sociedade atual.

Dessa forma, a primeira preocupação, ao se incorporar à subjetividade na análise e no planejamento da participação, é de realizar um trabalho do "contra", caminhando na "contracorrente" da lógica dominante, com muita clareza das imposições do mercado. O que significa usar o "feitiço contra o feiticeiro", introduzindo a subjetividade como questão central de análise e planejamento da participação para negar a sua manipulação como força produtiva por meio de estratégias "psis". (SAWAIA, 2001, p. 118).

Ao dissertar sobre participação, Demo (1996, p. 18) a define como um processo constante e afirma que

... participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada.

Sawaia salienta as variadas formas que a participação pode apresentar:

Em uma observação empírica mais detalhada, o que mais se evidencia é a sua polissemia. As formas de participação variam: de intensidade, desde a simples adesão até a absorção do indivíduo; de espacialidade, participação "face a face", anônima, virtual, local, global; de motivo, por obrigação, por interesse, por imposição, por afeto; de temporalidade, longa duração, imediata. (2001, p. 119).

De acordo com Simionatto e Nogueira (2001), os novos incentivos à participação, protagonizados pelos organismos internacionais, têm como objetivo a desresponsabilização do Estado no que diz respeito às políticas sociais, ajuste necessário à continuidade da exploração capitalista.

Contrariamente ao que ocorreu em outros períodos históricos, quando a participação era articulada em torno de organizações coletivas com uma clivagem de classe em torno de projetos e interesses mais universais, a sociedade civil é convocada, hoje, em nome da cidadania e de um dever cívico, a assumir as funções estatais nas tarefas relativas à proteção social. O fortalecimento da sociedade civil, ora proposto, se afasta da construção de vontades coletivas e da idéia de Estado-nação e volta-se para ações localizadas e pontuais de combate à pobreza. (SIMIONATTO; NOGUEIRA, 2001, P. 154).

Essa pseudoparticipação é despolitizada e não potencializa os indivíduos para a transformação da sociedade, mas, sim, para sua legitimação.

Essa "participação" existe para os interesses da elite mundial e não se caracteriza como espaço de efetivação de uma real democracia. Não há um

trabalho adequado de mobilização, capacitação e educação política, em que o indivíduo possa compreender a estrutura como um todo, podendo, então, expressar e lutar por sua opinião. O que existe, na realidade, é uma manipulação do indivíduo e de sua subjetividade

É sobre a construção da subjetividade coletiva que trata Souza Santos *apud* Sposati (2001, p. 27).

Ele defende que um novo conhecimento na direção emancipatória soma saber acadêmico com saber popular, provocando um novo senso comum argumentativo do desejo de mudança. Reforço, portanto, que um dos pontos para o sucesso deste projeto é a busca da alteração do senso comum e da construção da subjetividade coletiva favorável à mudança.

A participação é uma necessidade humana, ou seja, faz parte da subjetividade humana, pois o ser humano é um sujeito social e enquanto tal precisa colocar-se diante das mudanças do espaço onde vive, sempre na dialética das relações com os outros, sendo influenciado e influenciando. Contudo, devido aos interesses econômicos, a subjetividade humana vem sendo anulada para garantir a dominação.

Essa prioridade econômica, em detrimento do social, que reina na atualidade, remetemo-nos à questão central na discussão sobre participação: ético-política.

Quando discutimos participação, estamos nos posicionando sobre concepções de sociedade, de cidadania, de ética e de justiça, bem como sobre educação popular e movimentos sociais, desigualdade e exclusão social. (SAWAIA, 2001, p. 120).

A participação é condição para que o ser humano possa conquistar sua liberdade, sua felicidade e até mesmo sua humanidade, em sentido pleno. Portanto, a organização e o fortalecimento da sociedade civil correspondem a

uma resposta à política autoritária e manipuladora, que busca fazer do cidadão um mero expectador das decisões tomadas por poucos, as quais influenciarão diretamente nas suas condições de vida.

As lutas a nível micro preparam o cidadão para as lutas a nível macro, exercendo uma função educativa no sentido de tornar o indivíduo autor de sua própria história e da história de seu tempo.

Diante disso, não basta criar canais de participação, é necessário desenvolver um trabalho de mobilização para a construção de uma participação verdadeiramente democrática, na qual os sujeitos possuam condições para participar. Para isso, é preciso superar os obstáculos colocados por Calderón *apud* Costella (1998, p. 53), quais sejam:

falta de amadurecimento da consciência de cidadania, ausência de uma cultura política democrática, necessidade de reconhecimento da população de sua condição de cidadã; ceticismo às propostas de transformação social; situação sócio-econômica adversa leva o indivíduo a utilizar todo o seu tempo na busca de conseguir garantir sua sobrevivência, o que o impede de exercer sua cidadania; as lutas populares que passaram a caracterizar-se por possuir objetivos reivindicatórios-imediatistas; dentre outros.

É no sentido da construção de uma nova cultura política, com base nas dificuldades ~~so~~pra citadas, que fala Souza Santos *apud* Ribeiro (1998), destacando a participação, a solidariedade e a construção da vontade geral, como marcos para a potencialização da subjetividade cidadã ou cidadania social. E são justamente os movimentos sociais que têm em seu âmago a prática da democracia, que possuem essa potencialidade catalisadora de valorização e disseminação da cultura democrática, aqui entendida como

Naturalidade de funcionamento de processos participativos, marcados pelo acesso aberto ao poder, seu controle, pela burocracia comprometida com o serviço aos interessados, pelo exercício constante das regras comuns de jogo, pela negociação como forma primordial de tratamento das divergências, e assim por diante. (DEMO, 1996, p. 79)

É a partir dessas dificuldades encontradas à participação que se coloca a questão da subjetividade, como uma estratégia que vai contra a lógica dominante imposta no decorrer da história:

O predomínio da razão e da objetividade na história das idéias como pressupostos epistemológicos, definidores da natureza humana, impôs uma ontologia e uma epistemologia negativas da subjetividade e dos seus correlatos, como afetividade e imaginação. Nessa perspectiva analítica, subjetividade é da ordem das paixões, considerada uma variável independente da natureza humana que pode e deve ser anulada para garantir a plena participação racional na sociedade e, conseqüentemente, manutenção da ordem social. Já no paradigma da **positividade**, a subjetividade deixa de ser força incontrolável, antagônica à participação racional e objetiva e passa a ser constituinte dela. O que equivale a afirmar que não há participação sem subjetividade, nem subjetividade sem participação. Ambas são fenômenos da mesma substância, de forma que, para mudar a qualidade da participação, é preciso mudar a ontologia da subjetividade. (SAWAIA, 2001, p. 122)

De acordo com Sherer-Warren (2001), o associativismo civil, no qual o movimento social encontra bases de sustentação, vem construindo e inventando a democracia, através das lutas por novos direitos, do reconhecimento das identidades e das subjetividades específicas e da politização e socialização de novos valores, a partir do cotidiano familiar e comunitário, por exemplo. Essa invenção democrática se difunde através de “variadas formas de redes de solidariedade e de redes estratégicas entre os atores e/ou organizações de lutas cidadãos e em torno de carências diversas”. (SHERER-WARREN, 2001, p. 51)

E são esses diferentes grupos organizados da sociedade civil que caracterizam o novo sujeito coletivo discutido por Sader (1988, p. 53),

E outro traço comum, vinculado a este, é a conotação com a idéia de *autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências. (Grifo do autor)

Esses sujeitos coletivos são protagonistas da criação de uma nova sociabilidade, em que há solidariedade e respeito às diferenças, pois cada grupo, ou ainda, cada sujeito, possui um projeto, um sonho e uma potencialidade de efetivá-lo. E a questão é colocar em prática esse potencial humano, gerando uma politização da sociedade civil, através de espaços coletivos de aprendizado, troca de informações, possibilitando experiências que se enriquecem no decorrer do processo participativo, contribuindo para o amadurecimento de uma cultura mais democrática, inversa à que temos hoje. E o que temos, hoje, é a uniformidade e a homogeneidade, tratada por Souza Santos *apud* Sposati, através do paradigma da regulação

A diferença está no caráter repressor do paradigma da regulação, em que a manifestação contrária é entendida como destruição do disposto legal; todavia, o legal baseia-se em uma realidade virtual, portanto, que não é de fato real. Por exemplo, entre as condições efetivas de um aluno – sua família, moradia, condições de saúde, alimentação, etc. – e aquelas demandadas pelo “padrão de normalidade” que a escola constrói virtualmente cabe grande diferença. E essa diferença é que constrói de fato a vida real dos não proprietários e dos que menos têm. O paradigma da modernidade é assentado na regulação, mas a regulação como homogeneidade é uma idealização que não capta a diferença.

Nesse sentido, não há como construir uma sociedade democrática, para todos, sem considerar as diversidades existentes na própria sociedade em seus mais diferentes aspectos – sociais, econômicos, culturais -, principalmente em se tratando das chamadas “classes subalternizadas”.

Então, é preciso que esses grupos se fortaleçam e construam sua identidade, expressem sua subjetividade, para que possamos construir uma nova subjetividade coletiva, para a construção de uma sociedade mais democrática.

No entanto, não podemos impor a idéia de participação como a melhor, a correta, sem que a sociedade a assimile

Nós, acadêmicos, técnicos, estudiosos, militantes de uma utopia, quando vamos atuar na sociedade, precisamos repensar as estratégias para construção da subjetividade coletiva. Não basta propormos algo como o certo, é preciso hegemonizar uma idéia não pela dominação, mas pela possibilidade da construção de um *desejo novo*. (Grifo do autor) É fundamental esse processo, pois, se não ocorre a incorporação do desejo no plano da subjetividade, a alteração pretendida não alcança o imaginário coletivo, o desejo da sociedade e, conseqüentemente, torna-se descartável. (SPOSATI, 2001, p. 25)

Podemos concluir que a participação está intrinsecamente ligada à mobilização, que, por sua vez, se remete à subjetividade do sujeito, não confundida aqui como individualismo e subjetivismo/relativismo. Portanto, para a construção dessa tão sonhada participação democrática é preciso trabalhar uma nova subjetividade coletiva.

Souza Santos *apud* Sposati afirma a necessidade da fundação de uma nova concepção, a do paradigma emancipatório, isto é,

... os sujeitos só estarão efetivamente presentes se forem capazes de defender propostas com argumentos, com capacidade de decisão e construção coletiva. Para que isto ocorra é preciso investir em um trabalho coletivo. Não basta analisarmos uma situação no plano dos técnicos. O sucesso e a abrangência do resultado supõe o trabalho com a subjetividade dos participantes.

De acordo com Sawaia (2001), a participação é uma necessidade do sujeito, que, para se colocar enquanto tal, precisa expressar sua subjetividade. No entanto, a lógica capitalista destrói e manipula a subjetividade através dos meios de controle social. Com isso, criam-se mecanismos de pseudoparticipação, com modos conservadores de práticas democráticas, que não permitem e não oferecem condições para que o indivíduo se envolva para contribuir na

transformação da sociedade. Valores como individualismo e homogeneização tornam o sujeito estranho ao mundo em que vive, não penetrando na realidade e não se sentindo capaz de influenciar mudanças. É justamente a valorização desse potencial humano que proporcionará uma transformação.

Participamos quando, em nós ou fora de nós, algo se faz do qual somos causa adequada, que podemos conhecer clara e distintamente. Quando isso não acontece, submetemo-nos à participação. (SAWAIA, 2001, p. 126)

Torna-se perceptível, portanto, a diferenciação entre a participação como potência de ação e a idéia de participação que nos é constantemente imposta:

Potência de ação é a capacidade de ser afetado pelo outro, num processo de possibilidades infinitas de criação e de entrelaçamento nos bons e maus encontros. É quando me torno causa de meus afetos e senhor de minha percepção. A potência de padecer, ao contrário, é viver ao acaso dos encontros, juguete dos acontecimentos, pondo nos outros o sentido de minha potência de ação. (SAWAIA, 2001, p. 125)

Sawaia (2001, p. 131) coloca que

as estratégias participativas devem prever várias temporalidades, cujos extremos são o do "aqui-agora" e a do "sem tempo", isto é, as propostas de participação devem alimentar bons encontros, com profundidade emocional e continuidade no tempo, mas atuando no presente, para evitar a responsabilidade abstrata do cidadão. Essa concepção de temporalidade supera o paradigma da redenção, que exige renúncia e/ou enaltecimento do sofrimento, no presente, em prol da felicidade futura. O presente tem de ser olhado de forma capacitadora e a participação realizar-se por amor à liberdade e não por esperança de recompensa futura, sabendo que a prática de envolver-se e deixar-se envolver pelos encontros com outros corpos não tem hora nem espaço específicos.

A participação é vista, aqui, como uma prática constante, libertadora. Além disso, a autora coloca a práxis participativa como potência de ação, a qual fortalece o sujeito.

No que diz respeito ao conceito de práxis, destacamos, aqui, o de Vázquez (1977, p. 200):

Num sentido mais restrito, a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política.

O autor classifica a práxis como social, ligando-a diretamente à atividade política, no sentido de influenciar diretamente mudanças no ser humano e transformações na sociedade. O que podemos relacionar com a questão da participação é que é através dela que a práxis pode realizar-se, ou seja, é através da participação que o ser humano poderá sonhar e colocar em prática a construção de uma nova sociedade, sentindo-se responsável, nessa relação pensar-agir, colocando objetivos às suas ações e se tornando protagonista da história.

Nesse sentido, podemos compreender a dialética exclusão/inclusão referida por Sawaia

Marx não nos deixa esquecer que existem políticas de participação excludentes, uma forma de participação-exploração em que uns extraem benefícios da participação do outro e instigava a classe trabalhadora a reagir à participação passiva, um pseudobenefício garantido pelo "Estado protetor", visando a participação social ativa dos grupos e camadas populares, isto é, o poder de gerenciar os assuntos de seus interesses. (2001, p. 120)

Podemos dizer, com isso, por exemplo, que as chamadas classes subalternizadas estão extremamente incluídas nos processos econômicos da sociedade atual, dos quais participam de forma cruel, sendo exploradas e contribuindo para garantir a continuidade da acumulação capitalista. No entanto,

no que diz respeito ao aspecto social, estão proporcionalmente excluídas dos direitos sociais que possuem.

Sawaia (2001, p. 129) diz que, “na potência de ação não há distinção entre felicidade pessoal e universalidade ética e entre público e privado”. Essa possibilidade de envolver-se, de encontrar-se, que é intrínseca ao ser humano por inteiro, atuando no presente, é o que proporcionará uma continuidade à participação. Por isso, a autora propõe, além de ações de diferentes temporalidades, de diferentes espaços e estratégias, “contemplar os afetos no planejamento da participação, elegendo-os, especificamente o sofrimento, como indicadores da participação social e como seu alvo de ação.” Com esse raciocínio, a autora coloca o sofrimento como ético-político

O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos. É experimentado como dor na opinião de Heller, apenas por quem vive a situação de exclusão ou por ‘seres humanos genéricos’ e pelos santos, quando todos deveriam estar sentindo-o, para que todos se implicassem com a causa da humanidade. (SAWAIA, 1999 *apud* KOGA, 2002, p. 44)

Considerando a dimensão ético-política a questão central na discussão sobre participação, reportamo-nos à questão da qualidade política, a qual determinará a qualidade da participação. Demo (1996) nos coloca essa questão, exemplificando com a dinâmica das associações

Por qualidade política entendemos a característica processual que fenômenos participativos precisam apresentar, em termos de conteúdo, fins, para além das instrumentações formais. Uma associação pode aparecer bem arrumada em termos formais: reunir-se regularmente, possuir número expressivo de membros, estar em dia com seus estatutos, ter sede atraente, etc., mas mesmo assim funcionar muito mal em termos participativos propriamente ditos. O mal funcionamento pode aparecer de várias maneiras: os chefes agem isoladamente e de modo centralizado; nas reuniões a participação de base é apenas numérica, pois ninguém fala, ninguém contesta, ninguém reivindica, além de aparecer muito pouca

gente e sempre os mesmos; as lideranças vão adquirindo condições mais ou menos vitalícia; não se cria nada de novo diante de circunstâncias novas, porque a rotina tomou conta de tudo; e assim por diante. Pode existir a casca da associação, mas perder o miolo participativo. (p. 116)

O autor completa que isso é resultado de uma sociedade baseada na tutela, onde o cidadão não se sente responsável e parte do processo, gerando uma sociedade desmobilizada, "massa de manobra". Isso coloca como caminho possível de mudança "a ativação estrutural dos canais de participação – organização da sociedade civil, planejamento participativo, universalização da educação básica, cultivo das identidades culturais comunitárias, conquista de direitos". (1996, p. 123)

Quanto à mobilização, destaca que não há receitas, mas, sim, técnicas e conhecimentos, que facilitam o processo, como: maneira correta de se levar uma reunião (tendo começo, meio e fim e onde todos consigam falar); maneira correta de se fazer uma ata; maneiras de organizar operacionalmente movimentos participativos, etc.

Realmente, a questão da mobilização é peculiar a cada caso e cada realidade, e, além disso, depende muito da liderança envolvida e de sua legitimidade, do conhecimento da realidade e dos recursos disponíveis.

Do ponto de vista da qualidade política, a mobilização deve iniciar-se pelo pequeno/local. "A participação é fenômeno vital, sobretudo para os desiguais, que, em si, são maioria, mas que aparecem influentes em organizações pequenas, num primeiro passo." (DEMO, 1996, p. 136)

Souza Santos *apud* Sposati fala de emancipações, no plural, e trabalha a idéia de que elas acontecem em diversos espaços, desde o mais particular, o doméstico, até o mais amplo, como o Estado.

Nesse sentido, a participação sócio-comunitária é a instância que se encontra mais próxima da vida do cidadão, em que ele pode intervir mais facilmente, apresentando grande potencialidade de construção de uma democracia maior a partir daí, gerando consciência crítica e autonomia. A partir disso, podemos valorar a força contida nos diferentes grupos mapeados no primeiro capítulo.

Portanto, proporcionar espaços democráticos, onde os sujeitos possam expressar-se é potencializar sua ação. A partir daí, poderão construir uma realidade diferente, a partir de suas escolhas, fazendo-se, enquanto sujeitos, e anulando a potência do padecer.

Potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político. Segundo Espinosa, a ética só aparece no homem quando ele percebe que o que maior bem faz para o seu ser é um outro ser humano. Dessa forma, o homem se torna ético em função dessa paixão. (SAWAIA, 1999 *apud* KOGA, 2002, p. 46)

Concluindo nosso ensaio sobre participação, colocamos a reflexão de Sawaia. Para ela, a participação “não é motivada por virtude política, por consciência social ou por altruísmo, mas por necessidade, pelo desejo de ser feliz e livre”. (2001, p. 125) É o pensar e agir por si mesmo, libertando-se da escravidão. É o colocar-se, enquanto ser provido de emoção, intimidade. É a paixão, o desejo, o conhecimento em busca da liberdade e da felicidade.

2.1 A LUTA PELO DIREITO À CIDADE: UM CENÁRIO PRIVILEGIADO À PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Diante do mapeamento do associativismo civil na região Norte da Ilha, e da discussão sobre participação, na busca de potencializar e fortalecer esse movimento social em seu viés sócio-comunitário, torna-se relevante uma breve contextualização do cenário mais próximo de suas lutas.

as cidades, não importando sua dimensão, representam o nível administrativo mais próximo dos cidadãos e, portanto, podem ter um importante papel na resolução dos problemas locais e globais se forem ouvidas as reivindicações da sociedade civil. Cabe, portanto, ao governo municipal atender às reivindicações que propiciem uma melhoria na qualidade de vida e, ao mesmo tempo, promover a participação dos cidadãos. Essa é a questão vital da construção democrática: a participação da sociedade civil na condução dos programas e políticas urbanas e na intermediação dos conflitos que permitam a obtenção da urbanidade para os que dela estão excluídos. (RODRIGUES, 1999 apud KOGA, 2002, p. 36)

O município de Florianópolis, e principalmente a Ilha, tem sofrido, nas últimas décadas, um crescimento urbano acelerado. Devido às características econômicas da capital, muitas pessoas vêm em busca de emprego, e isso tem gerado mudanças no modo de vida ilhéu. De acordo com o CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania,

Ocorreu em toda a Ilha a fragmentação da pequena propriedade rural, através do seu parcelamento – na maioria dos casos irregularmente – visando a criação de lotes para residências. Esse processo foi acelerado com a chegada de novos moradores ao município, principalmente na Ilha, a partir da década de 60. ...

Os sítios, além de se constituírem como o espaço de suprimento de necessidades tais como alimentação e habitação, eram também um espaço de produção de vida simbólica, do modo de vida ilhéu. Com a chegada das propriedades, suas cercas e suas proibições, brincadeiras como a do boi-de-mamão, por exemplo, passam a ser cada vez mais expropriadas de seu antigo espaço, cerceadas em outros e, até mesmo, proibidas de serem executadas. (1997, p. 105)

Devido ao objetivo turístico e à especulação imobiliária gerada por este, práticas como a pesca, a agricultura, o artesanato e a produção de farinha de mandioca têm perdido cada vez mais espaço e empregado cada vez menos pessoas.

De acordo com o CECCA (1997), o setor que mais emprega mão-de-obra é o de serviços. No entanto, restringe-se a um período pequeno, o de veraneio, em virtude do turismo. Nos demais meses do ano, há um grande índice de desemprego. Também o desenvolvimento caótico, desordenado, gerando a destruição ambiental, em virtude da expansão urbana, traz conseqüências irreversíveis para a natureza da Ilha.

O desemprego e o crescimento populacional, a destruição ambiental, entre outros fatores, incidem, assim, sobre a qualidade de vida, questão que conceituaremos a seguir

Qualidade de vida é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade. (SPOSATI, 2001, p. 34)

Com isso, podemos entender como qualidade de vida o acesso de todos os cidadãos às riquezas da cidade onde vivem e, ainda, o desenvolvimento de um ambiente que favoreça a prática de uma ética em que sejam realidade o respeito ao outro e à natureza, bem como a percepção de que o que acontece ao outro tem conseqüências para mim e vice-versa.

De acordo com o CECCA (1997), ao contrário do que prega a lógica da política autoritária dominante, expulsando os migrantes pobres da cidade, como

se fosse livrar-se dos problemas, são justamente as classes médias que produzem a maior parte da destruição ambiental existente.

No Brasil as cidades são ainda mais conhecidas pelas suas médias e caracterizadas de forma genérica, raramente sendo consideradas na suas desigualdades ou diferenças internas ou nas diversidades entre a qualidade de vida de seus moradores. Trata-se de um modo peculiar de homogeneizar situações, condições de vida, populações e lugares. (KOGA, 2002, p. 22)

Essas disparidades no interior das cidades geram problemas que atingirão não somente as regiões mais excluídas do processo de urbanização, mas a cidade como um todo.

Esses processos geram efeitos nefastos para as cidades, alimentando a cadeia do que eu chamo de um *urbanismo de risco*, que atinge as cidades como um todo. As concentrações de todas as oportunidades em um fragmento da cidade, e estender a ocupação a periferias precárias e cada vez mais distantes, esse urbanismo de risco vai acabar gerando a necessidade de levar multidões para esse lugar para trabalhar, e devolve-las a seus bairros no fim do dia, gerando assim uma necessidade de circulação imensa, o que nas grandes cidades tem ocasionado o caos nos sistemas de circulação. E quando a ocupação das áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental provoca as enchentes ou a erosão, é evidente que quem vai sofrer mais é o habitante desses locais, mas as enchentes, a contaminação dos mananciais, os processos erosivos mais dramáticos atingem a cidade como um todo. (ROLNIK, 2002, p. 55)

Para refletir sobre essas questões, é preciso abordar algumas considerações, quanto à participação no contexto da cidade. Para que possamos compreender o tipo de democratização existente, vejamos o que coloca o CECCA:

O que seriam processos de participação popular têm, de vez em quando, transformado-se num espetáculo no qual o discurso de participação é valorizado no plano da retórica, porém esvaziado de poder efetivo. E onde a participação se confunde com o processo de escolha de representantes, que tomam decisões sobre as quais o representado não tem o menor controle. (1997, p. 165)

Esse tipo de política tem por lógica reforçar a visão paternalista do Estado. Mantém a população desinformada dos seus reais interesses, gerando uma dominação sócio-cultural, fazendo com que o povo não tenha consciência das conseqüências. E essa consciência só pode ser adquirida através da própria experiência de participação: "O acesso à informação tem sua possibilidade no próprio processo de participação, na capacidade de articulação dos atores envolvidos, de forma não-corporativa ou excludente, e nos processos de educação e autoconsciência." (CECCA, 1997, p. 169)

De acordo com Koga (2002), as próprias políticas públicas não atuam numa perspectiva de valorização das potencialidades dos cidadãos, principalmente os mais excluídos:

Os 'sem-teto' ou 'sem-abrigo' ou 'sem-terra' não são considerados nos censos oficiais demográficos. Os 'sem-renda' não fazem parte do cálculo da desigualdade de renda. Trata-se verdadeiramente dos 'supranuméricos'.

A potencialidade destes destituídos é cotidianamente cassada não apenas na falta de oportunidade de acesso ao trabalho, mas também na forma com que se desdenham da sua própria condição humana, da sua dignidade. (p. 42)

A realidade da política de desenvolvimento urbano de Florianópolis é caótica. "Por isso, no nosso caso, vemos como vital a ampla discussão e participação social nos processos de planejamento, como a melhor solução contra essas formas de clientelismo burocrático." (CECCA, 1997, p. 189)

A política urbana de desenvolvimento da cidade, como todas as outras políticas, precisa ser construída com a participação dos moradores. Somente assim, será assimilada pelos mesmos, tendo um bom resultado na sua aplicação. A política precisa ser construída a partir do cotidiano e da realidade da cidade, caso contrário, será como tantas outras regras que existem apenas virtualmente.

“Contrapõe-se assim a uma regulação (infelizmente ainda hegemônica) que atinge o todo apenas virtualmente, que não traduz os processos que ocorrem em grande parte da cidade, condenando-a a uma eterna ilegalidade.” (ROLNIK, 2002, p. 59)

A exclusão não pode continuar reproduzindo-se a partir dos processos decisórios.

Abrir o processo de tomada de decisões sobre o investimento e o controle do território urbano é um pressuposto para construirmos uma política urbana que inclua a totalidade dos atores sociais. Os conselhos de desenvolvimento e política urbana, as instâncias de participação popular no conjunto dos processos, são instrumentos que agem nesse sentido, abrindo espaços reais de interlocução, para que os setores populares possam efetivamente interferir na construção de um projeto de cidade. Nesse ponto é fundamental e insubstituível a participação popular organizada, produzindo uma interface real – e não simulada – com o Poder Público. (ROLNIK, 2002, p. 60)

É a partir desse contexto de política urbana que podemos colocar o Estatuto da Cidade como instrumento cuja principal contribuição é a questão da gestão democrática da cidade.

A história do Estatuto da Cidade começa com a pressão popular realizada pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana na Constituinte de 1987/88. O objetivo era incluir o direito à cidade e a função social da propriedade na Constituição, o que foi expresso nos artigos 182 e 183. (GRAZIA)

De acordo com Silva (2002), o Movimento Nacional pela Reforma Urbana articulou diversos sujeitos.

Inseridos num mesmo campo de interlocução, estes sujeitos diferenciados tinham em comum o objetivo de construir uma proposta de lei a ser incorporada na Constituição, tornando-se parâmetro para a intervenção do poder público no espaço urbano na direção de alterar o perfil das cidades brasileiras, marcado por desigualdades sociais de várias ordens. (SILVA, 2002, p. 145)

O Movimento foi responsável pela apresentação da chamada Emenda Popular de Reforma Urbana à Constituição e, depois de toda correlação de forças entre os interesses conservadores, principalmente dos empresários do setor imobiliário, e os interesses do movimento, os quais tinham como característica fundamental o direito à cidade, a questão urbana aparece em dois artigos da Constituição.

Apesar de não abranger todo o conteúdo da proposta de emenda,

A incorporação de um capítulo de Política Urbana na Constituição, mesmo ficando longe do conteúdo geral proposto pela Emenda Popular, representou a abertura de um campo importante para a luta política a favor do direito à cidade, tema central na plataforma da reforma urbana. Essa foi a avaliação dos atores que formularam a Emenda Popular. A partir desse momento, forma-se o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). De imediato, tinha como tarefa pressionar o Congresso Nacional para viabilizar a regulamentação do capítulo de Política Urbana contido na Constituição. (SILVA, 2002, p. 147)

O Estatuto da Cidade, Projeto de Lei nº 5788/90, foi o principal projeto acompanhado pelo Fórum.

Diferentes movimentos discutiram e disseminaram idéias de enfrentamento à exclusão social nas cidades. Com isso, lutaram e conseguiram a aprovação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição brasileira.

O modelo de desenvolvimento, adotado pelo Brasil desde os anos 30, o qual incentiva a urbanização intensa e acelerada, tem gerado um inchaço das cidades, dando origem a diversos problemas: exclusão, violência, desemprego, pobreza, degradação sócio-ambiental, desigualdade social, etc.

De acordo com a Cartilha "Conhecendo o Estatuto da Cidade" (2002), isso se deve a:

- Expulsão dos trabalhadores rurais. Em 1960 a população urbana representava 45% dos brasileiros e a população rural, 55%. Pelo Censo 2000, hoje 81% da população vive nas cidades;
- Investimentos públicos maciços para as indústrias, e pouco, ou quase nada, para os novos bairros formados pelos trabalhadores que chegavam das regiões rurais sem qualificação técnica.

Isso gerou um aumento das favelas, loteamentos irregulares e clandestinos, cortiços, onde moradia e infra-estrutura são precárias e faltam serviços básicos de saúde, educação, transporte, cultura e lazer.

Dada a realidade da Ilha, a regulamentação do Estatuto da Cidade é extremamente urgente e necessária. Esse instrumento legal nos garante:

- **O direito à cidade:** democratizando o acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à liberdade de organização e a um território rico e diversificado sem distinção de gênero, raça e crença;
- **A gestão democrática:** criando condições que permitam à população e aos setores populares participar do planejamento e do governo das cidades e das políticas públicas estaduais e nacionais;
- **A função social da propriedade:** prevalecendo os interesses coletivos sobre o interesse individual; todas as pessoas têm direito de usufruir um território que lhes proporcione qualidade de vida e condições para o seu desenvolvimento;
- **O direito a moradia:** todas as pessoas têm direito a uma habitação digna, que seja segura, tenha boa estrutura, ventilação e iluminação adequadas, além de infra-estrutura e serviços urbanos de qualidade, como abastecimento de água, esgoto sanitário, prevenção contra enchentes e deslizamentos, transporte público barato e confortável, postos de saúde e escolas. (GRAZIA)

O Estatuto da Cidade garante, também, a urbanização e a legalização dos assentamentos, o combate à especulação imobiliária, a democratização do acesso à terra, o usucapião, uma distribuição mais justa dos serviços públicos e a participação da população na formulação e execução das políticas públicas.

Para que a **gestão democrática** realmente saia do papel, a população deve mobilizar-se através dos seguintes instrumentos:

- **Conselhos de desenvolvimento urbano:** formados por representantes dos governos e da população organizada, formulam a política de desenvolvimento urbano no município, no estado e no país;
- **Gestão orçamentária participativa:** realização de debates, audiências e consultas públicas a respeito das propostas relativas a diretrizes orçamentárias e orçamentos públicos como condição obrigatória para sua aprovação;
- **Conferências de desenvolvimento urbano:** são grandes encontros de mobilização do governo e da população para discutir, avaliar e formular diretrizes e instrumentos de gestão urbana. Participam entidades de todos os setores sociais como associações, universidades, sindicatos e movimentos populares;
- **Debates e audiências públicas:** feitos para garantir a gestão democrática da política urbana, servem para analisar novos projetos urbanísticos que possam afetar a vida dos moradores locais e do meio ambiente. São convocados pelo Poder Público local;
- **Gestão participativa metropolitana:** é obrigatória a participação da população através de associações que representam os segmentos da comunidade. O objetivo é garantir o controle direto das atividades dos organismos gestores de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- **Iniciativa popular de lei:** é a participação direta do cidadão na formulação de novos projetos de leis, que podem ser um novo plano, programa ou projeto de desenvolvimento urbano, a serem apresentados ao Poder Legislativo municipal e federal;
- **Estudo de impacto de vizinhança:** impede a realização de empreendimentos que causem efeitos negativos à qualidade de vida da população, como cadeias, cemitérios entre outros;
- **Plebiscito:** consulta popular geral que permite a participação direta da população em assuntos de interesse da sociedade. Está previsto para o município, o estado ou o país;
- **Referendo:** consulta popular específica que permite a participação direta da população em assuntos já decididos pelo Poder Público. Sua função é confirmar ou rejeitar normas legais de interesse da população. (GRAZIA)⁴

Além disso, na ocasião do I Fórum Social Mundial, frente à realidade urbana da maioria dos países, entidades da sociedade civil assumiram a necessidade de divulgar alguns princípios que servem de base para a luta pelo direito à cidade, e que ratificam o Estatuto da Cidade. Foi elaborada, então, a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, a qual apresentaremos na íntegra, a seguir. Cabe, aqui, ressaltar, que esta Carta é uma extensão da Carta de Atenas, criada em 1933, pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, complementando

⁴ De acordo com Oliveira (2001, p. 57), os itens referendo e plebiscito foram vetados em lei em virtude de já seres previstos na lei 9709/98 no que se refere a todas as questões do Município.

sua temática. Enquanto esta última trata da questão do planejamento urbano, a primeira enfatiza a importância da sustentabilidade das cidades.⁵

Iniciamos este novo milênio com a metade da população mundial vivendo em cidades. Segundo as previsões, no ano de 2050 a taxa de urbanização chegará a 65%.

As cidades são, potencialmente, territórios com grande riqueza e diversidade econômica, ambiental, política e cultural. São muito mais que simples espaços físicos marcados por maior densidade populacional. O modo de vida urbano influencia a maneira como estabelecemos vínculos com nossos semelhantes e com nosso território.

No entanto, inversamente a tais potencialidades, os modelos de desenvolvimento implementados na maioria dos países do terceiro mundo se caracterizam por estabelecer padrões de concentração de renda e poder e processos acelerados de urbanização que contribuem para a depredação do ambiente e para a privatização do espaço público, gerando exclusão e segregação social e espacial.

As cidades estão longe de oferecer condições e oportunidades equitativas a seus habitantes. A maior parte da população urbana está privada ou limitada em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – nas possibilidades de satisfazer suas mais elementares necessidades. Esse contexto favorece o surgimento de lutas urbanas representativas, mas concomitantemente, fragmentadas, incapazes de produzir mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente.

Diante de tal realidade, as entidades da sociedade civil reunidas desde o I Fórum Social Mundial 2001, discutiram e assumiram o desafio de construir um modelo sustentável de sociedade e de vida urbana, baseado nos princípios da solidariedade, liberdade, equidade, dignidade e justiça social. Um de seus fundamentos deve ser o respeito às diferentes culturas urbanas e o equilíbrio entre urbano e rural.

A participação dos atores locais, especialmente dos movimentos sociais e das associações populares, torna-se decisiva para a construção desse modelo. Os governos e os organismos internacionais devem reconhecê-los como interlocutores significativos e garantir espaços permanentes de participação democrática.

A Agenda Habitat, aprovada por todos os governos nacionais participantes da Conferência Internacional Habitat II, em junho de 1996 em Istambul, na Turquia, já enfoca tais questões, principalmente quando afirma: "Nós nos comprometemos a conseguir que os assentamento humanos sejam sustentáveis num mundo em processo de urbanização, zelando pelo desenvolvimento de sociedades que façam uso eficiente de seus recursos, dentro de limites, conforme as capacidades dos ecossistemas, e que levem em conta o princípio da precaução, oferecendo a todas as pessoas, em particular às que pertencem a grupos vulneráveis e desfavorecidos, as mesmas oportunidades de levar uma vida sã, segura e produtiva em harmonia com a natureza e seu patrimônio cultural e valores espirituais e culturais, e que garantam o desenvolvimento econômico e social e a proteção do meio ambiente, contribuindo assim para a consecução dos objetivos do desenvolvimento nacional sustentável". (Agenda Habitat, art. 42)

⁵ Ver mais sobre a Carta de Atenas em www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-33.htm

Significado e elementos do Direito à Cidade

As lutas urbanas vêm gerando a necessidade de reconhecimento, no sistema internacional dos direitos humanos, do **DIREITO À CIDADE**, definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios da sustentabilidade e justiça social. É compreendido como um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere a legitimidade de ação e de organização, com base nos seus usos e costumes, sendo o objetivo de alcançarem o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado.

O Direito à Cidade é interligado e interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente. Inclui, portanto, os direitos à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente sadio, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer e à informação. Inclui também o direito à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação da herança histórica e cultural.

Este direito pressupõe a interdependência entre a população, recursos, meio ambiente, relações econômicas e qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Implica em mudanças estruturais profundas nos padrões de produção e consumo, e nas formas de apropriação do território e dos recursos naturais. Referencia a busca de soluções contra os efeitos negativos da globalização, da privatização, da escassez dos recursos naturais, do aumento da pobreza mundial, da fragilidade ambiental e de suas conseqüências para a sobrevivência da humanidade e do planeta.

PRINCÍPIOS DO DIREITO À CIDADE:

Exercício Pleno da Cidadania: Entendido como a relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, assegurando a dignidade e o bem estar coletivo dos habitantes da cidade, em condições de igualdade e justiça, assim como o pleno respeito à produção social do habitat.

Implica em criar as condições para a convivência pacífica, o desenvolvimento coletivo e o exercício da solidariedade. Objetiva garantir o usufruto pleno da cidade respeitando a diversidade de renda, sexo, idade, raça, etnia ou orientação política e religiosa, e preservando a memória e a identidade cultural.

Configura lesão ao direito à cidade as ações e omissões, medidas legislativas, administrativas e judiciais, e práticas sociais que resultem em violação, impedimento ou dificuldades para a manutenção das identidades culturais, das formas de convivência pacífica e da produção social do habitat, bem como, para a manutenção das formas de manifestação, organização e ação, com base nos seus usos e costumes, dos grupos e dos habitantes das cidades, em especial, os vulneráveis e desfavorecidos.

Gestão Democrática da Cidade: Entendida como o controle e a participação da sociedade, através de formas diretas e representativas, no planejamento e governo das cidades priorizando o fortalecimento e autonomia das Administrações Públicas locais e das organizações populares.

Inclui o direito à eleição livre e democrática dos representantes locais, a realização de plebiscito e iniciativas legislativas populares e o acesso equitativo aos debates e audiências públicas. Inclui, também, o direito à participação equitativa e deliberativa na definição das políticas e orçamento municipal, e em canais institucionais, entre os quais os

conselhos e comissões setoriais e territoriais. Supõe a adoção dos princípios da transparência e da eficácia na administração pública.

Configura lesão ao direito à cidade as ações e omissões, medidas legislativas, administrativas e judiciais, e práticas sociais que resultem no impedimento, recusa, dificuldade e impossibilidade da participação política coletiva dos grupos sociais e de habitantes na gestão da cidade, bem como no cumprimento das decisões e das prioridades definidas nos processos participativos que integram a gestão da cidade.

Função Social da Propriedade e da Cidade: Entendido como a prevalência na formulação e implementação das políticas urbanas de interesse comum sobre o direito individual de propriedade, implica no uso socialmente justo e ambientalmente sustentável do espaço urbano.

Inclui a obrigação dos órgãos governamentais de regular e controlar o desenvolvimento urbano através de políticas territoriais que visem priorizar a produção social do habitat em observância aos interesses sociais, culturais e ambientais coletivos sobre os individuais.

Configura lesão ao direito à cidade a omissão, por parte dos agentes públicos, que resultem na não adoção e não aplicação destes princípios na implementação da política urbana em qualquer das esferas governamentais: no campo administrativo, envolvendo a elaboração e execução de projetos, programas e planos; na esfera legislativa através da edição de leis; controle dos recursos públicos e ações de governo e na esfera judicial, no julgamentos e decisões sobre conflitos coletivos e difusos referentes a assuntos de interesse urbano.

COMPROMISSOS:

As redes e organizações se comprometem a:

- Difundir amplamente esta Carta e potencializar a articulação internacional pelo Direito à Cidade no contexto do Fórum Social Mundial, nas conferências e fóruns internacionais com o objetivo de contribuir para o avanço dos movimentos sociais e das redes de Ong's e para a construção de uma vida digna nas cidades.
- Documentar e disseminar experiências nacionais e locais que apontem para a construção deste direito.
- Apresentar esta Carta pelo Direito à Cidade aos distintos organismos e agências do Sistema das Nações Unidas, para iniciar uma discussão que vise alcançar encaminhamentos futuros de aprovação pela Assembléia Geral.

Os Governos nacionais e locais se comprometem a:

- Elaborar e promover marcos institucionais que consagrem o direito à cidade, bem como formular, em caráter de urgência, planos de ação para um modelo de desenvolvimento sustentável aplicado às cidades, em consonância com os princípios enunciados nesta Carta.
- Construir plataformas associativas com ampla participação da sociedade civil para promover o desenvolvimento sustentável nas cidades.
- Promover a ratificação e aplicação dos pactos de direitos humanos e outros instrumentos internacionais que venham contribuir na construção do direito à cidade.

Os organismos internacionais se comprometem a:

- Empreender todos os esforços no sentido de sensibilizar, estimular e apoiar os governos na promoção de campanhas, seminários e conferências, e facilitar publicações técnicas apropriadas que visem a adesão aos princípios desta Carta.
- Abrir espaços de participação nos órgãos consultivos e decisórios do sistema de Nações Unidas que facilitem a discussão a respeito desta iniciativa.

Dessa forma, a regulamentação do Estatuto da Cidade, no âmbito do município, se apresenta como uma das principais lutas comuns do movimento sócio-comunitário e popular de Florianópolis, devendo ser objeto de discussão e divulgação entre a população. O trabalho do Serviço Social, nesse contexto, direciona-se na construção dessa legitimidade, disseminando uma cultura do direito à cidade. Busca-se, com isso, uma “prática que possibilite o processo de construção e apropriação de conhecimentos, discursos, concepções, ações e códigos em que a dignidade pode ser reafirmada e a cidadania garantida a cada novo passo”. (FANTIN, 1997, p. 272)

Pensar e intervir sobre o espaço global da cidade, mesmo que a partir da comunidade de vizinhança do bairro, é o desafio que se coloca aos movimentos sociais urbanos, num momento em que a cidade atravessa visíveis e profundas transformações, e que de alguma forma as opções vão marcar irremediavelmente o futuro da cidade e da Ilha. (CECCA, 1997, p. 193)

Para que se tenha uma cidade verdadeiramente democrática é preciso respeitá-la na sua diversidade, “considerar a dimensão cultural das populações, suas particularidades locais, os lugares onde vivem, os seus anseios, e não somente suas necessidades”. (KOGA, 2002, p. 25) Somente assim, poderemos ter uma verdadeira cidadania,

Neste sentido, as políticas territorializadas, tendo em vista padrões locais, não representariam a quebra da universalidade; pelo contrário, seriam fundamentais para se estabelecer, de fato, políticas universais que garantam ao mesmo tempo igualdade e equidade. Nesse caso, os padrões locais de cidadania seriam os elementos fundantes para se pensar, repensar, avaliar, restabelecer padrões regionais ou nacionais. É claro que este movimento supõe um modelo político de ação e planejamento de ação capaz de produzir tal relação. (KOGA, 2002, p. 39)

Dessa forma, a criação de espaços de debates, onde a população possa participar e expressar suas opiniões no que diz respeito ao futuro da cidade, são fundamentais para que se construam relações mais democráticas, efetivando-se a cidadania no respeito às diferenças e promovendo-se a emancipação dos sujeitos.

3 CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS PARTICIPATIVA

De acordo com Faleiros, "A prática do Serviço Social encontra-se frente a um desafio histórico. Se quer ser o instrumento da libertação das classes subalternas e oprimidas, necessita fundamentar, na prática das lutas sociais, sua própria prática profissional" (1985, p. 72).

Resgatando um pouco a história da profissão, podemos perceber que, em sua origem, o Serviço Social foi criado para permitir que o capitalismo pudesse expandir-se cada vez mais. A função real do Serviço Social, revestida de uma fachada de boa vontade, era "acalmar os ânimos" do povo diante das crescentes injustiças sociais decorrentes do sistema em expansão. Era utilizado de acordo com os interesses do governo.

Como não podemos compreender o Serviço Social fora do movimento da sociedade e das classes sociais, com o passar dos tempos, a profissão foi construindo um novo projeto ético-político-profissional, criado a partir da conscientização dos sujeitos perante o desenvolvimento do sistema capitalista, que gera o aumento das desigualdades sociais. A partir daí o Serviço Social percebeu seu papel e passou a ter uma visão mais crítica da realidade e de sua atuação profissional, buscando, então, basear sua ação profissional nos interesses de seus usuários para a transformação social. É o chamado movimento de reconceituação do Serviço Social.

Podemos destacar que a especificidade da profissão está na questão das relações. Desse modo, atua no "processo de fortalecimento das relações de identidade, autonomia, cidadania, pressão, autogestão, organização dos sujeitos individuais ou coletivos subalternos e oprimidos". (Faleiros, 2000, p. 177)

O Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, possui diversos núcleos temáticos que trabalham demandas relacionadas à profissão. Enfocaremos, mais especificamente, o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, sendo este o elo de ligação entre a Universidade Pública e o movimento sócio-comunitário e popular.

O NESSOP articula ensino, pesquisa e extensão, de acordo com seu objetivo/temática: “processos de gestão e organização sócio-comunitária e popular”. Tendo como base uma metodologia de trabalho que busca a construção da participação, a partir de 2000, criou-se a Coordenação Ampliada, composta por professores, acadêmicos, membros das organizações sócio-comunitárias, profissionais, entidades de classes, representantes da sociedade civil em Conselhos de Direitos, entre outros, envolvidos com seus projetos. As reuniões acontecem bimestralmente e objetivam realizar avaliação das atividades e discussão do projeto político-pedagógico do Núcleo.

O Núcleo desenvolve os seguintes projetos:

- **Assessoria:** prestação de serviços, para atendimento das demandas apresentadas pelos sujeitos do movimento sócio-comunitário e popular, numa perspectiva de oferecer conhecimentos e metodologias que propiciem a democratização das relações;
- **Banco de Dados:** prestação de serviços às organizações sócio-comunitárias e populares, a partir da realização de pesquisas e planejamentos da realidade local das comunidades;
- **Experiências em Cena:** realiza-se através de eventos na UFSC, onde os protagonistas são os sujeitos do movimento sócio-

comunitário da Grande Florianópolis, proporcionado um espaço de troca de experiências na gestão e organização, contribuindo para o avanço do movimento;

A partir do Projeto Experiências em Cena, em sua 3ª edição, teve como temática “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias” , por iniciativa das comunidades participantes do evento⁶, o NESSOP, inaugurou em agosto de 2001, uma ação de assessoria à Comissão organizadora do “I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário”, na qual também atuou como membro. O evento aconteceu nos dias 5 e 6 de outubro de 2001, tendo como eixo central de discussão o Decreto Lei 10.257, de julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade.

De acordo com o Documento Final do I Fórum da Cidade (Ver anexo 3),

“O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; e ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade; fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos; construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis; construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais comunitários.”

A partir daí, surgiu a proposta de uma ação ampliada de mobilização sócio-comunitária, objetivando construir a participação qualificada no II Fórum da Cidade, gerando, então, a idéia dos Fóruns Regionais (depois denominados

⁶ Ver Carta do Evento, no anexo 2, que coloca como proposta “Realização, através da mediação UFSC/NESSOP, de um Fórum ou Congresso de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade que queremos, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana e metropolitana, com participação popular e gestão descentralizada e democrática.”

Seminários Regionais, para facilitar sua diferenciação em relação ao Fórum da Cidade), quais sejam: Continente I e II, Centro e Itacorubi, Sul, Lagoa e Norte da Ilha, sendo este último objeto de aprofundamento deste estudo. Salientamos que o Seminário Regional Continente II não foi realizado em virtude de falta de condições de participação dos representantes locais, envolvidos intensamente com a criação do Conselho Regional.

Surgiu, então, do próprio movimento, a solicitação da continuidade da assessoria do NESSOP ao processo de mobilização sócio-comunitária e popular.

A atribuição do Serviço Social, nesse contexto, era “assessorar, teórica e metodologicamente, o processo de sensibilização e mobilização das [...] organizações sócio-popular-comunitárias [...] para participarem do II Fórum da Cidade.” (Ver anexo 4, p. 4). Nesse sentido, procurou-se contribuir com metodologias apropriadas, “para democratização dos Seminários Regionais, participação ativa dos sujeitos envolvidos e humanização dos eventos nos aspectos: recepção, ambiente, comunicação, debates, didática dos trabalhos”. (CARDOSO, 2002, p. 4)

Ressalta-se que a criação do Fórum da Cidade e os Seminários Regionais propostos vêm ao encontro da potencialização e da conquista da autonomia e cidadania desses sujeitos sociais, como necessidades sócio-políticas fundantes na construção de um projeto civilizatório de direitos/vida humana.

3.1 SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA – PRINCIPAIS SUJEITOS, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA E POPULAR

Diante da realização dos Seminários Regionais no município de Florianópolis, na busca da ampliação dos espaços públicos e da criação de uma rede de solidariedade política, que inclua os diferentes sujeitos, cabe, aqui, apresentar brevemente os principais sujeitos responsáveis pelo processo de organização dos eventos:

a) **A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO):** fundada no ano de 1987, a fim de representar o movimento comunitário. No entanto, sua representatividade não vinha sendo legitimada pelas organizações comunitárias. Diante disso, a gestão atual, a qual tomou posse no ano de 2001, cuja Presidente chama-se Albertina de Souza, objetivando modificar esse quadro, planejou, para o ano de 2002, a realização de Seminários Regionais, a fim de realizar um maior contato e discutir questões com as comunidades. Em seu planejamento do ano de 2002, constam como atividades previstas, entre outras "estabelecer relações com as entidades; envolver os coordenadores regionais; participação nas lutas regionais; promover amplo debate entre entidades e população; participar e assumir lutas do Fórum da Cidade". (Ver anexo 5). Em seu boletim informativo "UFECO Informa", de julho de 2002 (Ver anexo 6), ratifica o compromisso dos Seminários Regionais

Um dos compromissos mais importantes da UFECO está sendo a organização dos Seminários Regionais do Fórum da Cidade. Em cada uma das 6 regiões da cidade reuniões preparatórias estão dando organicidade ao trabalho. O objetivo é conhecer as necessidades, estudar

a lei do Estatuto da Cidade, definir estratégias de ação e as responsabilidades de cada uma das entidades e movimentos que participam desse esforço. É a luta comunitária organizada e articulada que vai garantir as conquistas há muito esperadas pela população. O Fórum da Cidade é uma porta aberta a todos os grupos e entidades que se organizam nos bairros por melhor qualidade de vida. É entrar e unidos fazer valer aquilo que se quer.

b) **O Fórum da Cidade:** também foi um dos sujeitos responsáveis pela organização do processo, como já explicamos anteriormente, unindo-se, então, às duas organizações para a realização dos Seminários. Em documento interno de planejamento do 2º semestre de 2002 (Ver anexo 7, p. 1), coloca

- Criação do núcleo executivo e de suas comissões:
 - Comissão de Secretaria e Finanças
 - Comissão Jurídica
 - Comissão de Comunicação
 - Comissão de Mobilização e Participação Sócio-Comunitária
- Criação de outras comissões para as ações referentes aos eixos temáticos
- Realização de Fóruns / Seminários regionais, em parceria com a UFECO, FAMESC, DSS/NESSOP (Assessoria) e Dep. De Ciências Sociais (Assessoria)

A Comissão de Mobilização e Participação Sócio-Comunitária tem como objetivos

- Construir um grande movimento coletivo;
- Mobilizar e articular redes de entidades sócio-comunitárias ;
- Realizar, em parceria com a UFECO, FAMESC, DSS/NESSOP (Assessoria) e Dep. De Ciências Sociais (Assessoria), Fóruns / Seminários regionais, com discussões sobre questões urbanas, específicas e prioritárias das regiões de Florianópolis; na relação com "A Cidade que queremos". E preparação para o II Fórum da Cidade, com definição de prioridades e eixos de ações políticas do Fórum da Cidade. (Op. cit., p. 2)

Em reunião ampliada de planejamento das atividades do Fórum da Cidade, para o ano de 2002, realizada no dia 08 de junho do mesmo ano (Ver anexo 8, p. 4), a Comissão de Mobilização apresenta como proposta

... a realização de uma reunião no dia 17.06.2002 às 19h na UFSC-NESSOP para iniciar, a discussão de uma proposta de ação de mobilização das comunidades para as discussões nos fóruns regionais, que terão dois eixos:

- As questões concretas da realidade local;
- O projeto da cidade que se quer.

c) Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP): o

Núcleo envolve-se nesse processo, como já explicamos anteriormente, desde a criação do Fórum da Cidade, através do Projeto Assessoria. Agora, aparece, também, como um dos principais sujeitos no processo de organização dos Seminários Regionais. Atua como campo de estágio (estagiárias) e na relação com a Disciplina Processo de Trabalho em Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos, caracterizada como uma oficina onde os alunos têm um contato direto com os sujeitos alvos.

A partir daí, com esses atores, na relação com a Comissão de Articulação (Executiva) do Fórum da Cidade e UFECO, elegeu-se em reunião ocorrida no dia 24 de junho de 2002 os coordenadores regionais dos Seminários Regionais que foram construídos a partir de uma agenda eixo:

- Inscrições;
- Acolhida;
- Apresentação da UFECO;
- Apresentação do Fórum da Cidade;
- Apresentação do Estatuto da Cidade;
- Discussão e apresentação de propostas relativas às prioridades sócio-humanas regionais.

Outros pontos fundamentais para os Seminários Regionais lograrem êxito foram:

- Reuniões sistemáticas de análise e de definição de encaminhamentos sobre o processo de mobilização junto às diferentes organizações sócio-comunitárias do município de Florianópolis/SC;
- Formação de regiões geopolíticas para a realização dos Seminários, conforme quadro a seguir:

Tabela 2: Regiões geopolíticas / Seminários Regionais.

REGIÃO	DATA	LOCAL	HORÁRIO
Lagoa	20/08	SAL	19:00
Coqueiros	21/08	Auditório UDESC	18:30
Norte	23/08	Auditório CTAI	18:30
Sul	24/08	C. C. Faz. Rio Tavares	14:00
Centro/Itacorubi	31/08	Auditório Fórum Judicial UFSC	14:00

- Acesso e atualização do cadastro das organizações e grupos sócio-comunitários (UFECO, NESSOP), para viabilizar um processo de sensibilização e mobilização à participação;
- Criação e produção do material de divulgação;
- Metodologia para o debate e socialização das prioridades sócio-humanas das regiões;
- Organização de registros (vídeo, fotos, relatório).

O Norte da Ilha de Santa Catarina foi o alvo de nossa experiência, enquanto Assistente Social em formação, portanto, constituiu-se no contexto de aplicação dos procedimentos teórico-metodológicos.

O Seminário Regional do Norte da Ilha foi coordenado por: Joel Ivo Balconi (Representante do Fórum da Cidade e Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui), José Thomaz Pereira (Representante Regional da UFECO) e Teodoro José da Silva (Presidente da Associação dos Moradores do Loteamento João Gonzaga da Costa).

Para a realização do Seminário Regional do Norte da Ilha foram realizadas cinco reuniões de planejamento, onde foram discutidos: data, local, horário, pauta, recursos necessários, formas de conseguí-los, metodologia do evento, divisão de tarefas, mobilização, entre outros. A seguir apresentamos uma tabela-síntese sobre as reuniões realizadas:

Tabela 3: Reuniões realizadas / Seminário Regional do Norte da Ilha

Data	Agenda / Encaminhamentos
04/07/2002	<ul style="list-style-type: none"> - Data: 16/08 ou 23/08; - Local: Clube Sesteem ou Zoológico Capistrano; - Pauta: apresentações UFECO e Estatuto da Cidade e discussão das prioridades regionais (plano diretor, hospital, saneamento básico, emancipação do Norte da Ilha, violência); - Público alvo: Associações e Conselhos Comunitários, sendo que, cada uma destas ficaria responsável por convidar outros tipos de organizações existentes em seu bairro; - Estratégias de mobilização: contato pessoal, cartazes e carro de som; - Recursos financeiros: buscados junto ao Fórum da Cidade, APUFSC e estabelecimentos comerciais da região; - Palestrantes: não definir; - Comissões de trabalho: não definir. - OBS.: Será providenciada uma listagem completa das Associações e Conselhos Comunitários da região.
16/07/2002	<ul style="list-style-type: none"> - Data: 16/08; - Local: Centro de Tecnologia em Automação e Informática – CTAI; - Horário: 19:00 horas;

	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenador de mesa: não definido; - Pauta: abertura; apresentações (UFECO, UFSC, Fórum e Estatuto da Cidade; subgrupos de debates; conclusões); - Estratégias de mobilização: contato pessoal, ofício, cartazes, carro de som, alunas da disciplina e estagiárias; - Recursos financeiros: APUFSC, Sindicato dos Bancários, UFECA, Fórum da Cidade, Afrânio, Blasi, Ideli, UNIMED, etc; - Comissões de trabalho: recepção (alunas da disciplina com auxílio de pessoas da comunidade); inscrição (alunas da disciplina); secretaria (NESSOP); infra-estrutura (comissão organizadora do evento e outros); relatoria (NESSOP).
25/07/2002	<ul style="list-style-type: none"> - Data: 23/08/2002; - Divisão dos subgrupos de debates: 1- Saco Grande e Monte Verde; 2 – Santo Antônio de Lisboa, Cacupé, Sambaqui e Barra do Sambaqui; 3 – Rationes, Jurerê, Daniela, Canasvieiras e Vargem Pequena; 4 – Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Praia Brava e Lagoinha; 5 – Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Ingleses, Capivari e Santinho. - Estratégias de mobilização: Contato pessoal, ofício, cartazes (estabelecimentos comerciais e ônibus da região), alunas da disciplina e estagiárias; - OBS.: Ficou decidido que não se mandariam convites para as autoridades locais.
01/08/2002	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das sugestões de discussão em subgrupos apontadas pelo Fórum da Cidade: prioridades regionais, propostas de incentivo à participação no Fórum da Cidade e como envolver a comunidade com a aplicação do Estatuto da Cidade; - Foi sugerida a realização de uma grande reunião na última semana antes do evento; - Teodoro conseguiu um apoio de 150 cópias para os convites; - Algumas entidades receberão o convite pelo Correio e depois estabeleceremos contato telefônico.
20/08/2002	<ul style="list-style-type: none"> - Organização dos últimos detalhes sobre a mobilização das organizações e dia do evento.

Alguns detalhes, dada a escassez de tempo, foram resolvidos em contatos fora das reuniões, sempre de acordo com o que era deliberado nestas. Na organização do evento, apontamos como alguns dos sujeitos do processo a Professora Simone Matos Machado e as seis estagiárias do NESSOP (Isabel Adriana Botega Holtz, Jamille Gevaerd Lisboa, Maria Salete Costa Silveira, Marilene Corrêa Martins, Michelly Nezilda Cardoso e Raquel Márcia Matos), os professores (Iliane Kohler e Kátia Müller) e os alunos da Disciplina Processo de Trabalho em Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos (quartas fases diurno e noturno do semestre 2002.1), a Professora Lígia Luchmann e seus alunos do Curso de Ciências Sociais (a região norte contou com a colaboração de Leonardo Alves da Cunha Carvalho), além das lideranças envolvidas.

Quanto aos recursos, algumas contribuições foram doadas por setores identificados com a temática da qualidade de vida na cidade: FASE - Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (doação de cartilhas sobre o Estatuto da Cidade), APUFSC (remessa das cartilhas doadas pela FASE), Sindicato dos Bancários (recursos para alimentação e materiais didáticos), Sindicato do Judiciário (crachás e canetas), Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC (cartazes), Centro Sócio-Econômico/UFSC (cartazes), Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (alimentação e materiais didáticos) e o Departamento de Serviço Social. Além disso, como material didático, utilizou-se a cartilha sobre o Estatuto da Cidade, produzida pelo Fórum da Cidade (de autoria da professora Lígia Luchmann com o apoio da professora Janice Tireli e do advogado Osvaldo Agripino).

Outros recursos materiais, como papel, pastas, blocos, impressora, computador, etc., foram disponibilizados através da Universidade.

No processo de mobilização, as alunas da disciplina visitaram 12 comunidades do Norte da Ilha, fazendo um trabalho de educação e sensibilização à participação na divulgação do Estatuto da Cidade para as lideranças da região. O foco das visitas das alunas às comunidades eram as organizações de bairro (Associações de Moradores e Conselhos Comunitários).

As demais organizações sócio-comunitárias, com base nos cadastros mais atualizados do NESSOP e da UFECO, além de outros grupos conhecidos pelas lideranças envolvidas na organização, foram contatadas e visitadas pela Comissão Organizadora do evento. Nesses contatos, foram entregues convites, realizando-se um trabalho de conscientização da importância da participação.

Além disso, a divulgação foi feita através da distribuição de cartazes e do envio de convites a todas as Associações de Moradores e Conselhos Comunitários constantes nas listagens citadas anteriormente.

Para uma maior visibilidade, os eventos de todas as regiões foram divulgados em jornais de grande circulação, televisão e através de cartazes colocados em pontos estratégicos das regiões e nos ônibus.

Como atribuições do Serviço Social, os procedimentos utilizados procuraram favorecer a conquista da autonomia dos sujeitos, para a sustentabilidade dos processos participativos. Desenvolveu-se um trabalho, buscando a construção de vínculos, além da preocupação com os registros profissionais, a fim de produzir-se uma memória. Procurou-se divulgar as informações e aplicar metodologias, com um caráter pedagógico, que favorecessem a participação qualificada das pessoas, socializando saberes num trabalho comprometido teórica e metodologicamente, com a construção de uma cultura mais democrática.

3.2 SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA - DESCRIÇÃO

O Seminário Regional do Norte da Ilha realizou-se no dia 23 de agosto de 2002, no Centro de Tecnologia em Automação e Informática – CTAI. O evento contou com a participação de 78 pessoas, representando 21 organizações (discriminadas em anexo do Relatório do evento). Neste item, apresentaremos um breve relato, sendo seu Relatório encontrado, na íntegra, no anexo 9 deste trabalho.

Primeiramente, as pessoas eram acolhidas/recebidas na entrada do auditório, recebendo um crachá de identificação e uma pasta contendo bloco, caneta e as cartilhas do Fórum da Cidade e da Caixa Econômica Federal sobre o Estatuto da Cidade.

O evento iniciou-se por volta de 19:00 horas e, após a abertura e as apresentações do NESSOP, feita pela professora Simone, da UFECO, por José Thomaz Pereira, e do Fórum da Cidade, pelo Assistente Social Carlos Magno Nunes, que falou sobre o Estatuto da Cidade. Abordando, desde o seu início, a questão urbana no Brasil, passando pela trajetória da criação do Estatuto da Cidade, até o conteúdo da lei 10.257, de julho de 2001, relacionou-o com as questões atuais da cidade de Florianópolis, como um instrumento para a luta do movimento sócio-comunitário e popular.

Depois disso, estabeleceu-se a divisão da plenária em dois subgrupos de debates, os quais organizaram-se de acordo com o interesse de cada participante. O objetivo era discutir sobre as prioridades das comunidades na relação com o Estatuto da Cidade. Após apresentadas as discussões e propostas

de cada subgrupo, a ex-professora Zulamar Bitencourt Castro, do Departamento de Serviço Social, fez um resumo das proposições colocadas:

- regulamentação, no âmbito do município, do Estatuto da Cidade;
- cumprimento do Estatuto da Cidade;
- criação de um símbolo que expresse a luta do movimento sócio-comunitário e do Fórum da Cidade;
- criação de um dossiê sobre as situações que acontecem na cidade e que contrariam o Estatuto da Cidade, e que se acompanhe de um jornal, a fim de tornar cada vez mais público;
- abertura de uma ação, no Judiciário, no Ministério Público, responsabilizando a administração municipal;
- criação, mobilização, articulação de uma assessoria jurídica às associações comunitárias (nesse sentido, colocou que o Fórum da Cidade está realizando um estudo, através de sua Comissão Jurídica, junto à UFSC, à OAB, e pensa também junto a algumas universidades particulares, que prestam assessoria jurídica, para discussão dessa assessoria jurídica gratuita ou possibilidade de ser paga);
- implementação de audiências públicas;
- cobrança, junto ao Legislativo Municipal, sobre a questão do Estatuto da Cidade e de outras questões que estão acontecendo na cidade;
- conseguir contrapartida das construtoras para a comunidade;
- um alerta: a perda de etnia e de identidade cultural da Ilha;
- uma denúncia: recusa do poder público municipal em atender as demandas das comunidades. (Relatório Seminário..., 2002, p. 21)

Thomaz fez uma síntese das reivindicações mais citadas pelas comunidades, a fim de salientar as prioridades para a luta em comum da região:

- 1 - Saneamento básico (citado por todas);
- 2 - Meio ambiente e expansão imobiliária (quem mais degrada o meio ambiente, em Florianópolis, são as grandes corporações imobiliárias);
- 3 - Falta de espaços de lazer;
- 4 - Segurança. (Idem, p. 24)

O Seminário encerrou-se com muita emoção dos participantes, extremamente visível através de suas falas, as quais explicitavam seus anseios e desabafos (Relatório Final Seminário Regional do Norte da Ilha de Santa Catarina – Anexo 9),

Parabenizou e agradeceu pela oportunidade de promover união e possibilidade de resolução de problemas, muitos dos quais são comuns entre os bairros. (Luís Reis, p. 16)

Desabafou que o que nós temos sentido/vivido/sofrido é a falta de respeito e comunicação com a Prefeitura, para que nos ouça. Disse que não tiveram resposta às mais de 20 denúncias encaminhadas à municipalidade, à promotoria e ao procurador geral da justiça (Dr. Alberton), entre outros. (Pleter, p. 17)

Concluiu que precisamos pensar por um todo e juntos lutar por nossos interesses. Precisamos nos juntar e nos conhecer melhor. Enquanto não dermos as mãos, não chegaremos a lugar nenhum. (Bete, p. 17)

Podemos dizer, antecipadamente, que esse evento serviu para reavivar o brilho no olhar de algumas pessoas, que sonham com uma realidade mais justa, constituindo-se em fator de potencialização dos sujeitos. No dizer de Koga (2002, p. 45), “trazer à tona a voz dos excluídos coloca em questão a idéia da democracia, da necessidade de fazer valer a voz de quem normalmente é tratado como objeto das políticas públicas”.

3.3 SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA – ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO E POPULAR DA REGIÃO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Para uma primeira compreensão sobre o movimento sócio-comunitário e popular do Norte da Ilha de Santa Catarina na luta pelo direito à cidade, e das contribuições do Seminário Regional do Fórum da Cidade e da UFECO, foram realizadas entrevistas, no mês de dezembro de 2002, com os principais atores do movimento sócio-comunitário, que participaram do processo de organização do mesmo: Joel Ivo Balconi (Representante do Fórum da Cidade e Vice-Presidente

do Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui), José Thomaz Pereira (Representante Regional da UFECO) e Teodoro José da Silva (Presidente da Associação de Moradores do Loteamento João Gonzaga da Costa). As perguntas aplicadas na entrevista semi-estruturada, bem como as respostas obtidas, poderão ser encontradas na íntegra, nos anexos de 10 a 13 deste trabalho.

Diversas foram as questões levantadas pelos entrevistados. Dentre elas, no que diz respeito à cidade, colocam que

as pessoas vêm pra cá procurando trabalho, iludidas por ser a capital número 1 do país. Então, hoje, temos muitas pessoas morando em condições precárias, sem água e sem luz. Temos o problema da especulação imobiliária, o loteamento de áreas de preservação, invasões, etc. E a cidade cresce também para as pessoas mais ricas, que são maioria. Para a população em si, não. (JOSÉ THOMAZ)

estamos acumulando, em ritmo vertiginoso, dificuldades com o problema de fornecimento de água, transporte, esgoto. Não tem infra-estrutura de esgoto, rede elétrica, há muita falta de luz em função da grande demanda. Exemplo: Projeto Singapura, da Vila Cachoeira (220 famílias). Acréscimo sem acréscimo de infra-estrutura. (TEODORO)

Ou seja, a política urbana de desenvolvimento, sem planejamento, adotada para a cidade está trazendo sérias conseqüências para os moradores. Percebemos, com isso, que existem dificuldades e diferenças no que diz respeito à qualidade de vida na cidade, o que é precariamente divulgado e considerado pelos órgãos públicos do Município, Estado e União.

Eles estão retardando a implementação do Estatuto da Cidade para que possam oportunizar os especuladores imobiliários, que têm grande força na cidade. (TEODORO)

O direito à cidade só está existindo para quem tem condições de usufruir o direito à cidade. Porque o direito à cidade é moradia, educação, saúde, transporte coletivo adequado, área de lazer, etc. (JOSÉ THOMAZ)

Com isso, evidencia-se que o direito à cidade, dependendo do atual governo (2002 - Municipal, Estadual e Federal), só existe para alguns. Aliás, de acordo com Sposati (2001, p. 21), "as leis valem para alguns e não para todos".

Souza Santos *apud* Sposati conclui:

Quando estudou o modo de produção das leis na favela da Rocinha, mostrou que havia uma diferença entre o que a população chamava de *direito do asfalto*, isto é, o direito para aqueles que viviam na cidade construída, e de *direito de favela* – entre aqueles que constroem suas próprias leis e contratos com base nas relações internas da favela, pois são vistos pelo Estado como clandestinos.

O descaso do Poder Público perante os interesses das comunidades contribui para dificultar a luta do movimento, por um lado, e motivar sua existência e resistência cada vez mais, por outro. Nas questões locais, destacamos como avanços significativos a agenda do Movimento Ilhativa, o Plano Diretor Comunitário do Campeche, a luta por áreas verdes (Parque da Luz, região do Monte Cristo, entre outras) e a preservação sócio-ambiental da Lagoa da Conceição.

Quanto ao movimento, há um consenso de que é mais atuante, quando as questões de luta são mais momentâneas, imediatas, havendo dificuldade para se fazer uma relação entre a realidade cotidiana e a realidade mais ampla, no contexto da cidade, com falta de abertura para discussões maiores

São vitórias momentâneas. Não há continuidade no trabalho e não faz com que essa reivindicação seja bem maior...
É o movimento da hora. Briga, mas assim que consegue a vitória, o movimento desmobiliza. (JOSÉ THOMAZ)

Eles não conseguem entender que os problemas da cidade são problemas da comunidade e que a mobilização da comunidade como um todo é que vai mudar os destinos da cidade. Mas, de qualquer forma, existe o anseio de mudança, a gente nota no momento em que procura divulgar programas, a atenção das pessoas. Não que elas se demonstrem interessadas em participar ativamente, mas a idéia elas apóiam. (TEODORO)

O movimento peca muito por isso. Não se tem uma abertura para discussões, mesmo que lúdica, de sonho, de esperança/necessidade para se avançar um pouco na qualidade de vida coletiva e individual. (JOEL)

Falta articulação, também, entre as organizações existentes nos bairros, para a construção de um movimento mais fortalecido, que lute pelo Norte da Ilha como um todo e pelo direito à cidade. Além disso, os interesses particulares acabam prevalecendo sobre os coletivos e limitando o processo de articulação do movimento

Na nossa articulação, assim constante no Norte da Ilha, não tem. No bairro tem, mas as Associações brigarem em termos de região, não. Isso sem falar nas vaidades pessoais de presidente com presidente. O Norte da Ilha está bem desarticulado. (JOSE THOMAZ)

É muito acanhado, precário, no fundo mesmo, acho que é um pouco da cultura do medo, quando a gente se aproxima dos grupos para conversar, a primeira reação: *ai vem encrenca, não quero saber*. Quando as pessoas precisam de alguma coisa e procuram as Associações de Moradores, Conselhos, começam a perceber que não é da conversa de um dia para o outro, é necessário um tempo de maturação, de conversa, as pessoas começam a construir o seu espaço, mas essa leitura eles não fazem. O medo vem desde os motivos políticos (tradição de se aproveitar politicamente os movimentos sociais) ou o costume de se trabalhar individualmente/politicamente o cidadão para atraí-lo/cooptação e o troca-troca, muito comum. (JOEL)

Não temos um movimento articulado atuante, no momento, na região. Existe a expectativa, a disposição, e está disposição está pairando em cima dessa expectativa, do "se vai acontecer". (TEODORO)

Teodoro analisa a falta de representatividade de algumas organizações comunitárias

A grande dificuldade de hoje, nessa articulação do movimento, é a omissão, por razões difíceis de serem analisadas, das diretorias das comunidades, normalmente constituídas de 10, 15 ou 20 membros e, na prática, ela se reduz em 2 ou 3 trabalhando.

Além disso, salienta as dificuldades de mobilização e justifica-as

A dificuldade maior eu entendo como a mobilização popular, porque, se já existe dificuldade de se mobilizar as lideranças, há dificuldade muito maior de se mobilizar a população. Por razões culturais, de descaso com o próprio futuro, desinformação, dificuldade de articulação, financeira, de trabalho, de revolta social, etc.

São diversos os motivos que dificultam a participação popular, os quais, em sua maioria, se reportam à questão da falta de uma cultura política democrática. Podemos analisar, com isso, a necessidade de um trabalho de mobilização, sistemático e sustentado em metodologias participativas, não somente com e através das lideranças, mas, também, diretamente, com a comunidade em geral.

Ao serem questionados sobre a contribuição do Seminário Regional, os entrevistados responderam

muitas pessoas não tinham conhecimento sobre o Estatuto da Cidade, a UFECO, do trabalho que a universidade vem empregando para fortalecer os movimentos comunitários. Eu acho que qualquer tipo de reunião onde você procura botar um grande número de lideranças e pessoas que queiram conhecer e participar como movimentos ativos na luta pela cidadania, eu acho que valeu a pena.

A experiência da UFECO, com o NESSOP/UFSC e o Fórum da Cidade foi bem válida e eu acho que deve se repetir até as pessoas terem conhecimento de que é necessária a participação, sempre mantendo a qualidade. (JOSÉ THOMÁZ)

Isso fez com que houvesse um despertar da necessidade e hoje se fala, esse assunto é discutido (problemas que foram discutidos no Seminário). (TEODORO)

É sobre isso que reflete Koga (2002)

Quanto mais espaços de participação dos cidadãos no debate sobre a vida na cidade, sobre a própria exclusão social, mais se alargam as perspectivas de sensibilização da sociedade como um todo para o coletivo, para a superação da visão sobre a pobreza e a exclusão social como questões individuais. (p. 46)

De forma muito interessante, os entrevistados colocaram sua opinião sobre a construção de uma consciência mais coletiva e crítica da população e do despertar para a necessidade da participação

As comunidades estão vendo que não adianta eu ser teu vizinho e colocar um muro de 3 metros no meio, que não funciona. Eu tenho vizinho, mas, ao mesmo tempo, não tenho. Então, nós temos que ter um consenso. Vamos fazer uma cerca onde a gente possa se olhar. E esses Seminários/Fóruns teriam que ter com mais freqüência. Aí você teria que ter uma participação maior, expondo as suas idéias e ouvindo as idéias dos outros. ... Eu acho que é a maneira mais fácil de você chegar a ter uma cidade plena, tendo seu direito de cidadão respeitado e respeitando o dos outros. (JOSÉ THOMÁZ)

percebe-se hoje uma consciência cidadã muito mais instrumentalizada. As pessoas estão percebendo uma necessidade/imperativo de participação. Porém, não é tanto quanto a gente precisa, mais está bem mais avançada. (JOEL)

Realmente, esses espaços contribuem para potencializar as ações das pessoas para a construção de uma cultura mais democrática, colocando-se enquanto sujeitos.

O Estatuto da Cidade apresenta-se, aí, como um instrumento catalisador, para uma maior articulação entre as comunidades na luta por seus anseios e para a construção da participação popular no contexto da cidade

A agenda de lutas tem que andar junto com o Estatuto da Cidade, se não, voltamos ao princípio: você luta por uma coisa e eu luto por outra. Com a regulamentação do Estatuto da Cidade, aí fica muito mais fácil. ... Porque o Estatuto da Cidade vai tirar o poder de alguém e vai dar esse poder para alguém. O fortalecimento da luta depende disso, porque quando você começa a dividir poder, você começa a aumentar a luta. (JOSÉ THOMÁZ)

o Estatuto da Cidade não foi só um instrumento, mas um motivo para as pessoas se reunirem e discutirem alguma coisa sobre a cidade. Antes, a gente queria chamar uma reunião, mas não tinha uma coisa concreta. Ou era muito imediata ou muito particular. E o Estatuto da Cidade é um chamado mais global/macro da cidade. (JOEL)

Dentro desse objetivo da busca da cidade que queremos, a agenda de lutas eu considero que esteja num momento, de certa forma, bastante adormecida em função da falta de participação dos órgãos públicos, em especial, da Prefeitura, que bloqueia. O Estatuto da Cidade não é discutido, está "hibernando" na má vontade da própria administração do município. Então, para que haja uma agenda de lutas, tem que haver objetivos, e os objetivos estão adormecidos, de certa forma, é a luta. (TEODORO)

Comentando sobre a qualidade de participação no Seminário Regional, os entrevistados colocaram que

O conjunto das idéias, as reivindicações foram sérias, coletivas, não visando as comunidades, mas sim o Norte da Ilha como um todo. Apesar do número pequeno, a qualidade foi muito boa. (JOSÉ THOMÁZ)

Agora, a qualidade eu achei boa, porque as pessoas expuseram todos os seus anseios e houve uma direção bastante eficaz na direção do assunto, foi específico em cima do objetivo do Seminário, que era abordar os grandes problemas da região. O que eu saí dali desejoso é que houvesse mais Seminários, talvez anuais. Porque, através deles, nós vamos ter: informação, despertar da consciência da necessidade e despertar da consciência das lideranças. (TEODORO)

Reforçando a questão da necessidade de potencialização do sujeito, enquanto responsável por mudanças, e a questão do reforço das subjetividades, como fator dessa participação, Joel aponta a auto-estima como fator importante

Essa baixa-estima que não nos leva a ser propositivo. Leva a uma participação de "puxar", não vai e não vai... Falta um pouco de auto-estima e coragem de ser provocativo. ... Precisamos inovar, não podemos ser eternos figurantes do processo que a gente faz de conta que participa no espaço da cidade.

Há um despertar na cidade, se dá por grupos, inseridos nas regiões. ... Cada vez mais a gente percebe os grupos crescendo em volume e em quantidade, segmentos da cidade participando e cada vez ela é mais instrumentalizada. O Estatuto da Cidade vem dando a possibilidade de se avançar na instrumentalização das pessoas. Nesse sentido, ele é muito importante e cada vez mais a gente percebe o aumento das classes que estão participando desse movimento. Antigamente, a gente via ou só as pessoas de baixa renda, ou só os pescadores, ou o segmento de determinada região. Mas, hoje, temos desde o analfabeto até mestrados da universidade participando do movimento. ... Não é uma participação massiva, constante, mas cada dia tem mais pessoas de vários segmentos participando. Nesse sentido, se vislumbra uma possibilidade de participação **instintiva**. As pessoas estão percebendo que cada um, e as partes de cada um somadas, passam a fazer parte do Estado, e as pessoas são o Estado, que elas que deveriam dar as diretrizes, que sem essa parceria não terão retorno. Ultimamente, a gente percebe isso na cidade. Aqueles parceiros que sempre ficavam deslocados, que estão numa camada que só visava o mercantilismo e o privado, estão percebendo que se eles não se inserirem no meio urbano, eles vão ficar cada vez mais isolados. (Grifo nosso)

Outro fator importante destacado por Joel é a questão da participação de diferentes classes sociais, as quais, certamente, estão se dando conta de que muitos prejuízos sociais, que antes atingiam somente as classes mais carentes, hoje, atingem a cidade como um todo, prejudicando a qualidade de vida de todos os moradores, como é o caso da poluição ambiental. É o "urbanismo de risco", tratado por Rolnik no capítulo anterior. E isso contribui para o despertar de uma consciência mais cidadã.

O desespero do caos social, as pessoas estão se dando conta de que a passagem de ônibus é muito cara em relação ao salário, as ruas estão cada vez mais problemáticas, as praias estão poluídas, alimentação e lazer são muito caros. No Centro, as pessoas estão preocupadas com assaltos, etc. a preocupação e o desespero (a segurança pessoal) estão levando as pessoas a se acordarem para se dar conta do que não se sabe o que é ainda. Faz parte desse movimento. É um movimento surdo e esfumacento, não justifica de onde que vem e para onde que vai, mas está aí no ar. Há um sentimento solto. As pessoas estão inseguras. Há mais a preocupação com os 20% de desempregados, 50% da população está no limite de dignidade de vida (70 milhões). Essas coisas todas são muito subjetivas, mas, ao mesmo tempo, estão muito próximas da pele das pessoas e não só para nós aqui (cidade, país, continente). 50% da população da Terra está nesse limite de dignidade humana. Daqui a pouco, isso aqui é um caldeirão! E isso vai para a mente do ser humano/cidadão e começa a crescer como se fosse um tumor na cabeça e ninguém tem controle desse crescimento. E começa a apertar, a doer a alma da gente. E isso faz com que as pessoas queiram fazer alguma coisa e, por outro lado, as pessoas também estão tendo essa consciência

coletiva. O meu próximo tem o mesmo direito que eu tenho, se ele tiver mal eu também vou estar e vice-versa. Como trabalhar isso na mente do ser humano é um pouco difícil. O que faz crescer essa consciência coletiva? Cada um é uma pequena parte que somada a outra vai dar um todo. Só que esse todo é muito maior do que o somatório das partes. Se percebe o incontrolável, que deixa as pessoas cada vez mais angustiadas para fazer cada vez mais alguma coisa. Às vezes, a coisa mais próxima é a Associação da esquina ou é uma audiência. Por as pessoas não estarem culturalmente acostumadas a ter isso aí, quando se depara com essa coisa grande, se desesperam e afoitamente vão para os movimentos e se *depcionam*. (JOEL)

E é justamente através dessas evidências e dessa efervescência subjetiva que é preciso fomentar a construção de diferentes espaços de participação, para que as pessoas possam expor o que sentem e o que desejam, contribuindo, assim, para esse despertar enquanto sujeito e para a construção de uma cultura mais democrática. O mapeamento, mais uma vez, aqui, merece destaque para delinear-se um caminho nessa direção.

a convivência com as diferenças tem promovido nesses espaços o difícil aprendizado do reconhecimento do outro enquanto portador de direitos, assim como da existência e legitimidade do conflito, enquanto dimensões constitutivas da democracia e da cidadania. Por outro lado, esses novos cenários estimulam a consolidação da capacidade propositiva dos movimentos sociais e outros setores da sociedade civil que veio, ao longo dos anos 90, se somar à sua capacidade reivindicatória. Essa capacidade propositiva requer, diferentemente da simples reivindicação, o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista. (DAGNINO, 2002, p. 295-296)

Joel coloca, também, o surgimento de novos sujeitos

Prazerosamente, eu tenho encontrado algumas pessoas que participaram do *Seminário Regional do Norte da Ilha que, pela primeira vez, estavam* naquele Seminário Regional, estou encontrando elas em outras reuniões, em outros locais ... Somados a todos esses processos de que falamos (percepção, sentimento, angústia), é isso que está fazendo crescer o movimento.

Através de todas essas falas, podemos concluir que o movimento sócio-comunitário e popular do Norte da Ilha precisa fortalecer-se, enquanto coletividade, representando os interesses da região como um todo.

É preciso construir uma cultura mais participativa e democrática na luta pelo direito à cidade. Mas, essa luta é lenta e é preciso ter “paciência histórica” para que se vivenciem as transformações. Por outro lado, na contramão da história das políticas sociais brasileiras, as quais, na maioria das vezes, contaram com práticas centralizadoras, existe uma urgência por mudanças, numa sociedade marcada pela desigualdade e pela ausência de políticas públicas. Podemos citar, como exemplo dessa realidade no contexto da ilha, a região do Maciço do Morro da Cruz. Diante dessa necessidade de mudança, é necessária a *aplicação de metodologias participativas no âmbito do Município, do Estado e do Governo Federal.*

É necessário contribuir, enquanto seres humanos, sujeitos de nossa própria história, para que possamos nos sentir verdadeiramente como tal, catalisadores de transformações, mesmo que não possamos delas usufruir. Mas, já existe um despertar para essa participação, enquanto necessidade humana, que parte da subjetividade do sujeito. E é justamente nesse sentido que contribuiu o Seminário Regional do Norte da Ilha, como um espaço potencializador de sujeitos, e, através da luta pelo direito à cidade tendo como instrumento o Estatuto da Cidade, como possibilidade de articulação e fortalecimento do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento do associativismo civil e sócio-comunitário da região Norte da Ilha de Santa Catarina, apesar de revelar alguns limites, como a necessidade de um aprofundamento para se entender as direções sócio-políticas dessas diversas organizações, retratou uma necessidade humana muito interessante: viver coletivamente, a qual é pouco valorizada atualmente perante o sistema capitalista, que é individualista e excludente. Essa necessidade de associação, de relação, gera o reforço das identidades específicas, das auto-estimas, a convivência e o respeito para com o diferente, a politização do cotidiano, a construção de novas relações e a consciência da participação como necessidade humana. Numa sociedade em que se disseminam valores como o individualismo e a homogeneização, essas práticas vão contra a ideologia dominante, vislumbrando a construção de uma nova sociabilidade.

Identidades com alteridade, representam sujeitos sociais com auto-estima e propositivos, fazendo vir à tona outra necessidade: a participação. Além disso, o acirramento das injustiças sociais também contribui como forma de construção de um sentimento ético no coletivo. Com isso, as pessoas vão se dando conta da necessidade de se mobilizarem e participarem para uma vida na cidade com qualidade de vida, cidadania e felicidade.

A participação se sustenta nas complexidades do contexto sócio-familiar, da escola, da vida associativa, da política, do trabalho, entre outras. No cotidiano das pessoas, o ser participativo vai contribuindo para a construção da solidariedade política, ou seja, da subjetividade cidadã, que potencializa a ação humana e possibilita a construção da cultura democrática. Com Bader Sawaia

aprendemos que a participação com subjetividade significa o envolvimento, a perda de fronteiras e temporalidades, a valorização do potencial humano, a priorização das necessidades humanas e o desenvolvimento de valores éticos. No entanto, existem alguns mecanismos de pseudoparticipação que, na verdade, servem para legitimar a ideologia dominante e manipular a subjetividade das pessoas. Esses processos não potencializam os sujeitos para uma participação efetiva, verdadeiramente democrática. São grandes "espetáculos", em que a opinião do povo não influencia nas decisões.

Foi na busca da construção dessa cultura participativa que se realizou o Seminário Regional do Norte da Ilha. Nesse processo, o Serviço Social atuou diretamente contribuindo com a sensibilização e mobilização para participação, a educação para participação, a democratização do evento, a participação ativa dos sujeitos e a humanização dos trabalhos.

Na apresentação do Estatuto da Cidade, foi oportuno apontarmos alguns elementos sobre a realidade de Florianópolis, onde o crescimento urbano acelerado vem transformando a ilha: aumento da violência e da desigualdade social, destruição ambiental, diminuição da qualidade de vida, falta de infraestrutura, privilégios de alguns setores das classes dominantes, descaso do Poder Público perante as necessidades das comunidades, etc.

A política de desenvolvimento urbano da cidade é construída sem a participação dos moradores. É nesse contexto que o Estatuto da Cidade, principal discussão do Seminário Regional do Norte da Ilha, apresenta-se como mais um instrumento para a efetivação da participação dos sujeitos na luta pelo direito à cidade, com base na gestão democrática. Além disso, as organizações representativas das comunidades, que configuram o movimento sócio-comunitário

do município (citamos aqui a UFECO e o Fórum da Cidade), precisam atuar intensamente, juntamente com suas bases, na luta por conquista de espaços de participação sócio-política.

A criação de espaços públicos e participativos é essencial, se quisermos contribuir para a construção de uma cultura democrática. Percebeu-se, no contexto da assessoria do Serviço Social, que houve uma participação qualificada no evento, no sentido dos diferentes atores estarem pensando e planejando a agenda de lutas, cuja base é a visão da região como um todo, evitando-se a sua fragmentação, ou seja, houve uma oportunidade de articulação entre os diferentes sujeitos para a potencialização do movimento. O momento do Seminário foi riquíssimo, pois podíamos ver organizações sócio-comunitárias, que representam diversas classes sociais, identificadas na luta pelos mesmos direitos à vida na cidade, e/ou novos atores, como foi a presença no Seminário da Associação de Moradores de Jurerê Internacional e Praia Brava. Podemos apontar como contribuições do evento, a divulgação do Estatuto da Cidade, do trabalho realizado pelo Fórum da Cidade, pela UFECO e pelo NESSOP, como espaço de fortalecimento da participação e despertar da necessidade de articulação.

Nesse contexto, o Estatuto da Cidade foi um elemento catalisador para a reunião das diferentes organizações sócio-comunitárias e a possibilidade de unificação das lutas pela cidade com qualidade de vida, democrática e com justiça social.

Salientamos, apesar das dificuldades apresentadas, que o associativismo civil da região Norte da Ilha de Santa Catarina configura-se num movimento de caráter sócio-comunitário e popular que, em sua dinâmica de

construção e reconstrução, buscando potencializar-se, o que mostra o I Fórum da Cidade, o próprio Seminário da região e, até mesmo, o mapeamento realizado.

Com isso, podemos concluir que, para construir-se a participação, é preciso trabalhar com a valorização das subjetividades que potencializam a criação de uma nova sociabilidade, promovendo espaços de participação, pois a participação é imprescindível para aprender a participar e potencializar a ação dos sujeitos sociais.

Diante do que foi exposto, deixamos, aqui, algumas sugestões ao Fórum da Cidade, à UFECO e ao NESSOP:

- Divulgação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, lançada no Fórum Social Mundial do ano de 2003, em Porto Alegre, constante no presente trabalho;
- Continuidade na promoção de eventos que debatam a cidade com metodologias participativas;
- Como estratégia de divulgação do trabalho realizado pelo Fórum da Cidade e UFECO, socializar, no Norte da Ilha de Santa Catarina, as informações reunidas neste trabalho, através da disponibilização de cópias deste em pontos estratégicos da região, promoção de seminários e outros fóruns de debate no coletivo;
- Ter como referência o mapa do associativismo civil e sócio-comunitário do Norte da Ilha de Santa Catarina, como base para ações que visem possibilitar a superação das fragilidades do movimento sócio-comunitário e popular da região e para a sua permanente atualização;

- Que as prioridades da região Norte da Ilha, definidas no Seminário Regional, sejam retomadas nos debates, iluminando o caminho das lutas do movimento sócio-comunitário e popular da região;
- À UFECO, que assuma seu protagonismo frente às lutas das entidades comunitárias, legitimando sua existência e atuação;
- Ao Fórum da Cidade, que continue sendo espaço de promoção da participação nas decisões da cidade, contribuindo para a democratização das relações e para a construção de uma cultura emancipatória, realizando o II Fórum da Cidade;
- Ao NESSOP, que continue seu trabalho, fazendo essa ponte ensino-pesquisa-extensão, articulando diversos setores da Universidade e contribuindo com a sociedade, em particular pela realização de um projeto profissional comprometido com os movimentos sociais que lutam por uma sociedade mais justa, onde a cidadania realmente exista para todos, em prol da autonomia dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Resolução nº 273/93 de 13 de março de 1993. Código de Ética Profissional do Assistente Social. In: **Coletânea de leis**. 2ª ed. Santa Catarina: CRESS, 2001, pp. 11-26.

CARDOSO, Michelly Nezilda. **Relatório de Estágio Curricular Obrigatório**. Florianópolis, 2002. 44p. (7ª fase de Serviço Social).

Carta de Atenas. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933. Disponível em: www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-33.htm

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960-1980). **Revista Katalysis**: Faculdade de Serviço Social da UFSC. Florianópolis, Editora da UFSC, n. 1, 1997. pp. 13-30.

Centro de Estudos Cultura e Cidadania - CECCA. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular; CECCA, 1997. 248p.

COSTELLA, Margari de Lurdes. **A mobilização no planejamento estratégico participativo municipal**. 1998. 152p. (Dissertação de Mestrado em Administração - Políticas e Planejamento Governamental. Florianópolis). UFSC, Florianópolis.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 279-301.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: Noções de política social participativa**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176p.

Estação Ecológica de Carijós. Disponível em: www2.ibama.gov.br/unidades/carijós/indexabertura.htm

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____ **Aonde nos levam as diretrizes curriculares?**. In: *Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. V. 1, n. 2 (jul/dez. 2000). Brasília: ABEPSS, Valci, 2000.
FANTIN, Maristela. **Construindo cidadania e dignidade**. Florianópolis: Insular, 1997. 280p.

FLORIANÓPOLIS. Guia Digital Floripa. **Mapa geral do Município de Florianópolis**. Florianópolis: 199?. 1 mapa.

Fórum da Cidade. **Documento Final do 1º Fórum da Cidade**. Florianópolis, outubro de 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. 191p.

GRAZIA, Grazia de (org). **Cartilha "Conhecendo o Estatuto da Cidade"**. Fase, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Caixa Econômica Federal. [2002]

Guia Digital Floripa. Florianópolis: 199?. CD-ROM.

Guia Floripa. Disponível em: www.guiafloripa.com.br

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 72, ano XXIII, 2002. pp. 22-52.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade Civil**: palestra proferida para o Programa de Graduação em Serviço Social da UFSC, 2001.

Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP/DSS/UFSC. **O Serviço Social nos processos de Organização Popular em Santa Catarina – anos 60-70 e anos 80-90**. (Projeto de Pesquisa) Florianópolis, 1996. 42p.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade; para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64p.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 58, ano XIX, 1998. pp. 41-71.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 72, ano XXIII, 2002. pp. 53-61.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 329p.

SAWAIA, Bader. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 115-134.

SILVA, Carla Almeida. Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 143-185.

SHERER-WARREN, Ilse. **Organizações Voluntárias de Florianópolis**: cadastro e perfil do associativismo civil. Florianópolis: Insular, 1996. 93p.

SCHERER-WARREN, Ilse. In: FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: Mover, NUP, 1998. 212p.

SHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUD, Jean. **Democratização em Florianópolis**: Resgatando a memória dos movimentos sociais. Itajaí: Editora da UNIVALI; Florianópolis: Diálogo, 1999. 336p.

SHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 41-56.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº66, ano XXI, 2001. pp. 145-164.

SPOSATI, Aldaíza. Movimentos utópicos na contemporaneidade. In: SORRENTINO, Marcos (coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 11-39.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. (Tradução de Luiz Fernando Cardoso) 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454p.

ANEXOS

ANEXO 1

ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

ORGANIZAÇÕES DE BAIRRO:

1) Nome: Javé Ire (Deus Providente)

Endereço: Rua Francisco Fausto Martins, 516 – Vargem Grande

CEP 88020-010

Responsável: Pedro

Telefone: 9101-8780

Fonte: Clarice

2) Nome: Grupo Pingüim

Endereço:

Responsável: Maria de Souza

Telefone:

Principal objetivo:

Fonte: Ivete ficou de passar

3) Nome: SERSACO (Saco Grande)

Endereço:

Responsável: Aparecida ficou de passar

Telefone:

Principal objetivo:

Fonte:

4) Nome: Associação de Moradores da Vila Cachoeira - AMVIC

Endereço: Rodovia Virgílio Várzea, s/nº - Conjunto Habitacional Vila Cachoeira –
Saco Grande II - CEP 88054-650

Responsável: Roberto C. de Amorim / Elizabete

Telefone: 282-2035 / 238-2462

Principal objetivo: Trabalhar com a comunidade carente.

Fonte: Elizabete

5) Nome: Associação de Moradores de São João do Rio Vermelho

Endereço: Rua Luiz Duarte Soares, s/nº - São João do Rio Vermelho

Telefone: 269-9675

Principal objetivo: Promover o bem-estar da comunidade.

Fonte: Portal Social

6) Nome: Associação dos Moradores e Amigos de Ratores

Responsável: Manoel Machado

Telefone:

7) Nome: Conselho Comunitário Bairro João Paulo

Endereço: Lava Car Chuá-Chuá (Frente Itambé)

Responsável: Miguel Simões (não mantém contato com a comunidade) /
Vanderlei de Souza (ex-presidente)

Telefone: 334-8672 ou 9971-9110 / 238-6109 / 238-0464 ou 9961-5998

8) Nome: Associação Comunitária Moradores Lagoinha

Endereço: Est. Jaime A. Ramos, 843 – Fundos 112 – Lagoinha/Ponta das Canas

Responsável: Pedro Paulo Ferreira

Telefone: 284-1898

9) Nome: Associação de Moradores de Ingleses do RV

Endereço: Rod. SC 403, 2094 - Ingleses

Responsável: Jesus Clavino Filho

Telefone: 269-1394

10) Nome: ACARI

Endereço:

Responsável: Márcia (Vanisa 226-8575)

Telefone:

Principal objetivo:

Fonte:

11) Nome: Associação de Moradores do Loteamento Praia do Forte

Endereço:

Responsável: Marília

Telefone: 282-1749

Principal objetivo:

Fonte:

12) Nome: Associação de Moradores do Conj. Hab. União da V. do Bom Jesus

Endereço: Conjunto União, Quadra F – Vargem do Bom Jesus

Telefone: 9961-1972

Obs.: Mandar também para Alfredo Zuazini, Estrada Geral Vargem do Bom Jesus,
831 – Vargem do Bom Jesus – CEP 88058-509 – Fone: 269-3522

13) Nome: AMOVILA

Endereço: Serv. Dois Irmãos, 92A – Ingleses – CEP 88058-800

Responsável: Inês Terezinha Nunes Oliveira

Telefone: 369-1357

14) Nome: Associação Beneficente dos Moradores de Ratonés

Endereço: Rua Intendente Antônio Damasco, 718 - Ratonés

Telefone: 282-2454

15) Nome: Sociedade Pró Desenvolvimento de Canasvieiras

Endereço: Rod. Virgílio Várzea, 4857 - Canasvieiras

Responsável: Marafon

Telefone: 266-2231 (não conhece, correspondências vão para lá)

16) Nome: Movimento pela Qualidade de Vida do Rio Vermelho

Endereço: Rua Jardim Moçambique, 444 – Rio Vermelho

Responsável: Geraldo Montalvão

Telefone: 224-7490 / 9982-9392

17) Nome: Associação Ingleses Norte

Responsável: Moacir

GRUPOS CULTURAIS

18) Nome: Bloco Carnavalesco da Cachoeira do Bom Jesus (sem informação)

ORGANIZAÇÕES DE DEFESA DA CIDADANIA

GRUPOS ECOLÓGICOS

19) Nome: Área de preservação de jacarés – Daniela

Responsável: Rogério Queiróz

ASSOCIATIVISMO DE BASE RELIGIOSA

GRUPOS DE REFLEXÃO

20) Nome: Grupos de Reflexão de Jurerê (6 grupos)

Responsável: Maria de Lurdes

Telefone: 282-1583

21) Nome: Grupos de Reflexão da Cachoeira do Bom Jesus (7 grupos)

Responsável: Eliete

Telefone: 284-5350

22) Nome: Grupo de Reflexão da Capela São Brás

Responsável: Albertinho

Telefone: 222-9928

OUTROS

23) Nome: Diretoria da Comunidade Católica de Sambaqui

ANEXO 2

CARTA DO EVENTO

“ A CIDADE QUE QUEREMOS: UM OLHAR DOS SUJEITOS DAS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-COMUNITÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS”

O Evento “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis”, ocorrido no dia 2 de junho no auditório do Fórum norte da Ilha/UFSC, foi promovido pelo projeto “Experiências em Cena” do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O Evento contou com a presença de 215 participantes, entre eles, 79 líderes comunitários representando 34 organizações sócio-comunitárias, alunos, alunas, professores e professoras da UFSC, representantes do poder legislativo municipal, bem como órgãos da imprensa falada e escrita.

A palestra de abertura lembrou nossos 500 anos de exploração, primeiro pelo colonialismo, seguido pela economia de mercado e pelo neoliberalismo, que transformam seres humanos em objetos descartáveis. Torna-se necessário resgatar o ser humano militante. A força do empobrecido na luta contra a exclusão social é a solidariedade e por isso, devemos recriar idéias e descobrir caminhos. Nossa história caminha por um percurso em que se questiona a forma pela qual a população é incluída nos processos de planejamento, avaliação e fiscalização das políticas públicas que atingem suas questões humanas e sociais.

Na contramão de um projeto que pretende, através do turismo, internacionalizar a Ilha de Santa Catarina, a cidade que queremos não pode perder a sua história comunitária, sua origem cultural, seus processos organizativos, sua humanização, incluindo a melhoria da qualidade de vida da sua periferia empobrecida. Queremos que a nossa cidade tenha rosto, pão e beleza. Sem matas depredadas, sem meninas e meninos de rua. Que a cidade tenha a sua cor indígena, negra, açoriana; que a sua raiz comunitária rompa com o autoritarismo para construirmos relações democráticas com base na cultura da sociabilidade. Isto é, olhar a cidade que queremos com harmonia entre a humanidade e a natureza, com um planejamento urbano gerado a partir das demandas da sociedade civil organizada.

O segundo bloco de palestras referiu-se às origens, à razão de ser e às proposições sócio-comunitárias, privilegiando a relação destas com o poder executivo municipal. As propostas comunitárias para Ingleses Sul/Santinho, Santo Antônio de Lisboa e Região, Campeche, SOS Esgoto Sul, Vão central do Morro da Cruz e Lagoa da Conceição, devem ser

debatidas e reconhecidas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Municipais. Em relação à prática técnico-política do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, indaga-se, qual é a sua lógica de poder? O processo de planejamento do Município necessita ter invertida a sua direção, isto é, incluir a participação popular e democrática sem perder, como órgão público, suas atribuições e competências.

Na região Monte Cristo as associações de moradores buscam avaliar com a Prefeitura Municipal de Florianópolis o Projeto Habitar Brasil frente às reais demandas da população local. Questionam os processos de participação e o atendimento dos reais interesses da população local. Consideram que a comunidade Chico Mendes corre o risco de desaparecer, cortada por traçados do referido Projeto. Não aceitam um projeto de moradia padrão, pois não existe família padrão. Trata-se de um projeto insustentável em relação à qualidade de vida e participação popular, uma falácia de democracia e cidadania.

O Evento foi encerrado com propostas, manifestações de apoio e questionamentos, abaixo transcritos, trazidos por aqueles que, no seu dia a dia, lutam voluntariamente, pela qualidade de vida no seu bairro e sua Cidade; muitos assessorados por professores e profissionais que se comprometem com a construção de uma condição humana de existência justa, digna, com inclusão social.

- Manifestação de apoio às iniciativas do NESSOP, professores e estudantes da UFSC, que têm participação em ações de consultoria, estágio e de apoio àquelas demandas que visam a melhoria da qualidade de vida, em especial das comunidades empobrecidas. Consideram que a Universidade deve cumprir sua função pública de uma instituição crítica, autônoma e democrática, e exercer um papel fundamental de instância mediadora, pensante, de alternativas para a sociedade. Suas atividades de pesquisa e de extensão devem atuar na resolução das problemáticas sociais e urbanas, contribuindo para a produção de um saber em mão dupla entre comunidade e universidade.
- Necessidade da organização conjunta e articulada dos diversos movimentos comunitários da região da Grande Florianópolis, particularmente daqueles que têm surgido nos últimos anos à luz do combate aos mega projetos imobiliários, planos diretores impostos, obras e projetos que têm destruído os recursos naturais e que têm descaracterizado as culturas locais e/ou sua folclorização. Nesta direção, propõe-se:

- Realização de seminários regionais no município de Florianópolis, metodologicamente assessorados pela UFSC, para seguirmos construindo um movimento sócio-comunitário propositivo, articulado e com autonomia.
- Realização, através da mediação UFSC/NESSOP, de um Fórum ou Congresso de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade que queremos, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana e metropolitana, com participação popular e gestão descentralizada e democrática.
- Questionamento dos procedimentos democráticos da UFECO, enquanto representação do movimento comunitário da Cidade e sua participação junto aos Conselhos de Direito de âmbito municipal. Propõe-se que, em assembleia geral, a UFECO apresente e interprete sua atual proposta de gestão junto ao movimento sócio-comunitário do município de Florianópolis.
- Criação de um jornal para divulgar e articular as ações do movimento sócio-comunitários do município de Florianópolis

ANEXO 3

I FÓRUM DA CIDADE

Documento Final

Outubro de 2001

SUMÁRIO

I. Introdução.....	pag 03
II. A Metodologia do 1º Evento do Fórum da Cidade... pag 04	
1. A organização dos trabalhos	
2. Os procedimentos e proposições dos debates	
III. Dossiê dos debatespag 05	
(Considerações gerais e Diretrizes de ações para agendas de luta a curto, médio e longo prazo).	
1. Moradia: regularização de áreas ocupadas, de áreas de risco. ...pag 05 e de ocupação irregular	
2. Cultura e Lazer.....pag 07	
3. Movimento Sócio-Comunitário.....pag 08	
4. O direito de participação e a regulamentação do Estatuto da Cidade.....pag 09	
IV. Organização do Fórum da Cidade/ Florianópolis.....pag 10	
1. Princípios da Participaçãopag 10	
2. Objetivos do Fórum da Cidade pag 11	
3. Estrutura e Composição do Fórum da Cidade.....pag 11	
V. Agenda de lutaspag 12	

I. INTRODUÇÃO

A origem do I Fórum da Cidade decorreu de proposição de uma liderança do movimento sócio-popular comunitária, no Encontro Experiências em Cena, realizado em 02 de junho de 2001, pelo NESSOP-Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Depto de Serviço Social da Universidade Federal de Sta. Catarina.

Neste evento intitulado "A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis", as lideranças e associações comunitárias realizaram uma discussão intercomunitária sobre seus projetos e planos urbanos comunitários no contexto da cidade. O debate mobilizou estes representantes populares para a criação de um espaço onde pudessem articular suas demandas e questões urbanas locais com as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis. O documento final deste encontro propôs a criação de um fórum para que o diálogo entre as comunidades legitimasse e fortalecesse as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano.

No mesmo encontro criou-se um grupo de trabalho composto de diversas entidades comunitárias¹, do NESSOP e de outros p/professores da Universidade Federal de Sta. Catarina que passou a organizar um novo encontro na perspectiva de estimular o envolvimento da cidadania com as questões sócio-ambientais e urbanas na grande Florianópolis.

A proposta da comissão resultou na realização do "I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário", tendo como referência a recente elaboração do Decreto Lei 10.257 de julho de 2001 que institue o Estatuto da Cidade. O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; e ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade; fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos; construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis; construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários.

¹ Comissão organizadora:

Associação Comunitária de Loteamento João G. da Costa Saco Grande., Assoc. de Moradores do Campeche, Associação de Moradores de Amigos de Itacorubi, Assoc. de Moradores do Morro da Penitenciária, Assoc. de Moradores do Pântano do Sul, Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui, Conselho Comunitário da Tapera, Conselho Comunitário das Comunidades do Balneário de Ingleses, federação das Associações dos Moradores SC, Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, Fundação Lagoa, Movimento Ilhativa - Ingleses, Rede Sol, Movimento Campeche Qualidade de Vida, Instituto Ambiente Sul.

Nos dias 5 e 6 de Outubro de 2001 no ginázio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, nos períodos da manhã e da tarde, realizou-se o encontro dos movimentos sócio-comunitários que criou o I Fórum da Cidade, com a participação de 81 entidades comunidades e a presença de 220 pessoas incluindo professores (as) alunos (as) das Universidades da área metropolitana de Florianópolis.

A abertura do evento no dia 5 teve como palestrante sobre "O estatuto da Cidade" o deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz. No dia 6 o debate se realizou com o Vereador de São Paulo, Nabil Bonduk, representante do Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis, o CECCA - Centro de Estudos de Cultura e Cidadania, Sindicato da Indústria da Construção Civil de SC, Instituto dos Arquitetos e Movimentos Socio-Comunitários, seguindo-se de reunião dos presentes em 8 grupos de trabalho.

O resultado dos trabalhos foi apresentado na plenária, final da tarde do dia 6, transferindo-se para o dia 27 de outubro, no mesmo local, a plenária de discussão dos grupos e a aprovação das proposições.

II. A METODOLOGIA DO 1º EVENTO DO FÓRUM DA CIDADE

1. A organização dos trabalhos

Dias 5, 6 de Outubro :

Foram realizadas palestras, debates e trabalhos em pequenos grupos por temas e plenárias para elaboração de pautas de lutas e encaminhamentos. Os grupos foram os seguintes:

- ♦ Como fortalecer o movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis;
- ♦ Comissão de garantia e regulamentação do Estatuto da Cidade
- ♦ Direito de participação: os instrumentos do Estatuto/ audiências públicas, estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança;
- ♦ Projetos e plano urbanos;
- ♦ Moradia, regularização e urbanização;
- ♦ Ocupação das encostas;
- ♦ Cultura e lazer: espaços e equipamentos públicos
- ♦ Transportes
- ♦ Saneamento básico e recursos hídricos

Dia 27 de Outubro:

Realizadas reuniões em pequenos grupos para ratificação das proposições e elaboração de pautas de lutas e encaminhamentos para instauração do Fórum da Cidade.

2. Os procedimentos e proposições dos debates

As discussões em grupo apresentadas na plenária final do I Fórum da Cidade tiveram o caráter de

- Diagnosticar / identificar problemas e situações das comunidades;
- esclarecimento de aspectos temáticos do Estatuto, principalmente no que dizem respeito ao controle popular sobre as decisões, e disposições pontuais do EC)
- iniciar proposições para encaminhamentos internos da pauta do Fórum, em termos de medidas jurídicas e também mais gerais, de sua atuação junto ao poder público no âmbito municipal.

As conclusões dos grupos de trabalho deram origem a um documento final provisório que foi apresentado, debatido e referendado na Plenária de Construção da Agenda de Lutas, realizada no dia 27 de outubro, e ainda acrescido de uma pauta de proposições, consolidada e aprovada na plenária final deste encontro de lideranças do movimento sócio-popular comunitário.

No presente documento, ressaltamos considerações conceituais, diretrizes de ação referentes às temáticas discutidas, subsídios para a organização do Fórum da Cidade de Florianópolis e indicações de Agenda de Lutas a curto, médio e longo prazo.

III. O DOSSIÊ DOS DEBATES

1. MORADIA. Regularização de áreas ocupadas, de áreas de risco e de ocupação irregular.

1.1) Considerações gerais

- Para implementarem-se todos os dispositivos relacionados à regularização fundiária e programas de urbanização e melhoria de habitações localizadas em áreas irregulares, é necessário que se entenda que a problemática urbana e habitacional é parte de um processo de reprodução da desigualdade econômica e social, resultado de uma política econômica e social injusta.
- Toda política urbana e habitacional deve apoiar-se em um processo de desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável que ataque às raízes da desigualdade, e incorporar uma profunda reforma agrária e agrícola, em uma política efetiva de geração de renda e emprego. Portanto, a implementação do Estatuto da Cidade não é uma medida isolada, mas articulada com outras políticas públicas, conforme estabelecem as diretrizes gerais do Estatuto da Cidade e, em particular, o inciso X do art. dois do Estatuto da Cidade que refere à adequação da "... política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e implementação de programas habitacionais da política de geração de renda e emprego ...". Sendo assim, a luta pela implementação do Estatuto da Cidade insere-se na luta por uma efetiva reforma urbana articulada com um processo de distribuição não dos recursos e melhorias urbanas, mas fundamentalmente de renda, que integra a reforma agrícola e agrária e a geração de emprego e renda.
- O conceito de moradia é parte do entendimento amplo da habitação que implica a realização das condições de vida particularmente na cidade quanto ao direito ao acesso aos serviços,

ao saneamento, às condições físico-sociais da habitabilidade entendida como casa e como sua inserção urbana na cidade.

- Toda ação que venha a garantir os direitos à habitação deve partir simultaneamente da garantia da regularização fundiária como base para a melhoria habitacional, e da garantia do processo de urbanização (construção, melhoria e urbanização habitacional).
- O Estatuto da Cidade finalmente veio a reconhecer e regulamentar os direitos legítimos dos assentamentos das famílias de baixos recursos em áreas irregulares, dando corpo jurídico à legitimidade social desta "cidade ilegal" que se construiu ao longo dos anos, como solução à não-solução por parte principalmente do Estado da grave e histórica problemática habitacional e urbana das populações pobres e excluídas.

1.2) Diretrizes de ação

- Assegurar a participação popular nos projetos e planos urbanos;
- Criar ou aprimorar a rede de associações de moradores, oferecendo a todas as comunidades os elementos técnicos necessários para os estudos e conseqüentes propostas urbanísticas de cada região da cidade.
- Trabalhar pela concretização de um Plano Diretor que respeite o direito dos moradores, conforme o mecanismo de proteção e melhoria habitacional, advindos deste novo Estatuto.
- Formular e acompanhar propostas populares do Plano Diretor da cidade que queremos
- Realização de estudos locais para apresentação de propostas gerais que aglutinem as demandas habitacionais e urbanísticas de cada comunidade.
- Ingressar com medidas administrativas ou judiciais para, em primeiro momento, regularizar todos os casos de moradias que preenchem os requisitos do Estatuto da Cidade (mínimos cinco anos de posse) e assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco.
- Implementar ações judiciais relacionadas ao processo de regularização como a adoção do usucapião em áreas privadas (art. 9 ao 14) e concessão especial de uso em terras públicas (Medida Provisória 2220/2001);
- Para implementar essas ações é necessário que a Prefeitura realize, em tempo determinado e discutido em acordo com as comunidades e sociedade em geral, um levantamento cadastral e geo-processado de:
 - Áreas onde existam moradias com ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento;
 - Áreas de risco;
 - Áreas de proteção ambiental ocupadas;
 - Áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e concessão especial de uso.
- Os moradores diretamente implicados devem exigir acompanhamento, fiscalização os levantamentos dos órgãos públicos municipais e estaduais, garantindo-se o direito das

comunidades ter acesso às informações obtidas e/ou a assessorias técnicas gratuitas, para contrapor aos estudos técnicos oficiais.

- As associações e conselhos comunitários e suas lideranças devem fazer discussões e proposições de encaminhamentos das questões fundiárias em assembleias das entidades comunitárias, e, após, em Assembleia Geral do Fórum da Cidade, submetendo à análise jurídica, o processo de regulamentação fundiária de todas as reivindicações a respeito deste assunto em todos os níveis e, a seguir, encaminhar o documento final à Câmara Municipal.

- Fazer recomendação à Câmara para efetuar o referendo popular para projetos e planos urbanos;

Em relação à ocupação das encostas:

- Dar encaminhamento a um plano diretor adequado à realidade das encostas e das comunidades;

- No caso do Maciço Central do Morro da Cruz, entender a dinâmica social dos morros e seu histórico, fazendo diagnóstico sócio-ambiental. Para o que, é necessário:

- a) Fazer levantamentos adaptados à cultura e realidade de cada local;
- b) Fortalecer o Fórum Permanente do Maciço central do Morro da Cruz e a participação das pessoas no processo.

Considerando a relação entre urbanização e a natureza e que todo e qualquer nível de planejamento necessita envolver e levar em conta a relação entre sociedade e planejamento propõe-se: unidades espaciais de planejamento, que reflitam realidades sócio-ambientais através de "bacias urbanas" sustentáveis; gestão democrática em processos participativos através dos comitês de "bacias urbanas"; integrar uma ou mais comunidades para ações comuns a partir de um elemento identificador; programas de educação ambiental "autênticos" que passem pelos níveis de percepção, conhecimento e/ou reconhecimento com autonomia comunitária; institucionalização do Dia do Planejamento sócio-ambiental comunitário.

2. CULTURA E LAZER

A Cidade de Florianópolis apresenta ausência de espaços públicos de lazer e cultura, de registro de história e cultura, de estímulo e reconhecimento à arte e cultura de cada região e inexistência de gestão democrática de cultura e lazer, no uso dos espaços públicos como o CIC (Centro Integrado de Cultura) e, de discussão das prioridades de cultura e lazer com as comunidades.

2.1) Diretrizes de ação:

- Participação das Associações Comunitárias na elaboração das Políticas e Planos da Prefeitura sobre cultura e lazer;

- Formulação junto aos órgãos governamentais de debates sobre políticas públicas de cultura e lazer garantindo o espaço e registro de nossa história. Debater sobre a Gestão democrática da Cultura.
- Estímulo e criação de arte e cultura da comunidade; promoção de oficinas de arte nas comunidades locais; bibliotecas livres; museus regionais para registro de memórias para valorizar a história dos bairros; museu interativo da ciência e projetos integrados nos bairros, com a UFSC e a Escola Técnica Federal; cinemas e espaços para apresentações, oportunizando-se o acesso de jovens (meia entrada); apoio às escolas e comunidades em direção de atividades culturais. Valorização das histórias de vida (depoimentos) com participação de idosos, e resgate da história original do boi de mamão (e sua relação com o boi bumbá);
- Criação de áreas destinadas à praças públicas: número de áreas destinadas praças públicas proporcionais ao número de habitantes; de espaços públicos para lazer; calçadas; ciclovias; identificação, mapeamento, inscrição e preservação de trilhas naturais;
- Mapeamento de áreas livres para cultura e lazer e diagnóstico de áreas e prédios públicos e particulares, que são subutilizados, com possíveis espaços de lazer e cultura;
- Fortalecer a legitimidade dos espaços culturais públicos sinalizando (criando símbolos) a ocupação desses espaços e divulgando suas atividades;
- Estabelecer redes de criação de espaços alternativos de comunicação com comunidades, com utilização de órgãos de imprensa, jornais, boletins, murais comunitários, programas de rádio e TVs Comunitárias.

3. O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO

3.1) Considerações gerais

O movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis levanta as seguintes questões: Falta de participação; clientelismo, individualismo, autoritarismo; custo do transporte; postura centralizadora das lideranças; tradições de intendentes/ imposição do poder local; Estratificação econômica e social; necessidade de participação do setor mais carente; tensões do tipo "manezinhos X estrangeiros"; influência/subordinação aos interesses partidários; falta de habilidade da esquerda em fazer trabalho popular; falta de objetividade e compromisso público/comunitário das lideranças; imediatismo diante dos problemas e reivindicações. Diversidade e respeito à cultura como resultado das diferentes realidades; problemas de paralelismo/duplicidade de entidades; trabalhar a democracia representativa; papel e metodologia do movimento problemáticos.

3.2) Diretrizes de ação

- Ampliar a rede de movimentos sócio-comunitários;
- Viabilizar a democracia e a representatividade das entidades, através da elaboração de textos, talvez estatutos;
 - Fortalecer as comunidades para que sejam protagonistas;
 - Realizar fóruns regionais nos bairros para diagnosticar e formular soluções e agendas de lutas;
 - Instrumentalizar o movimento sócio-popular comunitário através de : levantamento das entidades da Grande Florianópolis para integrá-las às atividades, torná-las parte de um

- cenário transparente e facilitar sua autonomia; formação de lideranças; levantamento das necessidades locais adaptadas à realidade e à cultura de cada local;
- Discutir e mudar a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO e fortalecer a Vice Regional da Federação de Associações de Moradores de SC - FAMESC como coletivo e organização do movimento comunitários da região;
- Realizar um fórum- Universidade e Comunidade e dar continuidade das ações do I Fórum da Cidade.

4. O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE

4.1) Considerações Gerais

O Fórum deve criar mecanismos de legitimidade ativa para que os movimentos populares, comunitários e sociais possam Ter suas decisões cumpridas frente aos dispositivos do Estatuto da Cidade e normas municipais, que regulam especialmente o art. 36 ;

4.2) Diretrizes de Ação

- Em todo o projeto de legislação municipal que venha regulamentar o estatuto da Cidade - Lei federal, n. 10.257, encaminhado por Vereador ou pela Prefeitura de Florianópolis, deverá ser assegurada a participação popular do I Fórum da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade, tal como dispõe o Estatuto da Cidade, sob pena de arguição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário.
- Elaboração de um documento com as referências de leis municipais (dividias em 3 ou 4 grupos para estudos).
- Deve ser criada uma Comissão de Sistematização que conduzirá as discussões e o encaminhamento da proposta de regulamentação do Estatuto da Cidade à Câmara de Vereadores e Prefeitura. O documento final da Comissão de sistematização deverá ser debatido e aprovado em Assembléia do Fórum da Cidade;
- O Fórum deve reivindicar da Câmara de Vereadores a criação de uma Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto da Cidade, que venha a atuar em parceria com o Prefeitura e o Fórum, bem como outros movimentos sociais, inclusive para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem à consolidação da cidadania e a democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos.
- Fica aberta a participação de qualquer interessado das demais comissões do Fórum bem como de outras entidades, nas reuniões da Comissão de Sistematização para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, especialmente das matérias dos art. 5º, 25, parág.1º, 32, 35 e 36, da mencionada lei. Obs.: Solicita-se que os participantes das reuniões da Comissão tragam sugestões em função da suas experiências e façam pesquisas na internet, em

outros municípios, em livros de Direito Urbanístico e Municipal, bem como leis já existentes que tratam do tema.

- A participação popular deve estar melhor qualificada e instrumentalizada para isso deve haver um trabalho disciplinado com o enfoque nas Plenárias Regionais Temáticas. Propõe-se um estudo jurídico que viabilize um projeto de lei de iniciativa popular como substitutivo global da Lei Complementar Municipal 28/98 ;
- Popularizar o Estatuto da Cidade: formar grupo de trabalho que viabilize uma pedagogia de entendimento para todos, através de cartilha, vídeo, cartazes, etc. Preparar pessoas da comunidade através de um processo pedagógico-participativo de conhecimento e aprofundamento do E.C. , para que a população se aproprie e forme multiplicadores deste conhecimento.
- Realizar seminários regionais nos bairros, levando à discussão o Estatuto da Cidade e as Agendas de Lutas;
- Criar um grupo para estudos sobre a aplicação do E.C., nas áreas com problemas : - dunas, encostas...
- Fica aberta a participação de qualquer interessado das demais comissões do Fórum bem como de outras entidades, nas reuniões da Comissão de Sistematização para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, especialmente das matérias dos art. 5º, 25, parág.1º, 32, 35 e 36, da mencionada lei.
- Sistematização das propostas do Fórum da Cidade, na relação jurídica. O Estatuto da Cidade remete à uma legislação municipal; elaborar um documento sobre o E.C. para discuti-lo com as comunidade. É preciso reunir as comunidades para que façam suas propostas dentro da legalidade; cada comunidade é que conhece bem os seus problemas.
- O art. 49 do Estatuto da Cidade diz que os estatutos municipais têm o prazo de 90 dias para vigorar a partir da data da publicação desta lei; depois mais 90 dias para fixar prazos por lei. Caso isto não aconteça, a Prefeitura após 60 dias pode, por decreto, regulamentar o E.C. Diante disto, propõe-se que antes de 12 de dezembro se faça um Ato Público, na Câmara de Vereadores, para entrega da pauta consolidada no plenário do Fórum ao presidente da Câmara , com a presença da imprensa.
- Propõe-se a criação de uma comissão de arquitetos e engenheiros para elaborar requisitos que deverão permear todas as questões referentes à impactos de vizinhança no município.

IV . A ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM DA CIDADE

1. Princípios da Participação

- Fórum da Cidade deve articular e mobilizar os movimentos sócio-comunitários na direção de sua proposta – a cidade que queremos;
- Não deve perder de vista sua natureza ética – os seus vínculos com os movimentos sócio-popular comunitário;

- A participação dos sujeitos coletivos deste movimento é que dará qualificação ao Fórum da Cidade;
- Pedagogicamente é imperativo criar e realimentar vínculos aproximativos entre estes sujeitos coletivos, enquanto protagonistas do Fórum da Cidade, e destes com os movimentos sócio-popular comunitários;
- A Construção do Fórum da Cidade deve se fazer na direção de um procedimento, também, pedagógico e participativo; sua estrutura não deve ser rígida, formal, ainda que deliberativa; mais importante é tecer um processo participativo, um movimento que irá desenhando sua organização e suas ações;
- A estrutura do Fórum da Cidade deverá ser orgânica, constituindo-se em um espaço de participação e procedimentos democráticos; sua composição deverá ser dinâmica, sem os vícios de uma representatividade estabelecida;
- O Fórum da Cidade deve resguardar sua independência nas ações e autonomia política em relação ao Estado e partidos políticos.

2. Os Objetivos do Fórum

- O Fórum pretende alimentar e manter um debate permanente sobre a cidade que queremos;
- Assegurar o direito de participação popular nas decisões da Cidade, com a consolidação da cidadania e o aperfeiçoamento sócio-político desta instância de participação;
- Instrumentalizar jurídica e pedagogicamente o direito da participação popular, nas decisões da cidade e a democratização do processo legislativo da cidade;
- Articular e dar encaminhamentos às agendas de lutas, (na relação com a cidade que queremos), aos órgãos públicos, legislativo, executivo e judiciário.
- As agendas de lutas, devem ter suas raízes nas comunidades, sustentadas por seus diagnósticos (perfil sócio-econômico e pelos dispositivos legais do Estatuto da cidade e outros. Poderão ser debatidas em Plenários Comunitários sobre temáticas específicas (Xe- questão fundiária) e encaminhamentos; sistematizadas, com definição de prioridades em plenárias do Fórum da Cidade e encaminhadas aos órgãos públicos, executivo, legislativo e judiciário.

3. A estrutura e composição do Fórum

Para realizar uma gestão democrática, articular a cidade num processo participativo, viabilizar um caminho e proposições para a estruturação do Fórum da Cidade surgiram as seguintes diretrizes:

- Plenária das entidades comunitárias, com a representação das comunidades;
- Criar um *Núcleo Executivo Provisório* a ser formado a partir da comissão organizadora do I Fórum da Cidade que se constituirá na comissão executiva provisória de articulação e mobilização este Núcleo deverá ampliar-se e descentralizar-se em comissões e grupos de trabalho.

- O Núcleo terá as atribuições de articular e ampliar a rede de movimentos sócio-comunitários na relação com o Fórum da Cidade, suas plenárias, comissões e grupos de trabalho. Deverá mobilizar e articular as comunidades em *Seminários ou fóruns regionais* para estudo do Estatuto para criar suas Agendas de Lutas a curto, médio e longo prazo) e encaminha-las ou apoiar politicamente seus encaminhamentos aos órgãos públicos;
- Deverá, também, apoiar a criação de Fóruns Municipais, na região Metropolitana da Grande Florianópolis – S.José, Biguaçu e Palhoça e do Fórum Metropolitano para assuntos comuns dos Fóruns Municipais; e a criação do fórum: *Universidade e Comunidade*, através da criação da rede das universidades da grande Florianópolis-UFSC, UDESC, UNISUL, UNIVALI e outras, com objetivos de criar assessorias aos Fóruns Municipais e Metropolitano.
- Comissões/ grupos de Trabalho do Núcleo Executivo:
 - Comissão Jurídica – assessoria jurídica às ações globais do Fórum e às comunidades em suas agendas de lutas; com capacidade de implementar as ações jurídicas na justiça e viabilizar os respectivos acompanhamentos;
 - Comissão de comunicação - estabelecer um esquema de comunicação efetiva entre todas as entidades comunitárias; ampliar a lista de discussão virtual; estabelecer e alimentar o portal do Fórum da Cidade e o Banco de Dados;
 - Comissão de Educação, Saúde e Direito;
 - Comissão de Cultura;
 - Comissão de Infra-estrutura.
 - *Comissão de estudos sobre os dispositivos do Estatuto da Cidade para instrumentalizar, na qualidade de Fórum da Cidade a regulamentação do estatuto da Cidade no âmbito municipal.*
 - *Grupos de Trabalho sobre transporte e Saneamento Básico*

V. AGENDA DE LUTAS

UMA APROXIMAÇÃO A CURTO E MÉDIO PRAZO

Para a organização e funcionalidade do Fórum da Cidade de Florianópolis é preciso sistematizar uma Agenda de Lutas a médio e longo prazo de acordo com as suas diretrizes. Para tanto foi proposto:

- Formação de comissão para estudos sobre a regulamentação do EC tomando como orientação as suas disposições que asseguram a todo projeto de legislação municipal que venha a regulamentar o Estatuto da Cidade – Lei Federal n. 10.257 – encaminhado por Vereador ou pela Prefeitura de Florianópolis, a garantia da participação popular do I Fórum

da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade, sob pena de arguição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário.

- Reivindicar junto a Câmara de Vereadores a criação de uma Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto da Cidade, que atue em parceria com a Prefeitura, Fórum, e movimentos sociais, para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem a consolidação da cidadania e a democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos. O art. 49 do Estatuto da Cidade dá um prazo de 90 dias para vigorar a partir da data da publicação desta lei; depois, mais 90 dias para fixar prazos por lei. Caso isso não aconteça a Prefeitura, após 60 dias, pode, por decreto, regulamentar o Estatuto da Cidade.
- Realização de um Ato Público na Câmara de Vereadores, antes de 12 de dezembro do corrente ano, para entrega da pauta do Fórum ao presidente.
- Criar grupo de trabalho com engenheiros e arquitetos para estudos referentes ao dispositivo do Impacto de Vizinhança para subsidiar a regulamentação do Estatuto da Cidade;
- Para implementar ações judiciais relacionadas ao processo de regularização como a adoção do usucapião em áreas privadas (art. nove ao quatorze) e concessão especial de uso em terras públicas (Medida Provisória 2220/2001) são necessárias as seguintes medidas;
- Exigir da Prefeitura levantamento cadastral e geo-processado das áreas que se enquadrem na condição de ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento, áreas de risco; áreas de proteção ambiental ocupadas; áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e concessão especial de uso.
- Mobilizar os moradores para realização de estudos locais e levantamento cadastral para subsídio das propostas gerais da comunidade;
- Medidas administrativas ou judiciais que assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco;
- Realização de assembléias comunitárias para as questões específicas (usucapião, regularização de áreas ocupadas...).
- Realização de Estudos sobre o Estatuto da Cidade junto mobilizando as comunidades locais através de capacitação de lideranças comunitárias, para instrumentalizar a população como multiplicadora dos seus princípios e garantia de seus direitos;
- Realizar Fóruns e ou Seminários regionais para discutir com as comunidades "A cidade que queremos à luz do E.C. e as agendas de lutas para serem encaminhadas ao poder público. A metodologia indicada para estes seminários tem como orientação o processo participativo desde a sua concepção ao seu desenvolvimento.
- Realizar evento no dia 23 de março de 2002, com enfoque na qualidade de vida em Florianópolis, priorizando a questão fundiária;
- Institucionalização do Dia do Planejamento sócio-ambiental-comunitário;

1. Propostas de Organização

- Criar ou aprimorar a rede de associações comunitárias;
 - Fortalecer o movimento sócio-comunitário qualificando sua autonomia, sua representatividade e procedimentos democráticos participativos;
 - Criar mecanismos de participação popular: levantamentos e cadastramento das entidades sócio-comunitárias; criação e fortalecimento de rede de associações comunitárias.
 - Criar o Fórum da Cidade de Florianópolis e realizar Fóruns Regionais (no município) para estudos, diagnósticos e proposições sobre o bairro/cidade que queremos;
 - Criar Fóruns nos municípios da Grande Florianópolis e Fóruns Metropolitanos para assuntos comuns dos fóruns da cidade;
 - Criar o Fórum Universidade / Comunidades.
 - Realizar o II Fórum da Cidade
-

ANEXO 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR – NESSOP

PROJETO DE EXTENSÃO

**II FÓRUM DA CIDADE:
O SERVIÇO SOCIAL E ACONSTRUÇÃO DA
PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POPULAR-COMUNITÁRIA**

FEVEREIRO
2002

1. TÍTULO

II FÓRUM DA CIDADE: O SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POPULAR-COMUNITÁRIA

2. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular, NESSOP, é um núcleo de estudos que articula o ensino, pesquisa e extensão, na construção de vínculos com aqueles sujeitos identificados com a temática e a práxis sócio-comunitária e popular, especialmente, seus processos de gestão e organização.

O NESSOP busca desenvolver suas ações com base em métodos de trabalho que viabilizem a participação, o debate no coletivo, a expressão de confrontos, divergências e aproximações relacionados ao seu objeto/temática: "processos de gestão e organização sócio comunitária popular". Nesta direção, criou-se, a partir do segundo semestre letivo de 2000, a Coordenação Ampliada, composta por professores acadêmicos da UFSC (interdisciplinariedade), membros das organizações sócio popular comunitárias, profissionais, entidades de classes representantes da sociedade civil em conselhos de direito envolvidos com os projetos do Núcleo. Esta Coordenação Ampliada reúne-se bimestralmente para uma avaliação das atividades específicas de cada projeto e discussão do projeto político pedagógico do Núcleo.

Os instrumentais técnico operativos e de registro utilizados com mais frequência são: reunião, contato telefônico, leituras dirigidas, entrevistas, diário de entrevistas, vídeo, fotografia, relatórios e pareceres.

O NESSOP inaugurou em agosto de 2001 uma ação de assessoria à comissão organizadora do I Fórum da Cidade, decorrência do Projeto "Experiências em Cena".

Em virtude deste trabalho de assessoria e tendo em vista a realização do II Fórum da Cidade prevista para novembro de 2002, tornou-se necessário a otimização

de recursos institucionais públicos disponíveis para as ações de extensão universitária, razão pela qual apresentamos o presente Projeto.

Trata-se de uma ação ampla envolvendo nove regiões do município de Florianópolis e 94 organizações sócio-popular-comunitária, que traz como desafio acadêmico a aplicação de métodos de mobilização comunitárias a serem vivenciados juntamente com os líderes comunitários locais. É uma ação de assessoria para estas organizações com o objetivo de sensibilizar e mobilizar as organizações comunitárias para uma participação qualificada no II Fórum da Cidade.

**QUADRO DAS ENTIDADES SÓCIO COMUNITÁRIAS DE
FLORIANÓPOLIS A SEREM ATINGIDAS PELO PROJETO
POR REGIÃO**

1. REGIÃO CONTINENTE

1. Conselho Comunitário Capoeiras	9. Associação de Moradores Ilha Continente
2. Conselho Comunitário do Morro da Caixa	10. Associação de Moradores VILA APARECIDA
3. Associação de Moradores PROMORAR	11. Conselho Comunitário COLONINHA
4. Associação de Moradores PEDREGAL	12. Associação de Moradores Jardim Atlântico
5. Associação de Moradores do Abrão	13. Associação de Moradores Jardim dos lordes
6. Associação de Moradores D.FLORIANNA	14. Associação de Moradores do Sapé
7. Associação de Moradores Monte Cristo	15. Associação de Moradores Novo Horizonte
8. Associação de Moradores Nossa Senhora da Glória	

2. REGIÃO CENTRO/VÃO CENTRAL DO MORRO DA CRUZ

16. ACAM	23. Associação de Moradores ALTO CAIEIRA
17. Associação de Moradores ÂNGELO LAPORTA	24. Conselho Comunitário CRISTO REDENTOR
18. Associação de Moradores CAIEIRA S. LIMÕES	25. Conselho Comunitário PRAINHA
19. Associação de Moradores JOSÉ MENDES	26. Conselho Comunitário SACO DOS LIMÕES
20. Associação de Moradores MORRO CEU	27. Federação das Assoc. Mor. Do Estado de SC
21. Associação de Moradores NOVA DESCOBERTA	28. Associação de Moradores Morro do Mocotó
22. Associação de Amigos do PARQUE LUZ	29. Associação de Moradores Mor. da Queimada

3. REGIÃO CARIJÓS

30. Associação APROCruz	34. Associação de Moradores SANTO ANT. LISB.
31. Associação ACOLJOGOC	35. Associação de Moradores CACUPE
32. Conselho de Moradores do Saco Grande II	36. Conselho de Moradores do Saco Grande I
33. Associação de Moradores Vila Ivan Matos	37. Conselho Comunitário Barra do Sambaqui

4. REGIÃO LAGOA

38. Associação de Moradores Costa da Lagoa	42. Associação de Moradores da Lagoa
39. Associação de Moradores Canto dos Araçás	43. Comitê de Defesa da Lagoa
40. Associação de Moradores Barra da Lagoa	44. Conselho Comunitário Costa de Dentro
41. Associação de Moradores Canto da Lagoa	

5. REGIÃO SUL I

45. Associação de Moradores Morro das Pedras	51. Conselho Comunitário Tapera
46. Associação de Moradores Rua do Juca	52. Mov. Nosso Bairro Campeche
47. Associação de Moradores Areias do Campeche	53. Movimento Campeche Qualidade de Vida
48. Associação de Moradores Campeche	54. Conselho Comunitário Saco dos Limões
49. Associação de Moradores Costeira	55. Conselho Comunitário Costeira
50. Associação de Moradores Rio Tavares	56. Associação de Moradores Faz. do R. Tavares

6. REGIÃO SUL II

57. Associação de Moradores Armação	61. Conselho Comunitário Baldicero Filomeno
58. Associação de Moradores Lagoa do Peri	62. Associação de Mor. e Amigos Matadeiro
59. Associação de Mor. Amigos Naufragados	63. Sociedade Comunitária Barra do Sul
60. Associação de Moradores Pântano do Sul	64. Instituto Ambiente Sul

7. REGIÃO BACIA DO ITACORUBI

65. Associação de Moradores Morro do Horácio	73. Conselho Comunitário Agrônômica
66. Conselho Comunitário Nova Palestina	74. Associação Comunitária Vila Santa Rosa
67. Associação Comunitária Novo Rumo	75. Associação de Moradores Santa Vitória
68. Conselho Comunitário Pantanal	76. Associação de Moradores Mor. Penitenciana
69. Associação Pró desenv. Agrônômica	77. Associação de Moradores Trindade
70. Associação de Moradores Jardim Sta Mônica	78. Associação de Moradores Itacorubi
71. Conselho Comunitário Itacorubi	79. Conselho Comunitário Corrego Grande
72. Associação de Moradores Parque São Jorge	

8. REGIÃO NORTE I

80. Associação de Moradores Vargem Bom Jesus	85. Sociedade Pró Des. Canasvieiras
81. Associação de Moradores Conj. Hab. União	86. Conselho Comunitário Balneario Ingleses
82. Associação de Moradores Freg. Canasvieiras	87. Associação de Moradores Cachoeira B. Jesus
83. Conselho Comunitário Rafael Rocha Pires	88. Associação de Moradores Rio Vermelho
84. Associação de Moradores Lagoinha	89. Associação de Moradores Jard. Mocambique

9. REGIÃO NORTE II

90. Conselho Comunitário Daniela	93. Associação de Moradores Jurerê
91. Associação de Moradores Ratores	94. Associação Comunitária Vargem Pequena
92. Associação de Moradores Praia do Forte	

3. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Assessorar, teórica e metodologicamente, o processo de sensibilização e mobilização das 94 organizações sócio-popular-comunitárias do município de Florianópolis, cadastradas no banco de dados do NESSOP, para participarem do II Fórum da Cidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Capacitar metodologicamente nove acadêmicos, bolsistas de extensão, do curso de Serviço Social de 4ª e 5ª fases, para realizarem trabalho de assessoria nas nove regiões geográficas que integram o presente Projeto
- ❖ Articular-se com a disciplina "Processo de Trabalho em Serviço Social e Movimentos Sociais", mobilizando seus alunos para realizarem atividades pontuais junto ao Projeto.
- ❖ Assessorar as reuniões preparatórias do II Fórum da Cidade
- ❖ Assessorar a realização dos nove seminários regionais preparatórios do II Fórum da Cidade
- ❖ Realizar oficinas pedagógicas para preparo dos bolsistas para o trabalho de campo
- ❖ Realizar reuniões de avaliação durante o desenvolvimento do Projeto
- ❖ Construir um banco de dados sobre os temas e comunidades envolvidos no Projeto

4. JUSTIFICATIVA

O presente Projeto é fruto das ações de extensão do NESSOP, particularmente daquelas ligadas ao Projeto "Experiências em Cena", criado em 1998, com o objetivo principal de dar visibilidade pública às experiências de gestão sócio-popular-comunitárias do município de Florianópolis. O referido Projeto tinha como metodologia a realização de eventos, na UFSC, organizados com a participação de lideranças/agentes comunitários ligados aos projetos do Núcleo. Foram realizados dois eventos, em 2000 e 2001 cujo público alvo foram os representantes das organizações comunitárias cadastradas no banco de dados do NESSOP (na época em número de 81 entidades). Metodologicamente, os dois eventos priorizaram o relato e avaliação de experiência destas organizações de bairro/comunidades na relação com a qualidade de vida e a conquista da cidadania.

O segundo Evento do Projeto Experiências em Cena aconteceu em junho de 2001, tendo como tema "A Cidade que queremos: um olhar das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis", mobilizou os representantes populares presentes para a criação de um espaço onde pudessem articular suas demandas e questões locais com as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis. O documento final deste encontro propôs a criação de um fórum para que o diálogo entre as comunidades legitimasse e fortalecesse as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano.

No mesmo encontro criou-se um grupo de trabalho composto de diversas entidades comunitárias¹, do NESSOP e de outros professores da Universidade Federal de Santa Catarina que passou a organizar um novo encontro na perspectiva de estimular o envolvimento da cidadania com as questões sócio-ambientais e urbanas na Grande Florianópolis.

¹ Comissão organizadora:

Associação Comunitária de Loteamento João G. da Costa Saco Grande., Assoc. de Moradores do Campeche, Associação de Moradores de Amigos de Itacorubi, Assoc. de Moradores do Morro da Penitenciaría, Assoc. de Moradores do Pantano do Sul, Conselho Comunitario da Barra do Sambaqui, Conselho Comunitario da Tapera, Conselho Comunitario das Comunidades do Bairro de Ingleses, federação das Associações dos Moradores SC, Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, Fundação Laços, Movimento Ilhativa - Ingleses, Rede Sol, Movimento Campeche Qualidade de Vida, Instituto Ambiente Sul

A proposta da comissão resultou na realização do "I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário", tendo como referência a recente elaboração do Decreto Lei 10.257 de julho de 2001 que institue o Estatuto da Cidade. O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; e ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade; fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos; construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis; construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários.

Nos dias 5 e 6 de Outubro de 2001 no ginásio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, nos períodos da manhã e da tarde, realizou-se o encontro dos movimentos sócio-comunitários que criou o I Fórum da Cidade, com a participação de **81 entidades comunidades e a presença de 220 pessoas** incluindo professores (as) alunos (as) das Universidades da área metropolitana de Florianópolis.

A abertura do evento no dia 5 teve como palestrante sobre "O estatuto da Cidade" o deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz. No dia 6 o debate se realizou com o Vereador de São Paulo, Nabil Bonduk, representante do Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis, o CECCA - Centro de Estudos de Cultura e Cidadania, Sindicato da Indústria da Construção Civil de SC, Instituto dos Arquitetos e Movimentos Socio-Comunitários, seguindo-se de reunião dos presentes em 8 grupos de trabalho.

O resultado dos trabalhos foi apresentado na plenária final da tarde do dia 6, transferindo-se para o dia 27 de outubro, no mesmo local, a plenária de discussão dos grupos e a aprovação das proposições.

Os eixos temáticos do I Fórum foram: **Moradia, Cultura e Lazer, Movimento Sócio-comunitário e Direito de participação e a Regulamentação do Estatuto da Cidade.**

Como consequência do I Fórum da Cidade, elaborou-se, com a assessoria do NESSOP um documento intitulado "I FÓRUM DA CIDADE: DOCUMENTO FINAL", sintetizando a trajetória da criação do Fórum e apontando a agenda de questões.

principalmente àquelas relacionadas aos direitos garantidos pela Lei do Estatuto da Cidade, objeto do II Fórum a ser realizados em novembro de 2002.

No âmbito do NESSOP, incluiu-se a solicitação feita no dia do I Evento do Fórum, da continuidade da assessoria do Núcleo ao processo de mobilização popular comunitária, fato hoje, traduzido neste Projeto de Extensão, tendo em vista a amplitude do mesmo e sua importância neste momento histórico da Cidade de Florianópolis.

Metodologicamente, convém ressaltar que a criação do Fórum da Cidade de Florianópolis foi consequência do Projeto Experiências em Cena do NESSOP, cujos frutos vêm ao encontro da conquista de autonomia e cidadania destes sujeitos coletivos com os quais trabalha (organizações sócio-popular-comunitárias).

5. METODOLOGIA

O Projeto tem como público alvo noventa e quatro (94) organizações sócio-popular-comunitárias do município de Florianópolis, distribuídas em nove (nove) regiões geo-políticas assim definidas:

REGIÃO 1	CONTINENTE
REGIÃO 2	CENTRO/VÃO CENTRAL DO MORRO DA CRUZ
REGIÃO 3	CARLOS
REGIÃO 4	LAGOA
REGIÃO 5	SUL I
REGIÃO 6	SUL II
REGIÃO 7	BACIA DO ITACORUBI
REGIÃO 8	NORTE I
REGIÃO 9	NORTE II

Cada região terá um **bolsista assessor**, orientado pelos professores **responsáveis**, que desenvolverá seu trabalho **juntamente com as lideranças locais participantes da comissão organizadora do II Fórum da Cidade**.

A orientação metodológica do Projeto envolverá, além da Professora **SIMONE M. MACHADO** coordenadora do Projeto, os Professores Carlos Magno Nunes, Zulamar B. Castro e **ILIANE KOHLER**, e incluirá os seguintes momentos:

1º MOMENTO

Definição, através de reuniões com a comissão organizadora do II Fórum da Cidade, das áreas e organizações comunitárias a serem atingidas pelo Projeto.

2º MOMENTO

Capacitação teórica e metodológica dos alunos bolsistas que atuarão como assessores nas 9 (nove) regiões geo-políticas atingidas pelo Projeto, para a primeira aproximação com as comunidades.



3º MOMENTO

Visita às nove regiões atingidas pelo Projeto para aprofundar conhecimentos da área e identificação das lideranças formais e informais



4º MOMENTO

Avaliação e diagnóstico da realidade vivenciada na ida a campo



5º MOMENTO

Capacitação teórica e metodológica dos alunos bolsistas para prestarem assessoria às lideranças locais e alunos da disciplina "Processo de Trabalho em Serviço Social e Movimentos Sociais", quanto à interpretação do Fórum da Cidade às 94 entidades comunitárias das nove regiões.



6º MOMENTO

Trabalho de campo para interpretação do Fórum da Cidade, envolvendo alunos da UFSC e lideranças locais



7º MOMENTO

Avaliação e diagnóstico das questões levantadas a partir da ida à campo.



8º MOMENTO

Capacitação teórica e metodológica dos alunos bolsistas para assessorarem a realização dos nove (9) seminários regionais preparatórios do II Fórum da Cidade



9º MOMENTO

Reuniões regionais para preparação dos seminários locais, envolvendo os bolsistas da UFSC, professores e lideranças envolvidas com a organização dos eventos.



10º MOMENTO

Avaliação do trabalho de campo



11º MOMENTO

Participação nos nove seminários regionais preparatórios do II Fórum da Cidade



12º MOMENTO

Assessorar a elaboração dos diagnósticos, por região, das demandas trazidas nos seminários regionais, preparando as lideranças locais para apresentá-los no II Fórum da Cidade



13º MOMENTO

Capacitação teórica e metodológica dos alunos bolsistas para qualificarem a participação das lideranças comunitárias no II Fórum da Cidade



14º MOMENTO

Participação no II Fórum da Cidade e acompanhamento dos trabalhos, privilegiadamente, das questões levantadas pela 94 organizações oriundas das nove regiões alvo do Projeto.



15º MOMENTO

Elaboração dos relatórios de avaliação dos trabalhos desenvolvidos por região



16º MOMENTO

Reunião comunitária para devolução das informações contidas nos relatórios avaliativos e discussão da continuidade do Projeto de assessoria até então desenvolvido pelo NESSOP/DSS/UFSC

6. RESULTADOS ESPERADOS

- ◆ Envolver as 94 organizações sócio-popular-comunitárias de Florianópolis, cadastradas no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização popular – NESSOP no processo de sensibilização e articulação para o II Fórum da Cidade.
- ◆ Assessorar, garantindo sua realização, os nove seminários nas regiões Continente, Centro/Vão Central do Morro da Cruz, Carijós, Lagoa, Sul I, Sul II, Bacia do Itacorubi, Norte I e Norte II, preparatórios do II Fórum da Cidade.
- ◆ Articular-se com a disciplina prática de Processo de Trabalho em Serviço Social e Movimentos Sociais, envolvendo cerca de 210 acadêmicos das quartas fases do Curso de Serviço Social, para a realização de atividades pontuais no campo, acompanhados pelos alunos bolsistas de extensão, orientados por seus respectivos professores.
- ◆ Estimular a realização do II Fórum da Cidade.
- ◆ Qualificar os procedimentos democráticos de participação das organizações sócio popular comunitárias no II Fórum da Cidade.
- ◆ Levantamento de dados referentes à qualidade de vida e cidadania nas nove regiões geo-políticas atingidas pelo Projeto, através do envolvimento das 94 organizações locais cadastradas no banco de dados do NESSOP.
- ◆ Elaboração de nove relatórios avaliativos do trabalho realizado no Município.

8. BIBLIOGRAFIA

- Estatuto da Cidade: par compreender... . IBAM/DUMA, 2001
- I Fórum da Cidade: Documento Final – outubro de 2001 – mimeo
- Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular : Estrutura e Funcionamento – 2000- mimeo
- Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular: Projeto Experiências em Cena – 2000 –mimeo

9. PLANO DE TRABALHO DOS BOLSISTAS

Os bolsistas desempenharão a função de assessores de área, ou seja, das nove regiões geo-políticas atingidas pelo Projeto e serão devidamente orientados pelos professores responsáveis. Devido à abrangência do Projeto torna-se necessária a presença de pelo menos um assessor por região, sendo esta a razão do Projeto pleitear nove bolsas. As atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas são as seguintes:

- Assessorar, sob a orientação dos professores da UFSC, as nove regiões geo-políticas atingidas pelo Projeto, no que se refere à metodologia de mobilização sócio-comunitária para o II Fórum da Cidade.
- Participar das reuniões, oficinas pedagógicas, de capacitação para o trabalho de campo realizadas pelo corpo técnico-científico e docente responsável pelo Projeto.
- Participar das reuniões da comissão organizadora do II Fórum da Cidade, assessorando-as quanto às questões metodológicas de sensibilização e mobilização sócio-comunitária.

Realizar visitas às comunidades pertencentes às regiões atingidas pelo Projeto.

Realizar serviços de informações quanto aos aspectos teórico e metodológicos incluídos no Projeto.

- Acompanhar as atividades dos líderes comunitários envolvidos desde a preparação até à sua participação no II Fórum da Cidade.
- Apoiar os trabalhos de mobilização comunitária para os nove seminários regionais preparatórios do II Fórum da Cidade.
- Documentar as atividades de campo, elaborando relatórios de atividades e de avaliação do trabalho desenvolvido.
- Participar de eventos de extensão promovidos pela UFSC.

ANEXO 5

**REGISTRO DAS REUNIÕES DE PLANEJAMENTO DA UFECO
10 E 21 DE MAIO E 18 DE JUNHO DE 2002**

NOME	COMUNIDADE	HISTÓRIA PESSOAL NO M.C.	EXPECTATIVAS COM RELAÇÃO À UFECO	SITUAÇÃO DA SUA ORGANIZAÇÃO: AVANÇOS E DIFICULDADES
Vilela	Morro do Tico-Tico	Luta por sede, melhoramentos urbanos, creche. É o presidente	Que possa representar um bom trabalho junto à comunidade	Há união entre diretoria e comunidade. Conseguiram lixeiras, professores voluntários...
Modesto Azevedo	Tapera	Início há 20 anos na luta pela sobrevivência em SP, onde coordenou construção de habitações em mutirão. Veio a Fpolis em função de dificuldades em SP.	Deseja ver a UFECO reconhecida na cidade e que possa representar associações e população	Na sua comunidade conseguiu restabelecer credibilidade do CC. Falta meio de comunicação e recursos na comunidade
Argeu	Morro Penitenciária	Veio de Campo Belo do Sul com toda a família para o morro. Necessidades geraram organização e papel de liderança	Espera da UFECO que seja representativa	Acentua a falta de tempo e condições pessoais e das entidades
P. Ruver	Morro do Tico-Tico	Nascido no RS, infância e juventude no oeste catarinense. Em Fpolis participou movimento estudantil, sindical e comunitário	Concretizar transformações buscadas ao longo de anos de oposição	Situação geral do movimento
Elci	Morro do Céu	Início militância em 95, motivado a conquistar pavimentação. Coordenou a reativação da entidade e construção da sede	Resgatar credibilidade da UFECO	Avanço: conquista da principal reivindicação. Dificuldade: falta de participação

Sérgio Murad	Lagoa da Conceição	Origem em SP. Situação da Lagoa com poluição. Amola, Comitê Gerenciamento, etc.	Transparência, portavoz das entidades. De luta e flexível.	Comitê de Gerenciamento. Saneamento básico.
Luiz Souto	Condominio Argus	Grande condomínio – Drogas – Tentar mudar – Dívida	Melhorar comunicação Ufeco x entidades	Positivo: Cursos Negativo: drogas e pouca participação
Maria Rita	Alto Ribeirão	2 anos na comunidade. Juntou-se a grupo que lutava por melhorias no loteamento.	No Fórum da Cidade conheceu UFECO, que agora espera seja o elo de organização que <i>comunidades precisam</i>	É presidente. Fortalecer organização e superar pouca participação.
Thomaz	Jurerê	Participação em diversas lutas da comunidade. É ex-Presidente	Trabalho conjunto com comunidades e órgãos públicos para obter reivindicações	Atual gestão está inativa
Albertira/Tina	Pantanal	Necessidade de filhos estudar na escola pública. Luta particular e coletiva por educação. Orçamento participativo	Elo de ligação e luta entre comunidades	Conheceu a UFECO de gabinetes, marionete do poder e manipulação das comunidades. Possibilidade de fazer trabalho real.
Teodoro	Saco Grande/Barreira do Janga	Há quatro anos entrou na luta para organizar e batalhar por água	Que Ufeco seja elo de ligação entre comunidades	Que comunidade tenha maior participação

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO

Cidadania
Melhoria da qualidade de vida na cidade
Resolução de problemas
Atenta aos problemas da cidade

Conceito de Objetivo de Desenvolvimento:

Olhando para o futuro, definir o sentido de existência da UFECO de forma compartilhada:

- *Onde queremos chegar?*
- *O que queremos transformar?*
- *Qual é o sonho?*
- *Causas e Valores*

Questões levantadas pelo grupo, mas que precisam ser aprofundadas em discussões futuras:

- *O que é Cidadania?*
- *Gestão democrática das entidades*
- *O que é qualidade de vida?*

OBJETIVO IMEDIATO PARA 2002/2003

Explicar didaticamente de que forma chegaremos no objetivo de desenvolvimento (como contribuir para chegar no sonho?):

- *O que fazer?*
- *Para que?*
- *Através do que?*

- *Para quem?*
- *Aonde?*
- *Até quando?*

Ponte entre poder público e comunidade
Representação das comunidades
Junção das forças
Ufeco aglutinadora e mobilizadora

Questões levantadas pelo grupo durante a discussão:

- Democracia: construir nas bases
- Democracia: somatório das idéias
 - Participação nos conselhos
 - Participação ativa
- *Comunicação com as comunidades*

UFECO – Planejamento realizado nos dias 10 e 21 de maio e 18 de junho de 2002

<i>Metas</i>	<i>Atividades</i>	<i>AÇÕES</i>	<i>RESPONSÁVEIS</i>
1-Credibilidade resgatada	1.1-Reuniões sistemáticas da Diretoria		
	1.2-Comunicações decisões e ações		
	1.3-Definir uma política de filiação		
	1.4-Aprofundar discussão dos objetivos UFECO		
2 - Políticas Públicas sintonizadas com as posições das comunidades	2.1-Diagnóstico dos Conselhos em que a Ufeco tem representatividade		
	2.2-Definir conselheiro em assembléia	2.2.1 - Conhecer posição dos conselheiros 2.2.2 - Definir temas a serem debatidos 2.2.3 - Montar cronograma de reuniões temáticas	
	2.3-Contribuir com a organização do Fórum Regional da Cidade		
3 - Lideranças qualificadas	3.1 – Formação em áreas específicas e cidadania	3.1.1 - Regionalizar as ações de formação	
	3.2 – Elaborar propostas a partir de reuniões temáticas abertas	3.2.1 - Estabelecer parcerias com universidades, Sesc, Senai, etc 3.2.2 - Seminários, cursos, etc	
	3.3 – Sensibilizar lideranças para formação		
4 - Estatuto reformulado	4.1 – Incorporar novas leis	4.1.1 - Montar comissão para elaborar proposta 4.1.2 – Sistematizar proposta enviadas por todos	4.1.1.1 - Comissão Modesto, Ruver
	4.2 – Debate e formulação de instrumentos democráticos de gestão a serem incluídos no estatuto	4.2.1. - Fazer pesquisa sobre os instrumentos já utilizados	

	4.3. – Apresentar em assembléia a proposta elaborada		
5 - Sede adquirida	5.1 – Estabelecer parceria com ONGs ou Associação Comunitária para cedência de uma sala e endereço	5.1.1 - Fazer levantamento sobre possíveis lutas	
6 – Regionais fortalecidas	6.1 – Estabelecer relação com as entidades	6.1.1 - Visitar as entidades	
		6.1.2 - Definir pauta da visita	
	6.2 – Envolver os coordenadores regionais	6.2.1 - Estabelecer cronograma de reuniões	
		6.2.2 - Enviar correspondência para convocação	
		6.2.3 - Enviar Planejamento e apresentá-lo em reunião	
		6.2.4 - Estabelecer contato pessoais	
6.3 – Participação nas lutas regionais	6.3.1 - Fazer levantamento das lutas existentes		
	6.3.2 - Discutir em reunião as formas de apoio		
	6.3.3 - Participar das discussões organizadas pelas comunidades		
7 - Política de comunicação desenvolvida	7.1 – Ocupar espaço na imprensa	7.1.1 – Solicitar espaço à TV Floripa e TVCOM	7.2.1.1 – Comissão Sérgio Murad, Modesto, Ruver
		7.1.2 - Articular com rádios e jornais comunitários	
		7.1.3 - Escrever matérias para jornais	
	7.2 – Realizar boletim informativo bimestral	7.2.1 - Montar uma comissão de comunicação	
		7.2.2 – Definir formas permanente de sustentação	
		7.2.3 - Definir processo de distribuição	

	7.3 – Fazer articulação com as rádios e jornais comunitárias		
8 - Assessorias disponíveis	8.1 – Organizar lista de apoiadores: profissionais da UFSC através do Fórum da Cidade, OAB, jornalistas, CRC, etc.	8.1.1 – Orientar associações para articular profissionais moradores dos bairros	
		8.1.2 – Elaborar e apresentar projetos a assessores	
9 - Sustentação econômica da Ufeco	9.1 – Fazer estudo, definir critérios e conhecer alternativas.		
	9.2 – Fazer projeto financeiro e apresentar a setores da sociedade		
	9.3 – Realizar festas, jantares, bingos, etc	9.3.1 - Levantar informações sobre bingo eletrônico	
		9.3.2 – Realizar reunião para decisão e encaminhamento	
		9.3.3 – Diretores se envolverem na organização e busca de brindes	
	9.4 – Obter subvenções públicas	9.4.1 – Montar plano de aplicação de subvenção	
	9.5 - A longo prazo contribuição de filiadas		
9.6 – Promover amplo debate entre entidades e população			
9.7 – Tomar decisões em assembléia			
10 - UFECO articular com organizações da sociedade	10.1 – Buscar parceria de universidades, sindicatos e órgãos públicos		
	10.2 – Conhecer organizações da cidade, pesquisar e cadastrar para ações oportunas		
	10.3 – Participar e assumir lutas do Fórum da Cidade		

11 - FAMESC fortalecida	11.1 – Participar, apoiar e fortalecer o trabalho da Federação		
	11.2 – UFECO participar das ações da FAMESC		
	11.3 – FAMESC participar das ações da UFECO		
	11.4 – Encontro regional da Grande Fpolis		

ANEXO 6

UFECO INFORMA

Julho/2002

União Florianopolitana de Entidades Comunitárias

Editorial

A União Florianopolitana de Entidades Comunitárias foi fundada em 1987. Nesses 15 anos não demonstrou compromissos com a população. O que era para ser uma entidade que reunisse as lutas, acabou virando espaço para uns poucos fazerem carreira política. Por fim, atrelada ao poder público, terminou jogando por terra as possibilidades de uma luta autônoma. Só que, mesmo quando a Ufeco não cumpria com sua missão, havia gente que se preocupava e trabalhava para que chegasse o dia em que a Ufeco fosse verdadeiro espaço de organização e de união das lutas dos bairros. Finalmente esse dia chegou. No final de 2001, a chapa Ufeco Viva conseguiu ganhar as eleições e a partir de então começou a mudar. O pessoal que agora faz parte da diretoria da entidade está resgatando, lentamente, o respeito e a dignidade que a Ufeco sempre deveria ter tido. O trabalho de re-organização é demorado e difícil, mas as coisas vão caminhando bem. A primeira coisa que a nova diretoria fez, foi um planejamento, no qual foram escolhidas as prioridades e os caminhos de luta. Chega de ligações perigosas com o poder. A ligação agora, vai ser com as organizações comunitárias. A entidade vai assumir seu papel de articuladora das lutas, fazendo com que o poder municipal encare com mais respeito os desejos das comunidades. Hoje, na capital, muitas batalhas estão sendo travadas com a prefeitura, mas são lutas meio isoladas. A Ufeco quer fazer com que a reivindicação de um bairro ou de uma comunidade possa ser assumida por toda a cidade, fazendo valer, de vez, a solidariedade e a união. Esse é o compromisso da Ufeco Viva.

Albertina de Souza

Planejamento define prioridades

Em três reuniões, a diretoria elaborou seu plano de prioridades da gestão. A principal é resgatar a credibilidade perdida, democratizando as ações, conversando com as associações filiadas e aprofundando a discussão sobre os objetivos da entidade. A Ufeco vai fazer um levantamento da realidade dos Conselhos Municipais de Direito, como de Transportes, Educação, Saúde, Meio-Ambiente, Infância e Adolescência e outros. O objetivo é conhecer a legislação, chamar

assembléia para eleger os conselheiros do movimento comunitário e garantir que defendam políticas públicas sintonizadas com os anseios das comunidades.

Também está nos planos iniciar um trabalho de formação de lideranças, qualificando os dirigentes para as tarefas que lhes foram atribuídas, reformulação dos estatutos, obtenção de uma sede para a entidade, fortalecimento das regionais, envolvendo os Coordenadores Regionais e participando mais ativamente das lutas nas regiões. Deverá ser desenvolvida uma política de comunicação que permita uma relação mais próxima com as entidades filiadas e com a sociedade em geral. Também se buscará assessoria de profissionais voluntários comprometidos com as lutas populares. A Ufeco também busca parcerias com as universidades, sindicatos e órgãos públicos, visando sempre o fortalecimento das lutas comunitárias. A participação na FAMESC também foi tida como fundamental, não só para fortalecer a federação como a própria Ufeco. A participação e o compromisso com a organização dos seminários regionais do Fórum da Cidade é um dos pontos prioritários.

As metas estão aí e vão ser cumpridas. Mas, para isso, é preciso que todas as entidades comunitárias participem. A luta não vai ser fácil e as coisas não vão acontecer de uma hora para outra. Devagar, mas com bastante determinação, a Ufeco vai caminhar rumo a um tempo novo, que todos, juntos, construirão.

A cidade está em luta

Quem pensa que a população de Florianópolis está estática diante da política de destruição implementada pelo governo de Ângela Amin está muito enganado. No "intestino" da cidade as lutas estão acontecendo e as comunidades se mobilizam. No sul da ilha, o Movimento SOS Esgoto faz suas reivindicações e vai conseguindo vitórias como a contratação de um projeto de esgoto para toda a região. A planície do Campeche foi pra luta e elaborou com muita participação um Plano Diretor para a região. Melhorar a qualidade de vida, como em todos os bairros, é o objetivo. Na Tapera, mais de cinco mil famílias exigem urbanização. A bacia da Lagoa, reunida no Fórum das Entidades Comunitárias na luta por melhorias ambientais e urbanas. O norte da ilha se põem em marcha contra o pedágio e briga por um plano diretor. Em Santo Antônio de Lisboa o Movimento Sol Poente se faz ouvir. No Saco Grande, a comunidade quer melhoria nos bairros e preservação do mangue. Na região do Itacorubi, a Unicob é a prova das lutas permanentes. As comunidades do maciço do Morro

da Cruz se mobilizando por educação, segurança e qualidade ambiental. No continente briga-se contra o projeto de lei dos 18 andares, por saneamento, segurança, moradia e urbanização. Enfim, em cada canto da cidade, onde as políticas públicas não atendem aos desejos da população, alguém está dizendo não e apresentando propostas. A Ufeco, que deve simbolizar a união das entidades comunitárias, agora está assumindo o seu papel de aglutinadora das lutas. Pretende estar em cada uma dessas batalhas – os componentes da atual gestão já vinham participando dessas mobilizações – fazendo com que a cidade saiba o que cada bairro ou comunidade está querendo. E, nessa articulação, a Ufeco vai fazer com que o poder público reconheça sua força, resgatando a credibilidade.

Filiação à UFECO

Se a sua entidade ainda não se filiou à União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, agora é hora de fazê-lo. Na gestão UFECO VIVA o compromisso é fortalecer as entidades, formar lideranças e fortalecer as lutas.

A diretoria.

Estas são as pessoas que fazem parte da nova Ufeco, gestão 2002/2003. É gente de luta, que não se vende ao governo nem busca poder. É gente que quer construir, com você, um novo tempo em Florianópolis. Faça contato para conhecermos melhor a experiência da sua entidade e as propostas do seu bairro.

Presidente:	Albertina da Silva de Souza	234 3685r 9980-9075
Vice-Presidente:	Ézio Darós	249 5298r 249-5358c 9951 6456
Secretário Geral:	Carlos Guilherme R. Santos	236 1292r 231 3856c 9961 5678
1º Secretário:	Modesto Severino de Azevedo	
Tesoureiro:	Elci Francisco Manoel	228 3129r 9105 9891
1º Tesoureiro:	Inélio Mário Lazarotto	224 0352r 229 4334c
Dir. Comunicação:	Maurício Giraldi	269 8873r 239 8828c
Dir. Esportes:	Antônio Luiz Vilela	223 5535r 9997 1237
Dir. Social:	Janete Jeraci Vieira	232 7015r
<i>Coordenadores Regionais</i>		
Continente I:	Luiz Rodrigues Souto	248 7652r
Continente II:	Jair Alves	240 9603r
Urbana Ilha I:	Argeu A. Goulart	333 4061r 9117 8563
Urbana Ilha II:	Hudson Queirós	238 2524c 9903 6313
Ilha Norte:	José Thomaz Pereira	282 1369r 9980 2308
Ilha Leste:	Sérgio Murad	232 8124r
Ilha Sul:	José Carlos Bento	226 1030r 231-6155c 9982 8201

Conselho Fiscal - Titulares

Teodoro José da Silva	238 0265r
Teco/João Ferreira de Souza	223 5991r 9101 8954
Samuel Ramos da Silva	284 2038r

Suplentes

Gilson Pinheiro Amaral	235 2198r 224 6744 R212
Murilo Silva	228 2914r 221 2573c 9992 5903
Sidnei Olimpio da Silveira	232 8543r 9992 9245

Fórum da Cidade

Um dos compromissos mais importantes da Ufeco está sendo a organização dos Seminários Regionais do Fórum da Cidade. Em cada uma das 6 regiões da cidade reuniões preparatórias estão dando organicidade ao trabalho. O objetivo é conhecer as necessidades, estudar a lei do Estatuto da Cidade, definir estratégias de ação e as responsabilidades de cada uma das entidades e movimentos que participam desse esforço. É a luta comunitária organizada e articulada que vai garantir as conquistas há muito esperadas pela população. O Fórum da Cidade é uma porta aberta a todos os grupos e entidades que se organizam nos bairros por melhor qualidade de vida. É entrar e unidos fazer valer aquilo que se quer.

As regiões estão convocando:

Bacia da Lagoa – dia 20/8 – 18:30h – na SAL

Sul da Ilha – 24/8 – 14h – CC Fazenda Rio Tavares

Norte da Ilha – 23/8 – 19h CTAI (Senai-S. Grande)

Continente Sul – 21/8 – 18:30 – CEFID-UDESC.

As regiões Itacorubi/macico do Morro da Cruz/Centro e Continente Norte marcarão as datas nos próximos dias

Apesar da Prefeitura, começam debates sobre o Sistema Integrado de Transporte Coletivo:

Dia 30/7 – 19h –
Sind. Bancários;

De 9h às 17h

Este Boletim foi elaborado com a contribuição da jornalista Elaine Tavares e de Paulo River, secretário geral da FAMESC – Federação das Associações de Moradores do Estado de SC.

ANEXO 7

FÓRUM DA CIDADE – PLANEJAMENTO – 2º SEMESTRE 2002

Documento Interno Provisório

1. ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM DA CIDADE

1.1 A Plenária de entidades sócio-comunitárias, é a instância deliberativa máxima do Fórum da Cidade. Caberá ao Fórum construir um processo de articulação, participação e deliberação das entidades sócio-comunitárias nesta direção.

1.2 Criação do núcleo executivo e de suas comissões:

- Comissão de Secretaria e Finanças
- Comissão Jurídica
- Comissão de Comunicação
- Comissão de Mobilização e Participação Sócio-Comunitária

1.3 Criação de outras comissões para as ações referentes aos eixos temáticos

1.4 Realização de Fóruns / Seminários regionais, em parceria com a UFECO, FAMESC, DSS/NESSOP (Assessoria) e Dep. De Ciências Sociais (Assessoria)

1.5 Criar Banco de Dados, em parceria com a UFECO, FAMESC, Dep. Ciências Sociais D.S.S/UFSC, e cadastramento unificados das entidades sócio-comunitárias.

2. COMISSÕES

2.1 Comissão de Secretaria e Finanças / Assessoria direta ao Coordenador do Núcleo Executivo

- Elaboração de Projetos para mobilização de recursos financeiros;
- Serviços de Secretaria – atas das reuniões, convocação para reuniões, ofícios, (relatórios, planos, projetos e outros).
- Enviar ofícios divulgando o Fórum a todas as entidades.

2.2 Comissão de Comunicação:

- Divulgação – TV, rádio, jornais.
- Criação do Portal.
- Jornal do Fórum.

2.3 Comissão Jurídica:

- Criação de um grupo de estudos especializados sobre o Estatuto da Cidade e de escritório jurídico para assessoria ao movimento e entidades sócio-comunitárias.
- Ajudar os membros do Fórum a entender os novos direitos e instrumentos estabelecidos pelo Fórum da Cidade, que podem estimular e fortalecer os seus movimentos e particularmente encorajar ações em comum para buscar a garantia desses novos direitos.
- Pressionar a Câmara para regulamentação dos elementos claramente indicados na legislação, que devem ser regulamentados pelo município.
- Definir melhor as regras e o processo das audiências públicas e dos estudos de impacto de vizinhança; propor regras para serem utilizadas no município e na região.
- Construir apoio jurídico aos movimentos sócio-comunitários. (O saber sobre leis, decretos, portarias municipais)...
- Buscar a possibilidade de receber capacitação sobre o Estatuto da Cidade; do Instituto Polis. Acionar o Ministério Público e produzir dossiês e diagnósticos que incentivem ações civis, públicas. Acionar projetos de extensão nas Universidades e parcerias com a OAB, Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa.

2.4 Comissão de Mobilização e Participação Sócio-Comunitária

- Construir um grande movimento coletivo.
- Mobilizar e articular redes de entidades sócio-comunitárias
- Realizar, em parceria com a UFECO, FAMESC, DSS/NESSOP (Assessoria) e Dep. De Ciências Sociais (Assessoria), Fóruns / Seminários regionais, com discussões sobre questões urbanas, específicas e prioritárias das regiões de Florianópolis; na relação com “A Cidade que queremos”. E preparação para o II Fórum da Cidade, com definição de prioridades e eixos de ações políticas do Fórum da Cidade.

2.5 Comissão / Eixos Temáticos

Proposições (em processo de priorização)

- Que o Fórum concentre suas ações políticas a partir de um eixo temático, selecionado das demandas apresentadas ao Fórum, (Documento I Fórum da Cidade) legitimadas pela participação e deliberação das entidades comunitárias. Sugestões de eixos: Cultura, Lazer, Questões Ambientais e Plano Diretor.
- Outra proposição – é que a mobilização sócio-comunitária, seja o eixo do Fórum.
- Outras Proposições para eixos da ação política do Fórum:
 - O Estatuto da Cidade.
 - Mobilização das lideranças comunitárias.
 - Transporte Público.
 - Solo, Moradia e Águas.

OBS.: Dada as diversas sugestões sobre os eixos e ações políticas do Fórum, sugere-se mobilizar as entidades comunitárias para virem ao II Fórum da Cidade com suas propostas e prioridades que nortearão as ações políticas do Fórum da Cidade. Ou através dos Fóruns regionais, as prioridades serão trazidas ao II Fórum da Cidade, onde serão definidos, na plenária das entidades sócio-comunitárias, os eixos de ação política do Fórum da Cidade.

3. OUTRAS RECOMENDAÇÕES

3.1 Campanhas

- Que o Fórum inicie uma campanha, articulada em rede, de deslegitimação do IPUF como órgão de Planejamento da Cidade com o fim de denunciar o favorecimento dos interesses da elite da cidade; sua função de fachada de interesses invisíveis e suas ações na contramão da preocupação com a qualidade de vida da população;
- Que as comunidades, através do Fórum, promovam uma ação que anule juridicamente o acordo Casan/ Celesc/ Município . O enfoque deve ser o de fazer com que o município garanta ou defina urgentemente as áreas sujeitas a regularizações e viabilize o acesso da população aos serviços públicos. Orientação no Estatuto da Cidade sobre o Direito de Construir em condições adequadas (Reassentamento ambiental correto pode ser argumentado).

3.2 Fórum da Cidade / UFSC

- Encaminhamento das demandas trazidas pelas entidades sócio-comunitárias ao Fórum da Cidade (Documento Final do I Fórum da Cidade) para todos os departamentos da UFSC.

ANEXO 8

RELATÓRIO FINAL DA REUNIÃO AMPLIADA DE PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DO FÓRUM DA CIDADE PARA O ANO DE 2002

Datas: 08 e 22.06.2002

Local: Departamento de Arquitetura da UFSC

Horários: 13h30m às 20h15m (1ª reunião) / 14h às 18h (2ª reunião)

Participantes da 1ª reunião

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|
| 1. ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA | 17. MARILENE CORREA MARTINS |
| 2. CARLOS MAGNO NUNES | 18. MARISTELA FANTIN |
| 3. CRISTINA CARDOSO NUNES | 19. MICHELLY NEZILDA CARDOSO |
| 4. DEISE VICENTE OLIVEIRA | 20. MODESTO AZEVEDO |
| 5. DOMINGOS ANTÔNIO GARCIA
FORTUNA | 21. OSVALDO AGRIPINO |
| 6. HAMILTON SCHAEFER | 22. PAULO GULHERME RUYER |
| 7. ISABEL ADRIANA BOTEGA HÖLTZ | 23. RAQUEL MARIA MATOS |
| 8. JAMILE GEVAERD LISBOA | 24. RAUL BURGOS |
| 9. JANICE TCRELLI | 25. SIMONE MATOS MACHADO |
| 10. JEFFREY HOFF | 26. TARSILA MELLO CARDOSO |
| 11. JOEL IVO BALCONI | 27. TEODORO JOSÉ DA SILVA |
| 12. KÁTHIA T. MÜLLER | 28. TEREZA C. PEREIRA BARBOSA |
| 13. LÍGIA HELENA HAHN LUCHMAN | 29. VIVIANE FRANÇA SYROZINSKI |
| 14. LINO F. B. PERES | 30. ZULAMAR B. CASTRO |
| 15. MARIA SALETE COSTA SILVEIRA | |
| 16. MARIANA PFEIFER | |

Participantes da 2ª reunião

1. ALESIO PASSOS SANTOS	8. MARIANA PFEIFER
2. CARLOS MAGNO NUNES	9. OSVALDO AGRIPINO
3. DEISE VICENTE OLIVEIRA	10. RAUL BURGOS
4. JEFFREY HOFF	11. TEREZA C. PEREIRA BARBOSA
5. JOEL IVO BALCONI	12. VIVIANE FRANÇA SYROZINSKI
6. KÁTHIA T. MÜLLER	13. ZULAMAR B. CASTRO
7. MARIA DARCI MOTA BECK	

OBS.: Os nomes destacados em negrito participaram também da 1ª reunião

GRUPOS DE TRABALHO

1. ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM

Participantes: Carlos(Coordenador), Azevedo, Deise, Káthia , Mariana, Raul e Zulamar.

2. MOVIMENTO SÓCIO COMUNITÁRIO

Participantes: Simone (Coordenadora), Domingos, Isabel, Jamile, Lígia, Marilene, Michele Salere, Raquel, Ruver e Teodoro.

3. MORADIA / CULTURA E LAZER

Participantes: Janice (Coordenadora), Joel, Lino, Tereza e Cristina.

4. DIREITO DE PART. E ESTATUTO DA CIDADE

Participantes: Jeffrey (Coordenador), Hamilton, Osvaldo, Tarcila e Viviane.

CONCLUSÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO NA REUNIÃO AMPLIADA DO DIA

08.06.2002

PROPOSTAS DO GRUPO 1

Grupo 1 – ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM:

(Carlos(Coordenador), Azevedo, Deise, Kátia , Mariana, Raul e Zulamar)

O Fórum da Cidade precisa de referências, de um mínimo de organização e formalidade para articular lideranças. E criar um núcleo executivo para dar seqüência as ações deliberativas no Fórum. A plenária das entidades sócio-comunitárias é a instância deliberativa máxima. É um espaço aberto às entidades sócio-comunitárias, para progressiva ampliação da representatividade e maior legitimidade do Fórum.

A par destas comissões voltadas para a organização interna do Fórum e para o suporte às ações interventivas na realidade urbana, outras comissões poderão ser ampliadas ou criadas como: comissão de mobilização e participação das lideranças sócio comunitárias; comissão de educação cultura e lazer; e outras, referentes aos eixos temáticos indicados no documento do I Fórum da Cidade.

O Fórum deverá dispor de uma infra-estrutura e um mínimo de organização: um local, telefone, computador; estagiários bolsistas; plantão de atendimento 1 ou 2 vezes por semana, (a médio prazo poderá continuar na UFSC). Os trabalhos do Fórum geram custos, ele necessita de sustentação financeira. Deverá enviar projetos financeiros para sindicatos, assembléia legislativa, câmara dos vereadores e outras entidades afins.

O Fórum da Cidade deverá se constituir em um pólo político, para reforçar as agendas de lutas das grandes questões da cidade. Priorizará efetivamente “fazer valer o texto legal do Estatuto da Cidade”, que tem como questão central, a gestão democrática da cidade. Em relação as suas finalidades, o Fórum deverá identificar, debater as temáticas urbanas e constituir espaços de discussão democrática, de formação e articulação das redes de entidades sócio-comunitárias. Os Fóruns/Seminários regionais deverão realizar o acúmulo de participação e discussão das questões urbanas, específicas das regiões da cidade, em caráter preparatório ao II Fórum da Cidade (evento).

PROPOSTAS DO GRUPO 2

Grupo 2 – Movimento Sócio-Comunitário:

(Simone (Coordenadora), Domingos, Isabel, Jamile, Lígia, Marilene, Michele Saete, Raquel Ruveira, Teodoro)

Foi proposta a realização de uma reunião no dia 17.06.2002 às 19h na UFSC-NESSOP para iniciar, a discussão de uma proposta de ação de mobilização das comunidades para as discussões nos fóruns regionais, que terão dois eixos:

- As questões concretas da realidade local;
- O projeto da cidade que se quer.

E a elaboração de um banco de dados do movimento sócio-comunitário do município, a partir de dados disponíveis pelas entidades: FAMESC, UFECO, NESSOP/UFSC e Gabinetes de Afrânio Vopré e Idei Salvatti.

PROPOSTAS DO GRUPO 3

Grupo 3 - Moradia, cultura e Lazer:

(Janice (Coordenadora), Lino, Tereza, Maristela, Joel e Cristina)

O grupo discutiu questões relacionadas às dificuldades de encaminhamento das propostas do Fórum de 2001, fazendo uma discussão sobre a necessidade de trabalhos efetivos diante dos enormes obstáculos enfrentados, no atual momento, pelos movimentos sócio-ambientalista.

A partir destas considerações, apresenta ao plenário as seguintes propostas:

- Que o Fórum concentre suas próximas iniciativas políticas partindo de um eixo temático de ação selecionado das demandas já apresentadas no interior do próprio fórum, para evitar a dispersão e sobrecarga diante dos problemas, e seu necessário acompanhamento, que a cidade exige e que estão sempre na proporção inversa das condições dos recursos materiais e humanos de que dispomos;
- Sugestões de eixos: Cultura, Lazer, Espaço Público e Plano Diretor;
- Que o Fórum inicie uma campanha, articulada em rede, de deslegitimação do IPUF como órgão de Planejamento da Cidade com o fim de denunciar o favorecimento dos interesses da elite da cidade e a função de fachada de interesses invisíveis e suas ações na contramão da preocupação com a qualidade de vida da população;

➤ Que as comunidades, através do Fórum, promovam uma ação que anule juridicamente o acordo Casan/ Celesc/ Município : O enfoque deve ser o de fazer com que o município garanta ou defina urgentemente as áreas sujeitas a regularizações e viabilize o acesso da população aos serviços públicos. Orientação no Estatuto da Cidade sobre o Direito de Construir em condições adequadas (*Reassentamento ambiental correto pode ser argumentado*).

➤ Encaminhar / acionar o Ministério Público e produzir dossiês, diagnósticos que incentivem ações civis públicas.

PROPOSTAS DO GRUPO 4

Grupo 4 - Direito de Part. e Estatuto da Cidade:

(Jeffrey (Coordenador), Hamilton, Osvaldo, Tarcila e Viviane)

O Grupo que examinou a aplicação do Estatuto da Cidade

O chamado “Grupo Jurídico”

1. Ajudar os membros do Fórum a entender os novos direitos e instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, que podem estimular e fortalecer nossos movimentos e particularmente encorajar ações em comum para buscar a garantia desses novos direitos.
2. Isto envolve a pressão na Câmara para a regulamentação dos elementos claramente indicados na legislação, que devem ser regulamentados pelo município. Este assunto já estava bem elaborado nos outros documentos.
3. Há, a necessidade de definir melhor as regras e o processo das audiências públicas e dos estudos de impacto de vizinhança. O Fórum deverá propor regras para serem utilizadas no município e na região.
4. Permanece a necessidade de conseguir apoio jurídico para os movimentos.
5. Buscar a possibilidade de receber capacitação sobre o Estatuto da Cidade, no Instituto Polis, que está planejando oficinas e produzindo material para distribuição.

(Ver anexo I)

**DURANTE AS APRESENTAÇÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO, FORAM
APRESENTADAS SUGESTÕES (Ver anexoII)**

REUNIÃO AMPLIADA DO DIA 22.06.2002

Na reunião ampliada do Fórum da Cidade realizada no dia 22.06, foram apresentadas e debatidas as conclusões dos grupos de trabalho, que deverão implementar as ações de planejamento do Fórum da Cidade do 2ª semestre de 2002. Criou-se, na dinâmica dos debates, o núcleo executivo do Fórum da Cidade com indicação de participantes da reunião. E programou-se para o dia 03.07, quarta-feira, uma reunião do grupo executivo para a composição das comissões propostas. (ver anexo II)

(ANEXO I) - PLENÁRIA – SÍNTESE DOS DEBATES DA REUNIÃO EM 08.06.2002 (UMA APROXIMAÇÃO)

▪ **ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM**

- Raul fala das oito tentativas de criação do Fórum da Cidade e da importância de recuperar os processos e lutas, que levaram à sua criação, através de dissertação de mestrado.

- Hamilton faz referências à existência do Fórum: o Fórum existe, e é o que vale – Vale só pela sua existência. A regularização do Fórum é necessária. Não pode existir uma informalidade total. Ele tem que ter identidade, uma cara. Deve fazer-se um protocolo de intenções, contendo nome, objetivos, formas de atuação. Ele deve ter um logotipo. O fórum já possui legitimidade, as 13 lideranças, que o promoveram, representam as entidades comunitárias. “Nós somos o Fórum”. Precisamos de recursos, fazer dinheiro é fundamental. A história se faz com vitórias, pela organização, pela lei. Desde 1989, o artigo 29, inciso 11 e 12 da Constituição traz o direito da população de interferir no Plano Diretor da cidade, no que diz respeito a bairros, ruas... As vitórias é que trazem outras participações.

A universidade pública através de todos os departamentos deve participar, inclusive o EMAJ. O fórum deve construir uma idéia de cidadania com direitos e deveres; fazer educação, conscientização, informação e formação para o exercício da cidadania.

- Carlos propõe que o Fórum não se feche a um só partido político, pois ele está envolvido com as comunidade que têm diferentes opções político-partidárias.

- Cristina argumenta que o Fórum deve ser divulgado. Que se encaminhe ofícios, falando de sua existência, para todas as entidades.

- Janice refere-se a relação UFSC/Fórum da Cidade: propõe que se encaminhe, através de ofícios, as demandas das comunidades, para os departamentos da UFSC, de acordo com o documento final do I Fórum da Cidade.

- Joel insiste na disponibilidade das pessoas do Fórum da Cidade, para a execução das ações: temos propostas internas e externas para o fórum, lutas políticas e sociais. “Quem fará parte do Fórum para a **execução das ações?**”

- Raul refere-se à UFECO como mobilizadora das Comunidades e Albertina pede a parceria da UFECO com o Fórum da Cidade.

▪ **EIXOS DO FÓRUM DA CIDADE E FÓRUMS REGIONAIS - 1ª REUNIÃO**

- Raul refere-se a definição de um eixo, um fim político, que oriente as ações do Fórum e que aglutine os esforços.

- Janice fala sobre o Fórum como uma síntese das preocupações comuns das comunidades: "Somos a expressão do que está acontecendo na cidade".

- Tereza propõe que se defina as prioridades dos Fóruns nas comunidades. Um eixo: lazer, cultura e questões ambientais. Poderá nos Fóruns Regionais serem identificadas com as associações de moradores as áreas de lazer e cultura para os bairros. Questiona: qual a justificativa de áreas públicas serem utilizadas para outros empreendimentos? Sugere fazer campanhas para disposição de espaço público para lazer, esporte, artes ...

- Joel acrescenta que o lazer, cultura e questões ambientais, atravessam a cidade toda, de Norte a Sul.

- Cristina argumenta sobre a legitimidade deste eixo – lazer, cultura e questões ambientais, que envolvem grandes dificuldade. As comunidades devem decidir sobre as áreas de lazer, entrar Ministério Público para garantia destas áreas.

- Lígia propõe como eixo do Fórum a mobilização das lideranças. Cita o Orçamento Participativo em Porto Alegre, a participação vinda das bases, as prioridades também, a concretude do Fórum da Cidade com definição de prioridades junto as comunidades.

- Janice fala da legitimidade das prioridades formalizadas no documento final do I Fórum da Cidade, com participação de entidades comunitárias.

- Jeffrey propõe 8 semanas de preparação para a realização do II Fórum da Cidade, mobilizando-se as Entidades comunitárias para chegarem ao Fórum com suas propostas, para se definir as prioridades ou os eixos que nortearão as ações do Fórum da Cidade.

- Jeffrey e Tarsila sugerem: o Fórum deve concentrar-se no Estatuto da Cidade. Conhecer a fundo o Estatuto para prestar assessoria especializada aos movimentos sócio-comunitários. Os Planos Diretores da cidade não cumprem com a legislação. Quais nossos instrumentos de direitos? Quais os direitos que o Estatuto da Cidade dá aos comunitários? Buscar instrumentos de participação, debates e audiências. O saber sobre leis, decretos e portarias municipais é fundamental, como também sobre a realização das audiências públicas.

(ANEXO II) - DEBATES E SUGESTÕES – REUNIÃO DE 22.06.2002

- Carlos propõe que o Fórum e UFECO somem seus espaços e trabalhem em parceria .

- Tereza explica sobre a questão do reassentamento ambiental (transferência de pessoas de um lugar para outro), também sugere uma campanha para promover ação contra acordo entre Casan / Celesc / Município. Cita que o Plano Diretor é muito importante. Sugere luta comum. Fala que o Fórum deve fazer abaixo assinado com uma questão central, para mostrar inclusive a existência do mesmo.

- Alécio argumenta que a maior dificuldade é mostrar o Estatuto da Cidade para toda a comunidade. Propõe que se produza material de qualidade mostrando o que é o Estatuto.

- Raul sugere ficar somente com as entidades que estão participando. Diz que precisamos de um escritório jurídico para elaborar trabalhos e acompanhar processos. Mecanismo: estabelecer convênio com escritórios modelos. Sugere também, projeto de extensão nas universidades. É preciso criar um espaço para arrolar as questões jurídicas e possíveis parcerias com OAB, Câmara e Assembléia. É necessária uma equipe de articulação e comunicação com as comunidades. Montar banco de dados. Informatizar comunidades fazendo parceria com UFECO. Treinar comunidades utilizando equipamentos, que possibilite acesso a Internet, (que não estão mais sendo utilizados nas universidades ou em outros espaços).

- Osvaldo “refere-se ao grupo 3”, conscientizar a população com relação ao estatuto da cidade. Temos que conscientizar o que é o Plano Diretor. Sugestão, comissão fundamental é a de comunicação. Trabalhar meios de comunicação social.

- Jeffrey sugere tirar data para uma plenária de entidades comunitárias e pauta (tempo: de 08 a 06 semanas). Deve-se definir questões com a plenária. Construir Fórum para decidir um grande movimento coletivo.

- Darci: temos que ter uma perspectiva de futuro para o Fórum.

- Osvaldo diz que precisamos conseguir estagiário de Direito para assessorar a Comissão Jurídica, e se propôs a colaborar na comissão jurídica.

- Tereza se propôs a elaborar um projeto para solicitar bolsas de estágio, computadores, impressoras..., também sugeriu a criação do Portal do Fórum.

- Joel diz que o instrumento de trabalho do Fórum é o Estatuto da Cidade.. Debater dentro dos fóruns regionais o espaço do Fórum Municipal.

- Jeffrey sugere escolher um problema que aglutine todos. “existe um problema em comum, uma luta em comum. “Queremos políticas municipais. Sugeri fazer panfletagem. Fazer movimento municipal de transporte público, além de educar junto ao estatuto.

- Káthia diz que não devemos priorizar um só eixo. Priorizar solo, moradia, e águas.

(ANEXO III) - LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO AMPLIADA

NOME	FONE	ENDEREÇO	E-MAIL
MODESTO AZEVEDO		SERV. SOL POENTE, 493 – TAPERA – FPOLIS – SC	Azevedomodesto@hotmail.com.br
ZULAMAR B. CASTRO	233-0600	RUA: PERCY JOÃO DE BORBA, N° 380, TRINDADE – FPOLIS – SC – 88036-200	Zulamarcastro@zipmail.com.br
LÍGIA HELENA HAHN LUCHMAN	232-1429	RUA: LIBERATO CARIONI, 578 – LAGOA DA CONCEIÇÃO – FPOLIS – SC – 88062-205	Ligia@cfh.ufsc.br
PAULO GULHERME RUVER	224-6777	RUA: CLEMENTE ROVERE, 194 – CASA 105 – FPOLIS – SC – 88020-340	Pgr1199@tj.sc.gov.br
ALBERTINA DA SILVA DE SOUZA	234-3685	SERVIDÃO BARRIGA VERDE, 102 – PANTANAL – FPOLIS – SC – 88040-145	fafass@zipmail.com.br
TEREZA C. PEREIRA BARBOSA	237-4376	CAIXA POSTAL 5227- CEP 88040-970	Tereza@mbox1.ufsc.br Pinguim13@yahoo.com.br
CARLOS MAGNO NUNES	232-2332 9114-1162	RUA: LAURINDO JANUÁRIO DA SILVEIRA, 2350 – FPOLIS – SC – 88062-200	cmagnonunes@ig.com.br
JOEL IVO BALCONI	235-1473 9111-2251	RUA: PROF.º EUCLIDES DA CUNHA, 80 – SAMBAQUI – FPOLIS – SC – 88051-040	jobalconi@ig.com.br
KÁTHIA T. MÜLLER	232-0202 9902-3542	RUA: BEM-TE-VI, 222 LAGOA – FPOLIS – SC 88062-320	kathiamuller@bol.com.br
SIMONE MATOS MACHADO	233-3629 331-9453	RUA: FRANCISCO ANASTÁCIO PIRES, 97 – TRINDADE – FPOLIS – SC – 88036-370	Simon@zipmail.com.br
CRISTINA CARDOSO NUNES	269-1853 9971-5042	SERVIDÃO MARES DO NORTE, 54 – INGLESES – FPOLIS – SC – 88058-252	Criscnunes@yahoo.com.br
MICHELLY NEZILDA CARDOSO	333-6137	SERVIDÃO SILVÉRIO JOÃO FERREIRA, 102 – SACO DOS LIMÕES – FPOLIS - SC	chellync@bol.com.br

JANICE TIRELLI	237-4682	RUA: REVOAR DAS GAIVOTAS, 1090 – FPOLIS – SC	Esquilo28@yahoo.com.br
RAUL BURGOS	237-3594	SERVIDÃO HARMÔNIA, 488 – FPOLIS – SC – 88063-500	twity@cfh.ufsc.br
JEFFREY HOFF	232-0515	CAIXA POSTAL 10192 – LAGOA – FPOLIS – SC 88062-970	jeffhoff@iaccess.com.br
DOMINGOS ANTÔNIO GARCIA FORTUNA	9111-8594 258-1751	RUA: MARCO ANTÔNIO DA SILVA, 226 – JARDIM ZANELATTO, SÃO JOSÉ – SC – 88115-490	
TEODORO JOSÉ DA SILVA	238-0265	RUA: DA APICULTURA, 127 – SACO GRANDE – FPOLIS – SC – 88032-020	teodorojds@bol.com.br
TARSILA MELLO CARDOSO	223-5601	RUA: ESTEVES JÚNIOR, 605 – APTO 721 – CENTRO – FPOLIS – SC – 88015- 130	tarsilamello@hotmail.com
MARISTELA FANTIN	331-9245 234-2325	SERVIDÃO LUCCAS VIDAL CARDOSO, 73 – CÓRREGO GRANDE - FPOLIS – SC – 88037-400	fantin@mbox1.ufsc.br
HAMILTON SCHAEFER	244-0749	RUA: MARQUES DE CARVALHO, 193 – COQUEIROS – FPOLIS – SC	schaefer@mbox1.ufsc.br
MARILENE CORREA MARTINS	226-0939	AVENIDA JORGE LACERDA, 2946 – COSTEIRA – FPOLIS – SC	marilenemartins@bol.com.br
RAQUEL MARIA MATOS	240-7097	RUA: JUCELINO KUBISTCHEK, 159	raquelitam@zipmail.com.br
JAMILE GEVAERD LISBOA	333-5258	PLÁCIDO SÉRGIO ALVES, 48 – SACO LIMÕES – FPOLIS – SC	nativadailha@zipmail.com.br
MARIA SALETE COSTA SILVEIRA	333-2449	RUA: ARISTIDES LOBO, 520 – APTO 221 – AGRONÔMICA – FPOLIS – SC	
ISABEL ADRIANA BOTEGA HÖLTZ	9903-2986	RUA: FRANCISCO GOULART, 240 – TRINDADE – FPOLIS - SC	Isabel@sinjusc.org.br

DEISE VICENTE OLIVEIRA	333-3495	RUA: EDUARDO NICOLICH, 286 – AGRONÔMICA – FPOLIS – SC – 88025-530	Deisevo@starmedia.com.br Deisevo@bol.com.br
MARIANA PFEIFER	9961-2990 266-0943	RUA: PROF. MANGEL FEIJÓ, 205 – CANASVIEIRAS – INGLESES – FPOLIS – SC – 88056-280	Pfeifer79@hotmail.com
OSVALDO AGRIPINO	225-0522	RUA: ALMIRANTE LAMEGO, 747 – APTO 508 – CENTRO – FPOLIS – SC – 88015-600	osvaldo.junior@terra.com.br
VIVIANE FRANÇA SÝROZINSKI	248-6837	RUA: RAIMUNDO CORRÊA, 344 – BALNEÁRIO (ESTREITO) – FPOLIS – SC	vivifs@mailbr.com.br
LINO F. B. PERES	9101-7780 331-9550 234-8830	DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO/UFSC – OU RUA: LAURO LINHARES, 1775 / 301 OETES – TRINDADE – FPOLIS – SC 88036-001	linobp@uol.com.br
SÔNIA R. L. NUNES	335-0114		Maluf@floripa.com.br
MURILO	237-7022		Murilo.mariano@bol.com.br
Pe. VILSON	222-2633		Romero@uol.com.br
LUIZ FERNANDO SCHEIBE	331-8813 233-1228 9963-7208		Lscheibe@uol.com.br Scheibe@cfn.ufsc.br
MARIA DARCI MOTA BECK	232-0170	RUA: HIPÓLITO DO VALLE PEREIRA, 528 – LAGOA – FPOLIS – SC – 88062-210	
ALÉSIO PASSOS SANTOS	232-0608	RUA: JOÃO PACHECO DA COSTA – 898 – LAGOA DA CONCEIÇÃO – FPOLIS – SC 88062-100	
ARGEU ANTUNES GOULART	333-4061	RUA: DR. ÁLVARO RAMOS, 602 – FINAL DA ESCADARIA – TRINDADE – FPOLIS – SC MORRO DA PENITENCIÁRIA – CEP 88036-030	

ANEXO 9

FÓRUM DA CIDADE
UFECO - UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS
NESSOP - NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E
ORGANIZAÇÃO POPULAR/UFSC

**SEMINÁRIO REGIONAL DO
NORTE DA ILHA DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO FINAL**

FLORIANÓPOLIS, SETEMBRO DE 2002

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO.....	02
1 – ABERTURA.....	03
2 – PALESTRA SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE.....	08
3 – TRABALHO EM SUBGRUPOS.....	15
4 – ENCAMINHAMENTOS.....	21
ANEXOS	

RELATÓRIO FINAL

IDENTIFICAÇÃO

LOCAL: CETAI - Centro de Tecnologia em Automação e Informática

DATA: 23 de agosto de 2002

HORÁRIO: 18:30 às 22:30

COORDENAÇÃO:

⇒ **Fórum da Cidade** – Joel Ivo Balconi

E-mail: jobalconi@ig.com.br

Telefone: 235-1473

⇒ **UFECO** - José Thomaz Pereira

E-mail: josethomaz@uol.com.br

Telefone: 282-1369 / 9980-2308

⇒ **NESSOP** – Michelly Nezilda Cardoso (estagiária)

E-mail: chellync@bol.com.br

Telefone: 333-6137

RELATÓRIO FINAL**1) ABERTURA**

O coordenador de mesa, na pessoa de Joel Ivo Balconi, representante do Fórum da Cidade, realizou a abertura do evento, explicando seu principal objetivo: passar para as pessoas a importância do Estatuto da Cidade dentro da convivência de uma cidade.

Depois disso, explicou como foi feita a divisão da Ilha para a realização dos 5 Seminários Regionais e delimitou a região Norte: desde o bairro Saco Grande até Santinho.

As entidades presentes foram citadas, quais sejam:

- ACOMOSG;
- AMVIC;
- COMOSG;
- Grupo da Terceira Idade do Monte Verde;
- SENAI;
- Associação de Moradores de Ratoles;
- ACOLJOGOC;
- Associação de Moradores da Praia Brava;
- Associação Amigos de Carijós;
- AJIN;
- Conselho Comunitário dos Ingleses;
- Associação de Moradores da Vargem do Bom Jesus;
- Associação de Moradores do Saco Grande I (João Paulo);
- Cacupé.

Após esta apresentação o coordenador falou um pouco sobre a programação do evento e iniciou a composição da mesa:

- UFECO: José Thomaz;
- NESSOP/UFSC: Prof. Simone Matos Machado;
- Fórum da Cidade: Carlos Magno Nunes.

RELATÓRIO FINAL

José Thomaz (representante da UFECO e coordenador do Norte da Ilha): Apresentou aos participantes um pouco da história da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias: criada em 1980 a fim de promover uma união entre todas as Associações da Ilha. No entanto, durante um período, ficou sendo usada para fins de interesses particulares.

Então, há quatro anos atrás, um grupo de presidentes de Associações de Moradores e líderes comunitários resolveram reviver a UFECO e, no ano de 2001, dezesseis lideranças comunitárias de várias partes da cidade assumiram a entidade.

Salientou ainda, que a mesma possui assento em todos os Conselhos de Direitos, fazendo com que sua representatividade tenha uma força muito grande junto aos órgãos públicos.

Hoje, a UFECO participa ativamente junto com a Universidade Federal de Santa Catarina, com o Fórum da Cidade, enfim, com várias outras entidades que buscam fazer de Florianópolis realmente a capital número 1 do Brasil. Contraditoriamente, Florianópolis vem sendo sim a capital número 1 em furtos. Com isso, Thomaz apresenta a tristeza que é de todas as lideranças comunitárias em virtude do que vem acontecendo e do descaso do Poder Público Municipal e Estadual perante essas questões.

Por último, contou de sua experiência no III Congresso Brasileiro de Política Ambiental, no qual vários juristas do Brasil ressaltaram o direito do Estatuto da Cidade, a força que a comunidade tem nas mãos, utilizando deste como meio para juntos, discutirem os problemas e lutar por suas soluções. Esse é o trabalho hoje da UFECO. A partir daqui ela estará, junto com todas as comunidades, lutando por uma cidade melhor para nós e para nossos filhos.

Simone Matos Machado (representante do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular e professora do Departamento de Serviço Social / UFSC): Explicando o papel do Núcleo junto ao movimento sócio-comunitário, Simone salientou que o mesmo prioriza estudos e ações de extensão

RELATÓRIO FINAL

na relação com os movimentos.

O NESSOP tem como princípio que a Universidade deve se fazer acontecer além dos muros da instituição nessa relação direta com os movimentos sociais, especialmente aqueles que lutam por uma sociedade mais justa e pela qualidade de vida que todos merecem ter. Acredita que o movimento sócio-comunitário é um exemplo de movimento que caminha nessa direção, por isso, é justamente aí que aposta seus projetos e ações. Um desses projetos (o qual tem relação com o evento) é de assessoria e parceria com o Fórum da Cidade e a UFECO. Nesse sentido, ressaltou pessoas e instituições que contribuíram para que o evento acontecesse, quais sejam:

⇒ Pessoas:

- Michelly (estagiária do NESSOP e coordenadora, juntamente com as lideranças Thomaz, Joel e Teodoro, da organização do Seminário Regional do Norte da Ilha);
- Jamille, Salete, Raquel, Isabel e Marilene (coordenadoras da organização dos Seminários das demais regiões);
- Acadêmicas da disciplina Processo de Trabalho em Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos (responsáveis pela mobilização das entidades);
- Prof. Iliane e Prof. Kátia (responsáveis pela capacitação e assessoria às alunas no trabalho de campo);
- Prof. Zulamar e Prof. Carlos (atuam junto ao Fórum da Cidade);
- Prof. Lígia Luchmann, Janice Tirellí e Osvaldo (produção da cartilha do Fórum da Cidade)
- Acadêmicos do Curso de Ciências Sociais (colaboração na organização dos Seminários Regionais).

⇒ Entidades:

- FASE (cartilhas);
- APUFSC (remessa das cartilhas);

RELATÓRIO FINAL

- Sindicato dos Bancários (recursos para alimentação e materiais didáticos);
- Sindicato do Judiciário (crachás e canetas);
- Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC (cartilha do Fórum da Cidade);
- Centro Sócio-Econômico / UFSC (cartazes);
- Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (alimentação e materiais didáticos);
- Departamento de Serviço Social.

Simone desculpou-se pelo esquecimento de alguém e encerrou sua fala dizendo que estava muito contente com o resultado dos Seminários que vêm acontecendo e convidando todos a seguir em frente com a luta.

Joel: Observou quantas pessoas estão envolvidas para fazer um evento dessa forma e o quanto é mais difícil as lideranças, estando desarticuladas, nas suas Associações e seus bairros enfrentar esse problema que é fazer uma gestão participativa dentro da cidade.

Carlos Magno Nunes (representante do Fórum da Cidade, Assistente Social, membro do NESSOP, Relações Públicas da AMOCANTO, prof. do Departamento de Serviço Social / UFSC): Contou toda a trajetória do Fórum da Cidade, explicando que o mesmo é a articulação não burocrática, supra partidária que envolve toda a riqueza da sociedade civil organizada (UFECO, UFSC, organizações sócio-comunitárias, ONG's) que têm um sonho de ter uma sociedade mais democrática, mais justa e que se consiga ter uma qualidade de vida para todos.

Diante da realidade de desarticulação do movimento sócio-comunitário e devido à disciplina Processo de Trabalho em Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos, professores e Núcleo pensaram na realização de um evento: Experiências em Cena. Seu objetivo era trazer as Associações, na pessoa de seus atores, para falarem sobre suas experiências e, a partir daí,

RELATÓRIO FINAL

estabelecessem um diálogo. (Saliótuu também, um fato importante na história da Universidade: a primeira Associação de Moradores nasceu a partir do trabalho das estagiárias de Serviço Social no Morro do Céu.) Carlos enfatizou que se acreditava que isso teria o poder de gerar o movimento. E foi o que aconteceu: a partir do III Evento, surgiu na Plenária, a idéia de fazer um Congresso na cidade. Resolveram, então, fazer o I Fórum da Cidade. Um grupo de entidades assumiu a divulgação e a articulação, outras se anexaram no decorrer do processo.

O I Fórum da Cidade aconteceu nos dias 05 e 06 de outubro de 2001. O material produzido (painel, palestras, grupos de trabalho, etc.) foi tão rico, que foi preciso mais um dia para fazer a sistematização do documento final. E no dia 27 de outubro, foi feito esse fechamento e o material produzido foi entregue para todas as comunidades. Esse documento foi o primeiro a abordar a questão do Estatuto da Cidade, o qual foi eixo central de discussão do I Fórum.

O Estatuto da Cidade reforça toda a trajetória do movimento, todas as expectativas, dando uma base jurídica, para que suas ações tivessem uma maior força/conseqüência. O evento foi um sucesso: mais de 80 entidades e mais de 300 pessoas. Foi feita uma carta e encaminhada à Câmara de Vereadores, já tentando articular com o Poder Público, fazendo com que a gestão democrática participativa já começasse a se desenvolver. Foi mandada em 12/12/01 e não teve nenhum tipo de retorno. Em 04/02 foi novamente remetida e aconteceu o mesmo. Hoje, passados 1 ano e 1 mês da promulgação da Lei 10.257 de julho de 2001, ainda não há nenhuma resposta e nenhuma movimentação na cidade em relação à regulamentação do Estatuto da Cidade.

Encerrando sua falação enquanto representante do Fórum, Carlos convidou todos para lutar por uma cidade mais justa, mais democrática, "com todos e para todos".

RELATÓRIO FINAL**2) PALESTRA SOBRE O ESTATUTO DA CIDADE (Carlos Magno Nunes)**

Carlos iniciou sua palestra abordando sobre a questão urbana no Brasil, a qual tem início no século passado.

Nossa sociedade vem de uma tradição colonial, depois passa para agrária-exportadora. Até 1900, 9% da população vivia na cidade. De 1900 à 1950, 36% da população na estava vivendo na cidade. A primeira explosão do desemprego do desemprego urbano industrial começa por volta de 1920/30, mudando a configuração urbano-rural. Em 1970, esse número passa para 56%. De 1970, com a expansão do modelo capitalista, da sociedade urbano-industrial, a década de Juscelino Kubitchek, todo o estímulo, o tipo de modelo adotado com maquinários, a expulsão do homem do campo vindo para a cidade, etc, criando as condições estruturais para que tivéssemos uma exploração rentável por parte do capital, contando com o "exército industrial de reserva" para fazer a acumulação capitalista. Em 2000, já temos 81% da população brasileira vivendo na cidade. Esse processo diminui um pouco sua velocidade, mas hoje já deve estar em torno de 82%.

Com isso, Carlos observou que o problema social no Brasil está nas cidades, justamente porque o maior contingente da população está nas cidades.

Quanto à história do Estatuto da Cidade, toda a efervescência dos movimentos sociais da década de 1980, culminou na chamada "Constituição Cidadã" de 1988. O vigor desses movimentos leva com que, nessa Constituição se consagrem dois artigos – 182 e 183, pensando na inclusão de todos os benefícios da cidade.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, isso se consubstancia principalmente através dos planos diretores. (Mais genérico)

RELATÓRIO FINAL

Art. 183. Institui a usucapião urbana, possibilitando a regularização de extensas áreas ocupadas por favelas, vilas, alagados, invasões e loteamentos clandestinos. (Mais específico, apelo social)

Carlos comentou que, pela primeira vez em texto legal, se reconhece que as pessoas que vivem nas periferias precisam entrar para a formalidade. Que essas famílias precisam ter o *status* de cidadãos, precisam ter a garantia da legalidade da terra, pois vivem numa instabilidade muito grande.

A lei 10.257 de julho de 2001, reúne normas relativas à ação do poder público e instrumentaliza o município para garantir o pleno desenvolvimento das funções da cidade e da propriedade urbana. Nesse pacto federativo a responsabilidade maior é do município. A lei federal está posta e o nosso maior desafio é fazer o detalhamento, a regulamentação aqui, porque cada cidade tem sua características peculiares.

O Estatuto da Cidade é, nesse contexto, uma esperança para todos nós, mas precisa que assumamos a nossa parcela na construção dessa regulamentação, e é justamente isso que o movimento sócio-comunitário-popular preconiza. Ou seja, no documento final do I Fórum da Cidade diz que, a participação deve começar já na comissão que irá fazer a discussão para a regulamentação do Estatuto da Cidade.

Carlos, então, passou para um outro ponto, a situação das cidades hoje: adensamento, verticalização excessiva, invasões, favelas, alagados, cortiços, periferias longínquas desprovidas de serviços e equipamentos públicos, poluição das águas, do solo, do ar, etc. Comentou ainda que, Florianópolis tem o pior índice de saneamento básico e talvez de participação comunitária.

Diretrizes Gerais:

⇒ Garantia do direito às cidades sustentáveis;

⇒ Que todos os cidadãos tenham acesso à habitação digna, aos serviços, aos equipamentos urbanos e à toda melhoria realizada pelo poder público;

O professor comentou que, a sustentabilidade é mais do que somente a questão ambiental. Uma cidade sustentável é uma cidade que se sustenta

RELATÓRIO FINAL

socialmente, que gera empregos, possibilidades de renda, possibilidade do jovem ter emprego, enfim, que se sustente como um todo.

Na verdade, a violência é apenas um sintoma, um reflexo de uma violência maior de uma elite que apropria a riqueza de todos em benefício próprio. E esta é a reação dessas camadas desprovidas de todos os benefícios do trabalho também por elas produzido.

Carlos enfatizou que precisamos ver a cidade como um todo, em seus diferentes aspectos: social, econômico, político e ambiental. No aspecto política, a única alternativa seria a participação. "Será que o ser humano é supérfluo? Será que ele não tem nada a dizer que possa contribuir na direção da melhoria desse coletivo?"

⇒ Função social da cidade e da propriedade urbana;

O Estatuto coloca que o interesse coletivo prevalece sobre o uso da propriedade individual.

⇒ Justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização;

Esse item relaciona-se à questão da injustiça social, da separação, nas cidades, dos cidadãos e dos não cidadãos.

⇒ Recuperação dos investimentos públicos que proporcionaram a valorização de imóveis urbanos;

Quanto à isso o Estatuto vem mostrar que essa valorização imobiliária tem que retornar ao contribuinte.

⇒ Adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano;

Precisamos estar vendo o desenvolvimento urbano no sentido da justa distribuição desse ônus e desses benefícios, com um planejamento que deve ser constante e com a participação da sociedade, adequando todos esses instrumentos.

RELATÓRIO FINAL

- ⇒ Cooperação entre governo, iniciativa privada e sociedade civil no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- ⇒ Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais (necessidade da Reforma Agrária);
- ⇒ Simplificação da legislação de parcelamento de uso e ocupação do solo; Esse item refere-se ao usucapião, o qual apresenta duas possibilidades:
 - Rito Sumário – áreas de até 250m², de uso familiar e que não esteja em nenhum tipo de litígio. Essas famílias poderiam fazer a requisição individualmente;
 - Usucapião Coletivo – como ocorre em favelas, por exemplo, onde várias famílias moram em um mesmo terreno. Nesse caso, irão fazer o requerimento coletivamente ou através de alguma associação.
- ⇒ Participação da população em todas as decisões de interesse público, garantindo a gestão democrática.

Quanto a isso, o professor comentou que, nada do que está no Estatuto da Cidade vai ter a direção que se espera se esse quesito não for devidamente contemplado. Pois, a participação não é a simples informação, ou uma simples consulta que não muda nada, como ocorre em nossa cidade uma vez por ano, antes da temporada de verão. Esses canais precisam ser estabelecidos através de debates, conferências, audiências, etc.

Por isso, queremos uma cidade que garanta:

- O direito à cidade: democratizando o acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à liberdade de organização e a um território rico e diversificado sem distinção de gênero, raça e crença;
- A gestão democrática;
- A função social da propriedade;
- O direito à moradia.

RELATÓRIO FINAL

O Estatuto da Cidade responde a essas necessidades garantindo:

- a urbanização e a legalização dos assentamentos;
- o combate à especulação imobiliária;
- uma distribuição mais justa dos serviços públicos;
- a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária;
- soluções planejadas e articuladas para os problemas das cidades;
- a participação da população na formulação e execução das políticas públicas.

Co-participação de todos os agentes e atores responsáveis pelo desenvolvimento através de: debates, plebiscitos, referendos, constituição de órgãos colegiados de política urbana (onde se define o Plano Diretor), audiências públicas, conferências, consultas públicas, planos e projetos de lei de iniciativa popular, sendo necessário 5% da população no município e 1% a nível federal para aprovação de projetos de lei.

Carlos apresentou um círculo virtuoso que seria necessário para a cidade:

- Gestão democrática da cidade e participação popular (para que a lei não fique somente no papel);
- Conselhos de desenvolvimento urbano (formados por representantes do governo e da população organizada);
- Gestão orçamentária participativa;
- Debates e audiências públicas;
- Conferências de desenvolvimento urbano.

Isso configuraria a gestão participativa metropolitana, ou seja, a participação da população através de associações que representem os diversos segmentos da comunidade. O objetivo é garantir o controle direto das atividades e organismos gestores de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, porque é o cidadão que tem que controlar o poder público, afinal ele está gerando o nosso dinheiro. *O poder é nosso!*

RELATÓRIO FINAL

Outros instrumentos para a gestão democrática:

- Plebiscito (consulta popular geral);
- Referendo (consulta popular específica);
- Estudo de impacto de vizinhança.

Quanto a este último, Carlos salientou que, já temos o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e agora o EIV está representando uma verdadeira revolução, porque, de fato, se formos pensar há vários pontos a serem discutidos: a verticalização excessiva, o assoreamento, a degradação ambiental, a poluição das águas, a agressão paisagística, a degradação em todos os sentidos, a especulação imobiliária e o interesse particular em ganhar mais, a falta de políticas na periferia, etc

O Estudo de Impacto de Vizinhança garante que as pessoas que vivem numa determinada área, não a vejam degradada de tal forma que a sua qualidade de vida fique muito prejudicada. Exemplo: construção de um hotel na Lagoa da Conceição, gerando degradação ambiental e paisagística, problemas no trânsito, etc. Aproveitando a oportunidade, Carlos convidou os participantes do evento para, no dia seguinte (24/08), uma manifestação relativa ao exemplo citado.

Depois disso, Carlos explicou que o Estatuto da Cidade possui algumas partes que serão regulamentadas principalmente através do Plano Diretor e outras que já são auto-aplicadas, porque é uma lei federal. Em relação ao EIV, por exemplo, já está valendo.

Instrumentos para o cidadão fazer valer seus direitos:

- Ação civil pública;
- Ação popular;
- Mandado de segurança coletivo.

Sobre o Plano Diretor, salientou que é uma importante ferramenta na gestão da política urbana. O Plano Diretor é o pacto que deve ser legitimado por todos, caso contrário, pode ser contestado e sofrer ação judicial. Carlos explicou que, poderemos ter outros encontros para nos capacitar em relação à isso, pois o município tem 4 anos para adequar o Plano Diretor vigente ao que está colocado

RELATÓRIO FINAL

no Estatuto da Cidade.

Instrumentos quanto à especulação imobiliária:

- parcelamento e edificação;
- IPTU progressivo no tempo.

Quanto à este último, referiu-se àquelas áreas que ficam a espera de especulação, as quais ficariam gravadas cada vez mais com impostos. A pessoa estaria pagando para a sociedade por estar especulando. As vezes existem áreas imensas ociosas nos centros esperando valorização, enquanto as populações são afastadas para as periferias, longe dos recursos, do trabalho, gerando problemas para a classe trabalhadora. Esse instrumento visa trazer maior justiça na distribuição da terra.

Desafios:

- Delimitação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), ou seja, vai ter que existir uma política que faça o mapeamento das zonas que têm possibilidade de expansão para o interesse social (moradia, etc.);
- Direito de preempção (preferência), ou seja, o poder público tem preferência/direito de compra daqueles imóveis que irão ser utilizados para o interesse coletivo.

Outros instrumentos para uma cidade mais justa:

- Operações urbanas consorciadas;
- Outorga onerosa do direito de construir;
- Transferência do direito de construir.

Os instrumentos citados dão possibilidade maior de parceria entre poder público e iniciativa privada.

Encerrando sua palestra, Carlos disse que os verdadeiros atores/protagonistas são os membros da sociedade civil organizada. O Estatuto da Cidade oferece a possibilidade destes assumirem seus papéis. As Associações, os Conselhos Comunitários são canais privilegiados de interlocução entre a população e o poder público. Contou que esteve em uma palestra na OAB, a qual mostrou que a maioria das Associações assumem o papel de auxiliar do poder

RELATÓRIO FINAL

público, fazendo, muitas vezes, o papel deste, quando, na verdade, já pagamos por isso. Convidou todos para co-gerir esta cidade e agradece, encerrando sua palestra.

Joel: Observou que precisamos pensar no que irá causar à população a construção do shopping, na Agronômica. Salientou nesse caso, da necessidade de um EIV e indaga se alguém já foi ouvido/consultado quanto à isso.

Depois disso, Joel informou que, de acordo com um estudo que saiu nos últimos meses, a criação de um grande centro comercial, num raio de 200 metros, provoca o fechamento de 200 à 300 mini-comércios num prazo de 8 meses, provocando desemprego.

3) TRABALHO EM SUBGRUPOS

ENCAMINHAMENTO:

Com a ausência de Ricardo Freitas, o qual falaria sobre o transporte integrado na Ilha, Joel avisou que as informações serão disponibilizadas no site

Voltando à questão da programação, Joel explicou como seriam divididos os 5 subgrupos e a proposta de discussão: dificuldades de encaminhamento das reivindicações, problemas, relação com o Estatuto da Cidade, como encaminhar em conjunto, etc. Com isso, devido ao número de participantes, perguntou à plenária sobre a realização de subgrupos ou não.

Teodoro (Vice-Presidente da Associação de Moradores da Barreira do Janga): Salientou que, devido à falta de presença, a formação de subgrupos não representará as necessidade das regiões. Por isso, acredita que seja melhor o debate geral.

RELATÓRIO FINAL

Clara (Saco Grande I): Disse que participou do grupo Bruxa Falas, um grupo de mulheres que tinha a proposta de discutir os problemas das mulheres. Com isso, faz um pedido: que pensemos nas comunidades na questão das mulheres e dos jovens, na questão da diversão e da arte, porque não temos quase nada, faltam opções onde possamos expressar nosso pensamento.

Carlos: Salientou que as crianças brincam nas ruas, disputando lugar com os automóveis. Existe um movimento chamado Abraçando a Vida, o qual discute a questão do lazer. Na Lagoa, sua comunidade, a maior prioridade é a construção de uma área pública de lazer. Essa falta está ligada à alta valorização das áreas urbanas e à falta de planejamento público. Disse que já encaminharam projeto à prefeita, pois existe uma área, a qual está sendo utilizada precariamente pelos moradores há 6 anos, mas só ficou na promessa. É a única área pública de lazer na Lagoa.

Joel: Registrou a presença de outras entidades:

- Comissão de Moradores Pró João Paulo;
- Saco Grande II;
- Escola Técnica;
- Pantanal;
- FAMESC – Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina.

Sugeriu a formação de 2 subgrupos de debate/integração, pois o grande objetivo é articular as entidades.

Luís Reis (Associação de Moradores de Jurerê Internacional): Parabenizou e agradeceu pela oportunidade de promover união e possibilidade de resolução de problemas, os quais muitos são comuns entre os bairros. Salientou que a Associação de Moradores de Jurerê, do Forte, da Daniela e de Jurerê Internacional têm feito ações conjuntas. Nesse momento, o mais importante é o

RELATÓRIO FINAL

reforço da necessidade de se colocar em ação o Estatuto da Cidade no que diz respeito ao poder público municipal. Salientou ainda que, é preciso haver união com a utilização de todo poder de aglutinação, competência e representatividade, para posteriormente podermos reivindicar nossos interesses.

Joel: Informou que, nessa semana, o vereador líder da Executiva da Câmara, disse que não é preciso discutir sobre o Estatuto da Cidade, porque a Prefeitura já está aplicando. Diante disso perguntou se alguém já percebeu isso no seu bairro?

Pleter (Associação de Moradores da Praia Brava): Contou que há algum tempo estão acompanhando e avaliando, o que culminou na decisão da Associação de entrar com uma medida judicial para fazer com que a municipalidade cumpra o Estatuto da Cidade. Essa ação será conduzida pelo Dr. Osvaldo e seu auxiliar Dr. Alexandre. Desabafou que o que nós temos sentido/vivido/sofrido, é a falta de respeito e comunicação com a Prefeitura para que nos ouça. Disse que não tiveram resposta das mais de 20 denúncias encaminhadas à municipalidade, à promotoria e ao procurador geral da justiça (Dr. Alberton), entre outros.

Bete (Associação de Moradores da Vila Cachoeira – Saco Grande II): Refletiu que leu um livro de Hercílio Luz, onde ele conta que viveu já, em 1943, o desinteresse entre as Associações e a desigualdade, e hoje, estamos aqui por uma causa justa, nobre e com as mesmas dificuldades. Concluiu que precisamos pensar por um todo e juntos lutar por nossos interesses. Precisamos nos juntar e nos conhecer melhor. Enquanto não dermos as mãos, não chegaremos a lugar nenhum.

Ricardo: Sugeriu, para a divisão dos subgrupos, as regiões da Agenda 21, para iniciar a articulação.

RELATÓRIO FINAL

Joel: Para melhor ser feita esta troca, que também é humana/afetiva, opinou que cada um se articule de acordo com o seu interesse.

Depois disso, foi encaminhado o trabalho nos 2 subgrupos, o que contou com cerca de 30 minutos.

CONCLUSÕES:

Antes do início das apresentações, tiveram alguns recados:

Joel (recado da UFECO): Avisou que estavam circulando os convites do Seminário Regional da região Centro/Itacorubi. Paulo completou que, se possível, cada pessoa deverá convidar mais alguém para participar.

(recado Carlos): Avisou que estávamos tentando inserir nossas atividades na mídia. No dia seguinte (24/08) haveria uma entrevista na rádio CBN e no mesmo dia à noite, um debate no programa Conversas Cruzadas da TV COM.

A professora Zulamar encaminhou o fechamento do evento:

Zulamar: Explicou que cada grupo deveria fazer seu relato com as indicações que seriam discutidas e em seguida, o debate seria aberto para proposições mais amplas.

Joel: Enfatizou que o evento estava sendo filmado e que seria feito um documento, o qual será remetido à todas as pessoas que participaram deste.

RELATÓRIO FINAL

Apresentação subgrupo 1 (Saco Grande I e II e região de Cacupé)

Aparecida (moradora do bairro João Paulo):

Discussão:

- ausência de tratamento de esgoto público;
- aprofundamento do Estatuto da Cidade;
- projeto de construção do shopping.

Constatações:

- ocupações desordenadas nos morros, encostas e a repercussão da construção do shopping nessa região;
- exigência de que se façam estudos de impacto ambiental e de vizinhança.

Propostas:

- regulamentação de audiências públicas que o Estatuto da Cidade prevê;
- comprometimento de luta em fazer valer o Estatuto da Cidade, união das comunidades;
- criação, no interior desse movimento, de um símbolo que expresse e unifique a nossa luta;
- confecção de um dossiê que registre, na cidade, onde não se aplica o Estatuto da Cidade e que isso se transforme em um jornal ("Jornal Denúncia"), circulando pela cidade;
- abertura de ações, em relação ao Estatuto da Cidade, no Judiciário, no Ministério Público, para que se faça ação civil pública responsabilizando a administração municipal pela não regulamentação e aplicação do Estatuto da Cidade;
- necessidade de apoio jurídico para o movimento (nesse sentido, citou que na OAB, todas as terças-feiras à noite há uma reunião dos

RELATÓRIO FINAL

advogados para tratar sobre assessoria às comunidades e, assim, poderia se pensar em ocupar esse espaço e esse serviço.

Depois disso, uma pessoa do grupo completou:

- necessidade da construção de passarelas (justificou que há uma demanda grande de pessoas que enfrentam a dificuldade para atravessar a rua).

Aparecida encerrou sua fala explicando que as ações também *devem ser* abertas no Legislativo Municipal, no sentido de cobrança dos vereadores, exercendo pressão para a regulamentação do Estatuto da Cidade e, nesse sentido, que veio a questão de se implementar as audiências públicas.

Apresentação subgrupo 2

Teodoro: Salientou que, basicamente, o andamento do processo já havia sido apresentado pela relatora anterior. Enfatizou, então, os problemas apresentados:

- Ingleses: necessidade de discussão sobre o Plano Diretor, pois ele não contempla com benefícios àquela área; criação da via-expressa, a qual atingirá as dunas, etc; movimento de emancipação do norte da ilha;
- Vargem do Bom Jesus: preocupação com os mega empreendimentos que já estão sendo colocados em prática; saneamento básico;
- Praia Brava: dificuldades no trânsito; segurança; saneamento; mega empreendimentos que resultam na degradação ambiental;
- Jurerê Internacional: conseqüências da exploração imobiliária; construção do trapiche com possibilidade de navegação pesada na entrada da Baía, o que trará problemas, principalmente ambientais;
- Daniela: saneamento básico, sendo que tudo acabou desaguando nas suas águas; falta de "ouvidos" dos órgãos públicos aos reclames da população da cidade;
- Ratonos: drenagem do Rio Ratonos; saneamento básico; degradação ambiental;

RELATÓRIO FINAL

- Saco Grande: grande necessidade de áreas de lazer;
- Professor da UFSC: alertou sobre as conseqüências do interesse imobiliário, o que provoca dominação e ocupação da terra sem contrapartida, ou seja, em benefício dos grandes grupos econômicos sem visar o interesse da população;
- Monte Verde: segurança; saneamento básico.

Teodoro encerrou sua fala dizendo para que nos unamos nessa luta e possamos sair desse encontro com a consciência da necessidade de fazer com que a mobilização continue e que possamos formar um todo na defesa dos interesses da nossa cidade, principalmente da nossa região que é onde moramos.

4) ENCAMINHAMENTOS

Zulamar: Fez um resumo das proposições colocadas:

- regulamentação, no âmbito do município, do Estatuto da Cidade;
- cumprimento do Estatuto da Cidade;
- criação de um símbolo que expresse a luta do movimento sócio-comunitário e do Fórum da Cidade;
- criação de um dossiê sobre as situações que acontecem na cidade e que contrariam o Estatuto da Cidade, e que se acompanhe de um jornal, a fim de tomar cada vez mais público;
- abertura de uma ação, no Judiciário, no Ministério Público, responsabilizando a administração municipal;
- criação, mobilização, articulação de uma assessoria jurídica às associações comunitárias (nesse sentido, colocou que o Fórum da Cidade está realizando um estudo, através de sua Comissão Jurídica, junto à UFSC, à OAB, e pensa também junto à algumas universidades particulares que prestam assessoria jurídica, para discussão dessa assessoria jurídica gratuita ou possibilidade de ser paga);
- implementação de audiências públicas;

RELATÓRIO FINAL

- cobrança, junto ao Legislativo Municipal, sobre a questão do Estatuto da Cidade e de outras questões que estão acontecendo na cidade;
- conseguir contrapartida das construtoras para a comunidade;
- um alerta: a perda de etnia e de identidade cultural da Ilha;
- uma denúncia: recusa do poder público municipal em atender às demandas das comunidades.

Depois disso, perguntou à plenária se todas as proposições estariam aprovadas, o que foi confirmado. Abriu, então, a palavra para quem quisesse se colocar.

Salete: Colocou que será elaborado um relatório de cada região, pelas estagiárias, a fim de ser entregue às comunidades. Sugeriu, então, que esse relatório seja enviado também para o Ministério Público e para o poder público municipal, para que possam ver que o povo está atento. (Aprovada proposta)

Ricardo: Informou que sua comunidade possui um abaixo-assinado, o qual foi recolhido durante várias segundas-feiras, na Esquina do Povo, no Centro da cidade, contando com 2 ou 3 mil assinaturas, exigindo da Câmara de Vereadores que não sejam aprovadas obras que não contemplem saneamento básico. Aproveitou a oportunidade para propor que se desengavete e se encaminhe, indicando que o material está com Cristina (Ingleses/Santinho).

Joel: Esclareceu que estavam acontecendo 5 Seminários em toda Ilha e Continente, dos quais sairão os documentos. Indagou o que iríamos fazer com tudo isso, convidando e salientando a importância da participação nas reuniões do Fórum da Cidade (nas quartas-feiras, de 15 em 15 dias, na UFSC), onde se avançaria no que está sendo discutido, abrindo possibilidades de ação concreta. Salientou que esse grupo agrega vários profissionais (Arquitetura e Urbanismo, Sociologia, Direito, Engenharia Ambiental, etc.).

RELATÓRIO FINAL

Zulamar: Colocou, concluindo, mais uma proposição:

- *continuação, por parte do Fórum da Cidade, dessas estratégias e ações de mobilização das comunidades.*

Sérgio Murad (Lagoa): Observou que o Seminário da Lagoa havia sido realizado na terça-feira anterior, com o propósito da divulgação do Estatuto da Cidade, o que reuniu uma pauta de reivindicações. Salientou que percebeu, na Lagoa em em Coqueiros, que 2 temas irão estar sempre presente nesses Seminários: o saneamento básico e a segurança.

Na sua opinião, a segurança está se transformando em um problema terrível e a sociedade está deixando que o poder público fique de lado, como se não tivesse nada a ver com essa criminalidade. Cita exemplos de violência e drogas na Lagoa e, indignado, diz que ninguém faz nada diante disso, nem mesmo a polícia.

Conta que sua origem é de São Paulo e que já viu o mesmo que está acontecendo aqui, acontecer lá. "São Paulo era uma cidade maravilhosa na década de 1950", disse ele. Diante disso, fez um apelo, como já havia feito nos outros Seminários: que as pessoas se mobilizem e que realmente pressionem o poder público, o governo do Estado, a Secretaria de Segurança Pública, para que eles coloquem a polícia nas ruas. Salienta a questão social, o desemprego, que é causa agravante de todo esse problema.

Encerra dizendo que, a sociedade organizada precisa fazer movimentos de demonstração pública e conversar com as autoridades conhecidas.

Simone: Chamou a atenção para o seguinte fato: o Fórum da Cidade é todos nós. Esse Fórum é um grupo de lideranças do movimento comunitário, a UFSC também está envolvida, e essas pessoas se reúnem de 15 em 15 dias, nas quartas-feiras. A cartilha do Fórum da Cidade (cinza) contém no verso os contatos desse Fórum. Pediu para que todos comparecessem às reuniões e que estejam juntos no processo.

RELATÓRIO FINAL

Thomaz: Fez uma síntese de todas as propostas. De acordo com as reivindicações de todas as comunidades, as mais citadas, em ordem decrescente, foram:

- 1) Saneamento básico (citado por todas);
- 2) Meio ambiente e expansão imobiliária (quem mais degrada o meio ambiente em Florianópolis são as grandes corporações imobiliárias);
- 3) Falta de espaços de lazer;
- 4) Segurança.

Concluiu dizendo que estas seriam as prioridades para luta em comum no norte da Ilha.

Zulamar: Citou uma proposição feita por Cristina: que desses 5 Seminários seja priorizada uma ação para que realmente se faça vitoriosa. Por exemplo: a regulamentação do Estatuto da Cidade, para que, no âmbito municipal, segundo ela, se resgate a esperança que parecia perdida.

Encerrou salientando que cada região, internamente, também deve continuar se articulando.

Pleter: Em primeiro lugar, pediu à todos os presentes para quem tiver uma oportunidade, fazer contato com a mídia e expor o que foi discutido.

Em segundo lugar, disse que, por experiência própria (herança passada por pais e avós), sabe que as coisas só funcionam no coletivo. Por isso, pediu para que todos se unam, fazendo até mesmo sacrifícios, ausentando-se de outros compromissos, para participar.

Zulamar: Concluídas as proposições, disse estar muito feliz e emocionada, enquanto representante do NESSOP, de nos ver construindo uma cidadania coletiva, ou seja, nos unindo na defesa dos direitos e assumindo deveres. Encerrou agradecendo por ter esta participação.

RELATÓRIO FINAL

Thomaz: Deixou a disposição das comunidades seu telefone, o qual constava no convite do evento. Reforçou que a UFECO retomou suas atividades na cidade e que uma das grandes foi a parceria nesses 5 Seminários Regionais. O nome da chapa que venceu é "UFECO Viva", exatamente porque ela vive na comunidade. Saliu que a UFECO é por direito, representante legal da comunidade, junto aos órgãos públicos. Agradeceu a presença de todos e disse que a entidade estaria à disposição.

Joel: Agradeceu a paciência de todos e lembrou o que havia falado Pleter, de que só se avança no coletivo, salientando que participar é uma maneira de se passar essa herança. Observou que é necessário que passemos para outros.

Encerrou o evento reforçando que nós só vamos avançar se estivermos juntos e que, enquanto existir a divisão seremos reinados. Desejou boa noite à todos prometendo notícias, e dizendo que também as esperaria.

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 2

ANEXO 3

NOME: Lino Peres
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2348830
ENDEREÇO: Rua Lauro Linhares, 1775, apto 301 oeste
E-MAIL: linolp@uol.com.br

NOME: Dulce Galle
ENTIDADE:
FONE: 3349940 - 99635650
ENDEREÇO: Rua João Paulo, 805
E-MAIL: galle@prt12.mpt.gov.br

NOME: Lourenço Orth
ENTIDADE: Pantanal
FONE: 2317364
ENDEREÇO: Rua João Tâncio, 119, Pantanal
E-MAIL:

NOME: Rosanea Martins
ENTIDADE: UFSC
FONE: 3338173
ENDEREÇO: Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 56, apto 306 B
E-MAIL: Rrn.martins@terra.com.br

NOME: Paulo G. Ruver
ENTIDADE: FAMESC
FONE: 2246779
ENDEREÇO: Rua Clemente Roveri, 194 - casa 22
E-MAIL: Pgr1199@tj.sc.gov.br

NOME: Moisés Santos
ENTIDADE: UNISUL
FONE: 99018955
ENDEREÇO: Rua Silvério João Ferreira - Saco dos Limões
E-MAIL:

NOME: Sarita Klava Valente
ENTIDADE: UFSC
FONE: 303331863
ENDEREÇO: Rua Cruz e Souza, 625 – Palhoça
E-MAIL: saritavalente@yahoo.com.br

NOME: Amanda de Aguiar
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2330514 - 2243861
ENDEREÇO: Rua Francisco Goulart, 103 ap 704
E-MAIL: amanditaag@hotmail.com

NOME: Maria Clara Fernandes
ENTIDADE: Grupo 3ª idade Monte Verde
FONE: 2386084
ENDEREÇO: Rua Sosofras, 61
E-MAIL: raiaca@bol.com.br

NOME: Simoni Terezinha
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2361161
ENDEREÇO: Rua João Jorge Bittencourt Mussi, 77 – Carianos
E-MAIL: sibentencourt@ig.com.br

NOME: Juliana Pereira
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2333198
ENDEREÇO: Rua Maria Eduarda, 48 – Pantanal
E-MAIL: julipere@bol.com.br

NOME: Keila Rosa
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2462631 - 99680033
ENDEREÇO: Rua Bom pastor, 650- Barreiros – São José
E-MAIL: Keila-rosa@bol.com.br

NOME: Luiz C. Ribeiro
ENTIDADE: AMVIC
FONE: 2382462 – 2389261
ENDEREÇO: Vila Cachoeira
E-MAIL:

NOME: Vanderlei Souza
ENTIDADE: 2386109 – 2383030
FONE: Rua Botafogo, 163 – Bairro João Paulo – Saco Grande I
ENDEREÇO:
E-MAIL:

NOME: Jose Pfreger
ENTIDADE: UFSC
FONE: 99079327 – 2519731
ENDEREÇO: Rua Francisco Turnês, 579 – Sul do Rio – Santo Amaro
E-MAIL:

NOME: Rosalina Maria Braga
ENTIDADE: Grupo de 3º idade Monte Verde
FONE: 2380379
ENDEREÇO: Rua Sassafráz, 71- Monte Verde
E-MAIL:

NOME: Clara F. Aranovich
ENTIDADE: Moradora Saco Grande I
FONE: 2380464
ENDEREÇO: Rod. João Paulo, 2656
E-MAIL:

NOME: Aparecida Gonçalves
ENTIDADE: Comissão Moradores Pró João Paulo
FONE: 3348036
ENDEREÇO: Serv. Santiago, 63
E-MAIL:

NOME: Virginia lima Reis
ENTIDADE: AMSOL
FONE: 2389252 – 99975160
ENDEREÇO: Rua José Candido Amorim, 113
E-MAIL:

NOME: Eroni Ribeiro
ENTIDADE: Saco Grande II
FONE: 2381114
ENDEREÇO: Serv. Belo Horizonte, 23
E-MAIL:

NOME: Norma Furtado
ENTIDADE: Saco Grande II
FONE:
ENDEREÇO: Serv. Belo Horizonte, 23
E-MAIL:

NOME: Deise Vicente Oliveira
ENTIDADE: UFSC
FONE: 3333495 – 3233495
ENDEREÇO: Rua Eduardo Nicolechi, 286 – Agronômica
E-MAIL: deisevo@bol.com.br

NOME: Zulamar B. Castro
ENTIDADE: NESSOP
FONE: 2330600
ENDEREÇO: Rua Perci João de Borba, 380 – Trindade
E-MAIL:

NOME: Pieter Hivan Linschoten
ENTIDADE: Assoc. Mor. Praia Brava
FONE: 3334570 – 99820899
ENDEREÇO: Rua Delminda Siloveira, 288 apto 402
E-MAIL: pieterlins@uol.com.br

NOME: Valmir Ferreira
ENTIDADE: Assoc. de Moradores do Ratores
FONE: 2668069 – 2668065
ENDEREÇO: Rua João Januário da Silva, 6735
E-MAIL:

NOME: Carlos Magno
ENTIDADE: NESSOP
FONE: 2322332 – 91141162
ENDEREÇO: Rua Laurindo Januário da Silveira, 2350
E-MAIL: cmanonunes@uol.com.br

NOME: Rosana Baron Zimmer
ENTIDADE: SENAI
FONE: 2395835
ENDEREÇO: Saco Grande
E-MAIL: Rosana@ctai.rct-sc.com.br

NOME: Evelyse
ENTIDADE: SENAI
FONE: 2395837
ENDEREÇO: Saco Grande
E-MAIL: evelyse@ctai.rct-sc.br

NOME: Rita
ENTIDADE: SENAI
FONE: 2395805
ENDEREÇO: Saco Grande
E-MAIL: Rita@ctai.rct-sc.br

NOME: Fernanda Da Silva
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2345017 - 99774702
ENDEREÇO: Rua João Pio Duarte Silva, 404 Apto 201 A
E-MAIL: fernandaslv@hotmail.com

NOME: Fabiane Schneiders
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2331103
ENDEREÇO: Rua Clodorico Moreira, 38 – Santa Monica
E-MAIL: fabianesch@hotmail.com

NOME: Rejane Cristina dos Passos
ENTIDADE: UFSC
FONE: 2570398
ENDEREÇO: Rua Lairton Costa, 198 – São José – Picadas do sul
E-MAIL: rejanegreat@ig.com.br

NOME: Teodoro José da Silva
ENTIDADE: Assoc. Mor. Do Lot. João Gonzaga da Costa
FONE: 2380265 – 2381464
ENDEREÇO: Rua da Apicultura, 139 – Saco Grande
E-MAIL: teodorojds@bol.com.br

NOME: Daniel Antonio Dusi
ENTIDADE: Ass. Amigos do Carijós
FONE: 2824388 – 2821863 – 2829002
ENDEREÇO: Av. dos Coqueiros, 667 – Balneário Daniella
E-MAIL: Daniel.amigo@matrix.com.br

NOME: Iraci M. Dusi
ENTIDADE: Ass. Amigos do Carijós
FONE: 2824388 – 2821863 – 2829002
ENDEREÇO: Av. dos Coqueiros, 667 – Balneário Daniella
E-MAIL: Daniel.amigo@matrix.com.br

NOME: Thomaz Pereira
ENTIDADE: UFECO
FONE: 2821369
ENDEREÇO: Rua Jurerê Tradicional, 1226 – Jurerê
E-MAIL: Jose.tomaz@uol.com.br

ANEXO 10

PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA:

- 1) NA SUA OPINIÃO, A LUTA PELO DIREITO À CIDADE DESENVOLVIDA PELO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DA REGIÃO NORTE REVELA QUAIS AVANÇOS E QUAIS DIFICULDADES? (MOB, PART, DEM. ART)
- 2) COMO MEMBRO ATUANTE DO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DA REGIÃO NORTE DA ILHA, COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA REGIÃO NA SUA LUTA PELO DIREITO À CIDADE?
- 3) COMO MEMBRO ATUANTE DO MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DA REGIÃO NORTE DA ILHA, COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NA SUA LUTA PELO DIREITO À CIDADE?
- 4) NA SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS ELEMENTOS QUE VÊM FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO DA REGIÃO NORTE DA ILHA NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE?
- 5) O SEMINÁRIO REGIONAL DO FÓRUM DA CIDADE – NORTE DA ILHA FORTALECEU A LUTA PELO DIREITO À CIDADE? POR QUÊ? COMO ASSIM? DETALHAR. FORTALECEU A AGENDA DE LUTAS? O TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO DESENVOLVIDO, NA SUA OPINIÃO REVELOU QUAIS AVANÇOS E DIFICULDADES? (PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA)

ANEXO 11

ENTREVISTA COM JOSÉ THOMAZ PEREIRA, REPRESENTANTE DA UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS - UFECO NA COMISSÃO ORGANIZADORA DO SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA

1) Na sua opinião, a luta pelo direito à cidade desenvolvida pelo movimento sócio-comunitário da região norte revela quais avanços e quais dificuldades?

Em termos de avanço, com relação à cidade, com o crescimento que a cidade está tendo hoje, as pessoas vêm pra cá procurando trabalho, iludidas por ser a capital número 1 do país. Então, hoje temos muitas pessoas morando em condições precárias, sem água e sem luz. Temos o problema da especulação imobiliária, o loteamento de áreas de preservação, invasões, etc. E a cidade cresce também para as pessoas mais ricas, que são minoria. Para a população em si, não. Difícil acesso ao posto da saúde, porque são pessoas que vêm de fora, que não têm carteira, crianças até sem registro de nascimento. Para quem tem o poder é mais fácil. O movimento em relação à cidade está muito bom, muito forte. Mas, devido a certas atitudes da prefeitura o movimento enfraqueceu muito. Forte no que diz respeito à mobilização popular para busca de posto da saúde, transporte coletivo, escola, mas mesmo assim, a própria prefeitura hoje isolou o movimento comunitário. Há mais ou menos 4 anos atrás começou a colocar nessas Associações/movimentos comunitários/Centros Comunitários pessoas ligadas à ela e isso enfraqueceu o movimento. Hoje nós temos uma luta na minha comunidade, Jurerê, por uma escola, então está tendo um choque de vaidades.

Uns querem uma escola que daqui há 2 anos tem que construir outra. Já outros querem uma que dure 10 anos. Então, essas conquistas se tomam mais difíceis, embora a comunidade esteja unida. Principalmente no Norte da Ilha. Inclusive as Associações que estão do lado deles têm uma dificuldade muito grande.

2) Como membro atuante do movimento sócio-comunitário da região norte da ilha, como você avalia o processo de mobilização da região na sua luta pelo direito à cidade?

Por exemplo: o Movimento Floripa sem pedágio. O movimento se uniu, brigou e conseguiu e se desmobilizou. Voltou a ameaça e o movimento se reuniu novamente, às pressas. Outro exemplo: Movimento de Esgoto. Brigaram pela causa e com uma promessa da CASAN o movimento de desfez. Então, é o movimento da hora. Briga, mas assim que consegue a vitória o movimento desmobiliza. É o que acontece hoje no Norte da Ilha. Você poderia ter muito mais coisas, mas não tem. São vitórias momentâneas. Não há continuidade no trabalho e não faz com que essa reivindicação seja bem maior, já que você tem um peso, representa uma comunidade. Na nossa articulação assim constante no Norte da Ilha não tem. No bairro tem, mas as Associações brigarem em termos de região não. Isso sem falar nas vaidades pessoais de presidente com presidente. O Norte da Ilha está bem desarticulado.

3) Como membro atuante do movimento sócio-comunitário da região norte da ilha, como você avalia o processo de participação da região na sua luta pelo direito à cidade?

Quando precisa todo mundo participa, não participam constantemente, mas participam. Quando vai se fazer um movimento com alguma reivindicação você tem uma adesão muito grande das comunidades, das Associações, mas é específico. Por exemplo: o FOPECONI (Fórum Participativo de Entidades Comunitárias), o qual legalmente nunca existiu. Foi uma forma de reunir lideranças para atacar alguns problemas. Na hora que os problemas começaram a se resolver, de um lado e não do outro, o Fórum começou a se dissolver. Foi o que aconteceu também agora com o movimento de emancipação do Norte da Ilha. Não sei até que ponto a articulação popular chega aos interesses próprios, porque criar uma cidade envolve muitas coisas. E o movimento não tem uma adesão geral, uns são contra e outros a favor. Mesmo assim não está articulado, na minha opinião não tem repercussão, não chama a atenção das pessoas.

4) Na sua opinião, quais são os principais elementos que vêm fortalecendo a participação da região norte da ilha na luta pelo direito à cidade?

Geralmente, como cidadão, você tem que participar na vida da cidade. O Norte da Ilha é uma região muito nobre em valor imobiliário e turístico, mas carente em esgoto, falta d'água no verão, energia. A população sempre está se mobilizando/articulando nisso, mas é abandonada pela prefeitura. Você ainda vê ruas sem calçamento, transporte coletivo precário em certos locais, (mais ou menos 100.000 habitantes) ausência de posto de saúde que funcione 24 horas, somente 1 ou 2 delegacias de polícia, etc. Mesmo em alguns locais com uma estrutura grande para o turismo, há dificuldades de serviços públicos. Nos Ingleses hoje existem 2 favelas. Uma delas poluindo uma das reservas de água

mais importantes da Ilha, nas dunas, e o poder público não faz nada. Através do plano diretor só querem fazer uma estrada em cima das dunas. Valoriza-se a especulação imobiliária e desvaloriza-se as origens da terra, os nativos. Cria-se o choque: rico – pobre. Que é muito do ilhéu: “eu sou gaúcho, você é catarina”. Isola-se muito o ilhéu, o manezinho (que está desaparecendo) e essas pessoas que vêm procurar alguma coisa aqui, procuram muito o Norte da Ilha, mas tem esse problema, esse choque social. Falta trabalho. Muitas empreiteiras trazem mão-de-obra de fora. Há uma discriminação muito grande em relação ao manezinho. O que fortalece muito a participação é a união e é o que as pessoas lá estão tentando fazer, só que como a participação não é contínua e sim momentânea, eu não sei até aonde ta fortalecendo o Norte da Ilha. Para mim só ta enriquecendo donos de hotel e pousada, e não o todo (as comunidades pobres). Existem bolsões de pobreza. O direito à cidade só está existindo para quem tem condições de usufruir dele. Porque o direito à cidade é moradia, educação, saúde, transporte coletivo adequado, área de lazer, etc. então, alguém ta levando isso. Porque financeiramente se tem condição de fazer uma coisa melhor e de fortalecer o movimento, mas o interesse de alguns não deixa e alguns presidentes de Associações também não se preocupam muito com isso. Esse é o grande problema. A troca de interesses no Norte da Ilha é muito grande.

5) O seminário regional do fórum da cidade – norte da ilha fortaleceu a luta pelo direito à cidade? Por quê? Como assim? Fortaleceu a agenda de lutas? O trabalho de mobilização desenvolvido, na sua opinião revelou quais avanços e dificuldades?

Sim, fortaleceu. Porque muitas pessoas que não tinha conhecimento sobre o Estatuto da Cidade, a UFECO, do trabalho que a universidade vem empregando para fortalecer os movimentos comunitários. Eu acho que qualquer tipo de reunião onde você procura botar um grande número de lideranças e pessoas que queiram conhecer e participar como movimentos ativos na luta pela cidadania, eu acho que valeu a pena. Demonstram que, eu acredito que o Seminário Regional do Norte da Ilha teve poucas pessoas, mas teve qualidade no debate, porque quase que todas as reivindicações foram iguais. As grandes preocupações foram o meio-ambiente, a especulação imobiliária, as construções irregulares de prédios, o problema do esgoto. Por exemplo: o Rio Papacuara está totalmente poluído. A preocupação é que você consiga ter um padrão de vida/qualidade de vida boa no seu meio-ambiente (água boa, que você possa ter um jardim, horta, porque os grandes terrenos estão sumindo para que se construam prédios). Antigamente se via um monte de Quero-quero e hoje só tem uns 3 fazendo barulhinho. Depois vem a segurança, a educação. As comunidades estão vendo que não adianta eu ser teu vizinho e colocar um muro de 3 metros no meio, que não funciona. Eu tenho vizinho, mas ao mesmo tempo não tenho. Então, nós temos que ter um consenso. Vamos fazer uma cerca onde a gente possa se olhar. E esses Seminários/Fóruns teriam que ter com mais frequência. Aí você teria que ter uma participação maior, expondo as suas idéias e ouvindo as idéias dos outros. Por essa formação de núcleos nos bairros, onde muitos começam a puxar pro seu lado ao invés de ajudar. É a mesma coisa se tiver uma rua de 1.000 metros e eu só quiser asfaltar em frente à minha casa, eu sei que mais cedo ou mais tarde, o asfalto vai estar quebrado porque não tem

sustentação. Então, as pessoas tem que começar a se conhecer, a se entender e depois resolver os problemas. Primeiro precisamos resolver os nossos problemas para depois os da comunidade, partindo do princípio de que caridade se começa em casa. Eu não posso reclamar da prefeita se eu não pago o IPTU. É caro? É. Se ele é bem usado, aí cabe à nós fiscalizarmos, cobrarmos. Essa é a função do movimento comunitário e do cidadão. Isso você consegue através dos Fóruns/Seminários/reuniões. Eu acho que é a maneira mais fácil de você chegar a ter uma cidade plena, tendo seu direito de cidadão respeitado a respeitando o dos outros.

A agenda de lutas ela tem que andar junto com o Estatuto da Cidade, se não voltamos ao princípio: você luta por uma coisa e eu luto por outra. Com a regulamentação do Estatuto da Cidade, aí fica muito mais fácil. Porque você tem um documento que te diz que tens direitos. Que seria a Agenda 21 que foi criada e que até agora não funcionou, exatamente por causa disso. Porque o Estatuto da Cidade vai tirar o poder de alguém e vai dar esse poder para alguém. O fortalecimento da luta depende disso. Porque quando você começa a dividir poder, você começa a aumentar a luta. Mas, o Estatuto da Cidade prevê isso, que a comunidade participe das decisões (Gestão Democrática). Só que aí cabe aos Fóruns ... saber o que vão pedir e como vão pedir e a dar continuidade à luta. Para isso é preciso fortalecer as comunidades, os grupos de trabalho, não procurando dividir e esquecendo vaidades pessoais. Porque, devido ao período eleitoral (2 em 2 anos), há um certo período em que todo mundo tá unido até chegarem as eleições. Aí cada um vai pro seu lado. É um direito que as pessoas têm, só que aí já começa a haver o benefício próprio, como é o caso de alguns

presidentes (oportunismo). Agora estamos fortalecendo, novo governo ... essa luta é longa e cansativa, quando se começa a articular chegam as eleições (principalmente as municipais, onde as pessoas quase não se omitem), desarticulando o movimento/choque de interesses. O que se tem que buscar é que fiquemos unidos independente do ideal político. E isso é complicado. O grande problema do FOPECONI foi esse. Acaba a vontade de luta e passa mais para a luta partidária, se elegendo ou elegendo seu candidato para dar suporte à sua região. Isso distancia as pessoas. As pessoas não sabem dividir a luta/participação comunitária na vida dela e a participação na vida pública/política. Porque o político se elege e esquece. Há mais de 10 anos eu digo que nós precisamos eleger um vereador do Norte da Ilha (Canasvieiras, Jurerê, Ingleses, daquela região) para que ele mostre ao prefeito o que se precisa fazer na região, trazendo benefícios econômicos para todos (ricos e pobres – escola, saúde ...).

A realização do Seminário com todas as dificuldades encontradas já provou que foi um bom trabalho. Dificuldades existem sempre, principalmente quando não se tem o fator financeiro. O trabalho no Norte da Ilha com relação à universidade foi excelente, muiot bom. O Seminário em si foi muito bom. 80% praticamente, foi feito por vocês, vocês conseguiram realizá-lo, fazer o que foi proposto. A mobilização foi perfeita da nossa parte, eu liguei no dia anterior avisando as pessoas sobre o Seminário, cobrando a participação. Se elas não vieram não foi problema da mobilização. Ela foi feita, os convites/visitas foram feitos. Se as pessoas não participaram foi porque não quiseram/puderam. Mas em termos de qualidade foi excelente. O conjunto das idéias, as reivindicações foram sérias, coletivas, não visando as comunidades, ms sim o Norte da Ilha como

um todo. Apesar do número pequeno, a qualidade foi muito boa. Visando melhora na cidade, no Norte da Ilha. Tanto é que nos debates todas as reivindicações foram respaldadas na sinceridade/seriedade, na necessidade da comunidade do Norte da Ilha. Claro que cada comunidade tem seus problemas diferentes, mas o Seminário em si, apesar das dificuldades o avanço foi fantástico. Abriu uma perspectiva de as pessoas até me cobrarem alguma coisa, sobre o resultado. Houve a cobrança e, por motivos profissionais a gente não pode dar um retorno satisfatório. Na medida do possível estou dando retorno. A experiência da UFECO, com o NESSOP/UFSC e o Fórum da Cidade foi bem válida e eu acho que deve se repetir até as pessoas terem conhecimento de que é necessária a participação, sempre mantendo a qualidade.

Em que a mobilização contribuiu para a qualidade da participação?

As pessoas que estavam envolvidas na mobilização foram pessoas que abraçaram a causa (citou o empenho das alunas). O contato dos alunos convidando as lideranças, na casa delas, foi fundamental. Talvez não se tenha alcançado todas as lideranças, mas o que foi proposto foi o possível. E o que não foi feito pelas alunas cabia à UFECO, ao Fórum, que tinham a sua participação. Fizemos o possível. Foi uma mobilização bem feita, mas houveram falhas (lá dentro no credenciamento, no tentar explicar as coisas...normal) em virtude do acúmulo de tarefas. Podemos melhorar o que foi feito. Por exemplo: muitas lideranças não foram. Precisamos saber por quê. Da próxima vez temos que explicar a importância delas. Porque Jurerê não foi? Forte? Canasvieiras? Temos que buscar essa resposta. Se não foram é porque houve algum erro/falha de

comunicação/empenho mais da UFECO, do Fórum da Cidade, por termos uma convivência bem mais forte com eles nós poderíamos ter até cobrado a presença deles. Eu, por exemplo, não cobrei, apenas convidei. Deveria ter cobrado, conscientizando de que estamos discutindo coisas e “você não participou”, onde todo o Norte da Ilha também está discutindo educação. As duas Associações que são de peso/pela própria referência do local (Jurerê e Canasvieiras) não estavam presentes! Houve uma falha de cobrança, não de vocês, mas das lideranças do Fórum e da UFECO. O papel de vocês foi feito (visitar e convidar). Nós como lideranças/representantes de entidades que representam a cidade e as Associações de Moradores, tínhamos obrigação de cobrar deles. Certas falhas precisam ser corrigidas para os próximos. É mais fácil para a liderança, do que a aluna ir visitar, cobrar porque conhece. Pode telefonar e cobrar. As pessoas que tinham que estar presentes não vieram, por omissão deles e nossa também. A mobilização nessa parte de cobrança das lideranças comunitárias, você tem esse direito de cobrar. Jurerê luta pela estação de esgoto que não está pronta. Canasvieiras já tem grande parte servida por rede e não está ligado nas casas. São problemas locais diferentes, mas que se referem ao saneamento básico. É muito mais forte se juntarem para brigar. E não adianta colocar desculpas de falta de tempo. Foi o que definimos como prioridade a realização do Seminário. Precisávamos encontrar um tempo para fazer isso. Cobrar que fosse ou mandasse representante. Eu cobrei de Jurerê, mas cobrei depois e deveria ter cobrado antes. Inclusive Sambaqui não estava presente. Nós não poderíamos representar as comunidades, estávamos organizando. Não falei no debate para dar oportunidade para outros. As idéias têm que ser novas.

ANEXO 12

ENTREVISTA COM JOEL IVO BALCONI, REPRESENTANTE DO FÓRUM DA CIDADE NA COMISSÃO ORGANIZADORA DO SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA

1) Na sua opinião, a luta pelo direito à cidade desenvolvida pelo movimento sócio-comunitário da região norte revela quais avanços e quais dificuldades?

Tendo como referência o passado (5 à 10 anos atrás), percebe-se hoje uma consciência cidadã muito mais instrumentalizada. As pessoas estão percebendo uma necessidade/imperativo de participação. Porém, não é tanto quanto a gente precisa, mas está bem mais avançada. E de maneira geral, como vem acontecendo nos últimos 2 anos, várias reuniões, conversas para se discutir isso e o instrumento, o Estatuto da Cidade, não foi só um instrumento, mas um motivo para as pessoas se reunirem e discutirem alguma coisa sobre a cidade. Antes a gente queria chamar uma reunião, mas não tinha uma coisa concreta. Ou era muito imediata ou muito particular. E o Estatuto da Cidade é um chamado mais global/macro da cidade. Eu acho que a gente precisa aproveitar esse momento. Hoje a gente discute o Estatuto da Cidade, a forma de regulamenta-lo e, ao mesmo tempo, um plano estratégico. Tudo em cima do Estatuto.

2) Como membro atuante do movimento sócio-comunitário da região norte da ilha, como você avalia o processo de mobilização da região na sua luta pelo direito à cidade?

É muito acanhado, precário, no fundo mesmo acho que é um pouco da cultura do medo, quando a gente se aproxima dos grupos para conversar, a primeira reação: aí vem encrenca, não quero saber. Quando as pessoas precisam de alguma coisa e procuram as Associações de Moradores, Conselhos, começam a perceber que não é da conversa de um dia para o outro, é necessário um tempo de maturação, de conversa, as pessoas começam a construir o seu espaço, mas essa leitura eles não fazem. O medo vem desde os motivos políticos (tradição de se aproveitar politicamente os movimentos sociais) ou o costume de se trabalhar individualmente/politicamente o cidadão para atraí-lo/cooptação e o troca-troca, muito comum. Tudo isso gera uma certa distância a reflete o medo das pessoas. Uma pesquisa que saiu agora na Barra do Sambaqui, muitas pessoas disseram que não vale a pena ir no Conselho Comunitário porque é muita discussão e não acontece nada. E aí eu me pergunto: Como é que nós vamos fazer para se trabalhar/fazer alguma coisa. Tu não vás discutir o que quer primeiro? Não existe a parte da construção do motivo. O movimento peca muito por isso. Não se tem uma abertura para discussões, mesmo que lúdica, de sonho, de esperança/necessidade para se avançar um pouco na qualidade de vida coletiva e individual. Não se consegue nada porque não se discute ou se discute e não se consegue nada? Essa compreensão não é muito clara para as pessoas, a gente tem tentado passar isso. Não se consegue nada do dia para a noite. Um exemplo prático: Se você tem 40 anos, quanto tempo demorou para comprar um automóvel? Desde quando imaginou? Etc. E acontecem muitas coisas nesse meio que atrapalham, às vezes a vaidade, a mesquinhez. Mas é a nossa cultura, nosso hábito. Essa baixa estima que não nos leva a ser propositivo. Leva a uma

participação de “puxar”, não vai e não vai ... Falta um pouco de auto-estima e coragem, de ser provocativo. E a gente faz muito isso na nossa região, mesmo que a gente saiba que não vai levar nada, mas a gente provoca as pessoas para acordar. Não sei se é certo, mas não dá para ser de todo bonzinho. Dentro desse processo todo há de se pensar novas formas de ação. Precisamos inovar, não podemos ser eternos figurantes do processo que a gente faz de conta que participa no espaço da cidade. Hoje em dia estamos sendo muito acomodados, as pessoas fogem um pouco da responsabilidade. A cultura é assim, aqui é meu muro e fora daqui eu posso jogar o lixo porque a rua é de todo mundo (não sou responsável, não é de ninguém). Essa cultura permeia as relações e o nosso comportamento diário.

3) Como membro atuante do movimento sócio-comunitário da região norte da ilha, como você avalia o processo de participação da região na sua luta pelo direito à cidade?

Eu fiz um apanhado geral da mobilização e da participação porque uma coisa leva à outra. Há um despertar na cidade, se dá por grupos, inseridos nas regiões. Como a Ilha é espaço geográfico limitado, a gente percebe que essas regiões e essas participações estão fechadas no mesmo espaço geográfico, se fosse no Continente as pessoas estariam avançando em direção à Serra, mas aqui na Ilha é bem localizada. Cada vez mais a gente percebe os grupos crescendo em volume e em quantidade, segmentos da cidade participando e cada vez ela é mais instrumentalizada. O Estatuto da Cidade vem dando a possibilidade de se avançar na instrumentalização das pessoas. Nesse sentido, ele é muito

importante e cada vez mais a gente percebe o aumento das classes que estão participando desse movimento. Antigamente a gente via ou só as pessoas de baixa renda ou só os pescadores ou o segmento de determinada região. Mas, hoje temos desde o analfabeto até mestrados da universidade participando do movimento. Esse leque vem ampliando e dando a capacitação e instrumentalização das pessoas (capacitadas estão). Esse leque ajuda com que o movimento avance, está ampliando. Não é uma participação massiva, constante, mas cada dia tem mais pessoas de vários segmentos participando. Nesse sentido, se vislumbra uma possibilidade a curto prazo de uma participação instintiva. As pessoas estão percebendo que cada um, e as partes de cada um somadas, *passam a fazer parte do Estado, e as pessoas são o Estado, que elas que deveriam dar as diretrizes, que sem essa parceria não terão retorno.* Ultimamente, a gente percebe isso na cidade. Aqueles parceiros que sempre ficavam deslocados, que estão numa camada que só visava o mercantilismo e o privado, estão percebendo que se eles não se inserirem no meio urbano, eles vão ficar cada vez mais isolado. E os parceiros são as pessoas que estão próximas (dentro da cidade), sem isso não vão avançar. É por isso que existem esses movimentos grandes de responsabilidade social, que são pessoas que estão participando desses processos, deles inclusive, não estão fora. Felizmente algumas parcelas estão percebendo isso. Esse crescimento de volume de baixo para cima, uma abertura de cima para baixo para haver uma integração dessas camadas sociais. Nesse sentido, há uma boa receptividade.

4) Na sua opinião, quais são os principais elementos que vêm fortalecendo a participação da região norte da ilha na luta pelo direito à cidade?

O desespero do caos social, as pessoas estão se dando conta que a passagem de ônibus é muito cara em relação ao salário, as ruas estão cada vez mais problemáticas, as praias estão poluídas, alimentação e lazer são muito caros, no Centro as pessoas estão preocupadas com assaltos, etc. a preocupação e o desespero (a segurança pessoal) estão levando as pessoas a se acordarem para se dar conta do que não se sabe o que é ainda. Faz parte desse movimento. É um movimento surdo e esfumacento, não justifica de onde que vem e para onde que vai, mas está aí no ar. Há um sentimento Solto. As pessoas estão inseguras. Há mais a preocupação com os 20% de desempregados, 50% da população está no limite de dignidade de vida (70 milhões). Essas coisas todas são muito subjetivas, mas ao mesmo tempo estão muito próximas da pele das pessoas e não só para nós aqui (cidade, país, continente). 50% da população da Terra está nesse limite de dignidade humana. Daqui há pouco isso aqui é um caldeirão! E isso vai para a mente do ser humano/cidadão e começa a crescer como se fosse um tumor na cabeça e ninguém tem controle desse crescimento. E começa a apertar, a doer a alma da gente. E isso faz com que as pessoas queiram fazer alguma coisa e, por outro lado, as pessoas também estão tendo essa consciência coletiva. O meu próximo tem o mesmo direito que eu tenho, se ele tiver mal eu também vou estar e vice-versa. Como trabalhar isso na mente do ser humano é um pouco difícil. O que faz crescer essa consciência coletiva? Cada um é uma pequena parte que somada da outra vai dar um todo. Só que esse todo é muito maior do que a somatória das partes. Se percebe o incontrolável, que deixa as

peessoas cada vez mais angustiadas para fazer cada vez mais alguma coisa. Às vezes a coisa mais próxima é a Associação da esquina ou é uma audiência. Por as pessoas não estarem culturalmente acostumadas a ter isso aí, quando se depara com essa coisa grande se desesperam e afoitamente vão para os movimentos e se decepcionam. Isso seria objeto de uma grande tese: como se percebe a reação dessas pessoas que se vêem impotentes perante tudo que está aí? Como que se deram conta? E sem falar nas “manobras de madrugada” que ajudam a corromper esses movimentos. Isso é que provoca essa decepção nas pessoas.

5) O seminário regional do fórum da cidade – norte da ilha fortaleceu a luta pelo direito à cidade? Por quê? Como assim? Fortaleceu a agenda de lutas? O trabalho de mobilização desenvolvido, na sua opinião revelou quais avanços e dificuldades?

Todos esses trabalhos contribuem para a consciência e o esclarecimento das pessoas. Prazerosamente, eu tenho encontrado algumas pessoas que participaram do Seminário Regional do Norte da Ilha que pela primeira vez estavam naquele Seminário Regional, estou encontrado elas em outras reuniões, em outros locais (7 ou 8 pessoas). Nesse sentido, quando se faz uma reunião trazendo 70/80 pessoas e sai 15%, é um grande ganho. Algumas assimilam, outras são mais antigas, mas é um grande ganho. Somados à todos esses processos de que falamos (percepção, sentimento, angústia) é isso que está fazendo crescer o movimento. E se tivesse com certeza mais mote (Estatuto da Cidade), outros mecanismos de chamada da população, mais pessoas

estariam lá dentro. O Estatuto da Cidade, nesse sentido, foi fantástico. As pessoas se inseriram no movimento. No seu bairro, na região e até fora. Tem gente até fazendo movimento político-partidário. Qualquer tipo de movimento é interessante, desde rompa um pouquinho esse status quo. As pessoas estão acomodadas (medo).

E quanto à mobilização, contribuiu para uma qualidade de participação?

Reconheço que se não fosse a participação acadêmica eu não sei se a gente teria esse êxito todo, porque o que falta no movimento comunitário é o tempo e a disponibilidade para as pessoas fazerem o que a academia fez. A academia foi fundamental na mobilização e se continuar a fazer isso cada vez mais terão pessoas nesse movimento comunitário. Se não nós vamos ficar nesse patamar estanque mais alguns anos, que um dos grandes problemas há uns 5 anos atrás era esse tipo de mobilização. Como o Estatuto da Cidade foi o motivo, no mesmo nível/patamar está a academia na articulação desse processo. Tem que ter paciência, disponibilidade e muito mais tolerância para fazer esse chamamento. Não é qualquer pessoa que pode fazer isso e a academia fez perfeitamente.

O que poderia melhorar?

Como é um processo novo, a gente vai fazendo conforme as coisas vão surgindo e no fazer surgem novidades. Aparentemente eu não poderia fazer uma análise crítica desse processo, positiva e negativa, de pormenores. Mas talvez um pouco de profissionalismo onde precisa, nos contatos com a imprensa (foi um pouco amador/acadêmico) e a prática profissional de algumas pessoas ficou

milindrosa. Quando precisava fazer um ofício acadêmico/científico, um release... Teria que ter outras faculdades dentro desse processo (Direito, Jornalismo) para fechar esse ciclo profissionalizante. Mais contundente, dia-a-dia ali fora. A academia fica um pouco no lúdico/telúrico. Lá fora e "pão-pão, queijo-queijo". Até para a própria academia aprender isso, sair da academia para ir para o real. Mas, as relações humanas, acho que foi perfeita, não teve problema nenhum, que é a função do Serviço Social. Agora, quando fugiu desse espectro social deixou um pouco a desejar, mas não é por culpa de ninguém, é pelo movimento, novidade, processo. Aos poucos vai se fechando. Em se admitir isso já é um grande passo para se solucionar.

Em relação à qualidade de participação/metodologia utilizada?

Dentro das nossas possibilidades, acho que foi o mais democrático possível. Há de se perguntar o que é a democracia? Poucos responderão. O que vai dizer isso vai ser a prática. E a nossa prática (pelo menos a minha), foi tentar ser o mais democrático possível. Dentro daquelas condicionantes de ter início, meio e fim. Algumas coisas podem ser acrescentadas, mas aí a própria discussão, e o próprio movimento tem que fazer essa discussão. Essa discussão que vai construir o processo mais democrático. Tem que haver discussão, precisamos estar abertos para isso. Claro que há regras, até para ter produtividade, mas essas regras não devem podar...

Qual foi a contribuição da agenda de lutas?

Tem 2 aspectos: um para quem já vem nesse processo de movimentos sociais, ela já é muito batida; e para as pessoas novas, isso constrói conhecimento. Para nivelar essa compreensão, para as pessoas mais novas se integrarem ao processo. Nesse sentido, agora com mais paciência a gente consegue analisar que o Seminário deveria ter 2 momentos: o primeiro da construção da agenda e o segundo, após essa construção, o que fazer? Hoje eu percebo isso, naquela época não percebia. Talvez funcionasse mais. No nosso movimento a gente vai aprendendo com o processo, construindo.

ANEXO 13

ENTREVISTA COM TEODORO JOSÉ DA SILVA, REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO JOÃO GONZAGA DA COSTA NA COMISSÃO ORGANIZADORA DO SEMINÁRIO REGIONAL DO NORTE DA ILHA

1) Na sua opinião, a luta pelo direito à cidade desenvolvida pelo movimento sócio-comunitário da região norte revela quais avanços e quais dificuldades?

Eu vejo que começa a haver um movimento, principalmente envolvendo as lideranças comunitárias, que já é um bom sinal. Em termos de avanço, eu acho que essa consciência de mobilização é um avanço, porque é através daí que vão surgindo os movimentos. A dificuldade maior eu entendo como a mobilização popular, porque se já existe dificuldade de se mobilizar as lideranças, há dificuldade muito maior de se mobilizar a população. Por razões culturais, de descaso com o próprio futuro, desinformação, dificuldade de articulação, financeira, de trabalho, de revolta social, etc. O avanço principal é que hoje a gente vê que existe um movimento, não está parado. Outra dificuldade grande que considero é o descaso das autoridades, porque parece que não estão preocupadas com essa evolução, parece que quanto mais afastada a população dos destinos da cidade, mais cômodo para as autoridades governamentais de um modo geral.

2) Como membro atuante do movimento sócio-comunitário da região norte da ilha, como você avalia o processo de mobilização da região na sua luta pelo direito à cidade?

Pessoalmente, talvez pelo fato de estar sempre envolvido, eu noto que a comunidade poderia estar mais evoluída. A grande dificuldade de hoje nessa articulação de movimento é a omissão, por razões difíceis de serem analisadas, das diretorias das comunidades, normalmente constituídas de 10, 15 ou 20 membros e, na prática, ela se reduz em 2 ou 3 trabalhando. O restante se confunde com o próprio povo. Tanto que, por exemplo, nas minhas reuniões eu procuro tocar tanto sobre essa parte da defesa da cidade que nós queremos, como do meio-ambiente. E já se tomou uma prática normal no início das reuniões os demais membros, até de brincadeira, dizerem que eu estou proibido de falar desses assuntos, querendo que eu fale especificamente de problemas da comunidade. Eles não conseguem entender que os problemas da cidade são problemas da comunidade e que a mobilização da comunidade como um todo é que vai mudar os destinos da cidade. Mas, de qualquer forma, existe o anseio de mudança, a gente nota no momento que a gente procura divulgar programas e a gente nota a atenção das pessoas. Não que elas se demonstrem interessadas em participar ativamente, mas a idéia elas apóiam.

3) Como membro atuante do movimento sócio-comunitário da região norte da ilha, como você avalia o processo de participação da região na sua luta pelo direito à cidade?

Eu tenho observado com bons olhos, principalmente porque têm acontecido em algumas ocasiões, a mobilização e a participação efetiva da comunidade. Por exemplo: a construção daquelas passarelas na SC 401. Então, existe uma participação. Na realidade, no momento que houver uma idéia clara de objetivo e uma propagação da idéia para a comunidade, certamente vamos poder contar com seu apoio. Sempre alicerçada com o apoio das escolas, elas são os principais meios articuladores da comunidade. Em função da grande concentração de crianças que, conseqüentemente, têm pais. Então, via escola é sempre a maneira mais fácil de mobilização popular.

4) Na sua opinião, quais são os principais elementos que vêm fortalecendo a participação da região norte da ilha na luta pelo direito à cidade?

Problemas de transporte, viários, segurança, ensino. Esses elementos sociais é que têm sido a razão da articulação comunitária na região e nós temos conseguido, de certa forma, bom êxito. Não mais, principalmente, em virtude do descaso das autoridades. Por exemplo: faz dois meses que eu fiz um ofício solicitando uma audiência com a prefeita, já fiz uns 20 telefonemas e até agora não consegui a penetração. A dificuldade é muito grande. Os órgãos governamentais se fecham, parecem que vêem a comunidade como um estorvo no ritmo lento de trabalho desinteressado deles com o destino da população e da cidade em si.

5) O seminário regional do fórum da cidade – norte da ilha fortaleceu a luta pelo direito à cidade? Por quê? Como assim? Fortaleceu a agenda de lutas? O trabalho de mobilização desenvolvido, na sua opinião revelou quais avanços e dificuldades?

Ele fortaleceu pela participação relativamente grande, do número de instituições representativas que participaram, várias associações de bairro e outras organizações. Isso fez com que houvesse um despertar da necessidade o hoje se fala, esse assunto é discutido (problemas que foram discutidos no Seminário). Qualquer liderança que você fale, existe a discussão sobre o assunto. Então, eu acho que foi muito positivo por esse lado, a maneira de despertar uma curiosidade, um interesse. Porque sem a curiosidade, sem o interesse e sem a ação nada acontece.

E com relação a agenda de lutas?

Você sabe que a agenda de lutas depende de um plano de trabalho. Luta-se em cima de um objetivo. Dentro desse objetivo da busca da cidade que queremos a agenda de lutas eu considero que esteja num momento, de certa forma, bastante adormecida em função da falta de participação dos órgãos públicos, em especial da prefeitura, que bloqueia. O Estatuto da Cidade não é discutido, está “hibernado” na má vontade da própria administração do município. Então, para que haja uma agenda de lutas tem que haver objetivos e os objetivos estão adormecidos, de certa forma, é a luta. Não temos um movimento articulado atuante, no momento, na região. Existe a expectativa, a disposição, e está disposição está pairando em cima dessa expectativa, do “se vai acontecer”.

Porque nós temos problema grave na região que é a corrida da construção vertical para o bairro, nós temos hoje o bairro João Paulo que antes era o Saco Grande I. ele se transformou em bairro porque o Plano Diretor não permitia a construção de edifícios de determinado número de andares. Eles fizeram uma jogada ali. Sendo criado um novo bairro, eles trabalharam com o Plano Diretor em cima disto. E então, criaram a viabilidade da construção. A mudança de nome teve como razão a defesa dos interesses imobiliários da cidade. Hoje no João Paulo há um grande movimento para construção de edifícios de grande porte, também indo até o Saco Grande. Também criaram o bairro Monte Verde, com esse mesmo desejo. Tanto que no Monte Verde está previsto a construção de um grande shopping, coisa que dentro do Plano Diretor do bairro Saco Grande não havia viabilidade, entre outros exemplos. Só que eles viabilizaram a construção, mas não se preocuparam em criar a estrutura. Então, estamos acumulando, em ritmo vertiginoso, dificuldade com problema de fornecimento de água, transporte, esgoto. Não tem infraestrutura de esgoto, rede elétrica, há muita falta de luz, em função da grande demanda. Exemplo: Projeto Singapura da Vila Cachoeira (220 famílias). Acréscimo sem acréscimo de infra-estrutura. A comunidade está tonta, mas parada porque não existe esse plano de articulação, não está atuante, não existe definição. O próprio IPUF alega que o Estatuto da Cidade não está alterando Florianópolis, por falta de regulamentação. Eles estão retardando a aprovação do Estatuto da Cidade para que possam oportunizar os especuladores imobiliários, que têm grande força na cidade.

E sobre o trabalho de mobilização?

Eu estou há 5 anos morando no bairro. 2001 e 2002 foram os únicos anos que eu vi (talvez pelo meu envolvimento com o Fórum da Cidade, que me leva a um envolvimento maior com vocês) um trabalho efetivo em cima disto na região.

Em termos de NESSOP eu acho que vocês fizeram o que podiam. Vocês têm feito o deslocamento, o contato constante com as lideranças (tanto pessoalmente, quanto por escrito), eu não vejo outra forma, a não ser, o que precisa ser criado é um jornal de bairro para que haja uma maior comunicação. Agora esse jornal, essa comunicação regional, eu não sei por onde a gente poderia partir para colocar em prática. Mas, eu acho muito bom o processo que têm sido desenvolvido. E a melhora vai acontecer na medida que as lideranças comunitárias forem se conscientizando da necessidade da luta. Então, vai haver num primeiro momento, uma harmonia e uma união maior das lideranças comunitárias para, num segundo momento, haver a mobilização popular. Eu considero o trabalho realizado com uma grande eficácia, tanto que nós podemos sentir na participação dos Seminários.

O que achou da participação (quantidade e qualidade)?

Quantidade foi ótima, poderia ter sido maior. Essa ausência é conseqüência do desinteresse e da desinformação com os destinos da região e da cidade como um todo. Agora a qualidade eu achei boa, porque as pessoas expuseram todos os seus anseios e houve uma direção bastante eficaz na direção do assunto, foi específico em cima do objetivo do Seminário, que era abordar os grandes problemas da região. O que eu saí dali desejoso é que houvessem mais

Seminários, talvez anual. Porque através dele nós vamos ter: informação, despertar da consciência da necessidade e o despertar da consciência das lideranças. Porque, na realidade, o movimento social não acontece sem a participação efetiva da liderança. A comunidade sente a necessidade da direção, se não vira anarquia. O trabalho positivo do movimento popular está na capacidade da articulação das lideranças. Se não houver isso, para que a população participe com consciência, sabendo em cima do que está lutando. O movimento tem que ser em cima de um objetivo prático e essa praticidade vai ocorrer com a consciência de responsabilidade das lideranças e com o máximo de informação em cima da população, trabalhando em harmonia com as lideranças em cima de objetivos práticos.

Gostaria de acrescentar algo?

Eu consigo notar a diferença de diálogo, visão, quando estamos reunidos, das pessoas que participam com as pessoas que não participam. As pessoas que participam desses movimentos onde existe a presença física da universidade (professores e alunos), cria uma ampliação de visão, de política social, de bairro. Foi a maior escola de vida que eu tive esses últimos 4 anos onde eu tenho procurado participar ativamente. Meu objetivo é absorver para que eu possa multiplicar. A minha participação/convívio com professores e alunos e fase de término de curso e também a participação de lideranças comunitárias para mim é a maior escola da vida e tenho sido muito feliz de ter essa oportunidade. O brilho de tudo isso que vocês têm vivido é transformar isso em prática de vida. Vocês têm visão de movimento. Vocês têm a emoção: a gente ve

no tratamento de vocês, no brilho do olho, na maneira carinhosa de que tratam as lideranças comunitárias, muitas vezes pessoas simples, desinformadas, mas que vocês tratam como se fossem verdadeiros embaixadores... Vocês têm o saber acadêmico, nós temos o saber da vida/tempo. A grande eficiência vai estar em vocês, essa conciliação de saberes. Porque nós que não tivemos oportunidade de freqüentar uma universalidade, apanhamos para aprender... Espero que vocês nunca desprezem a possibilidade da penetração no campo da política (prático da política)... Vocês têm capacidade e visão crítica.